

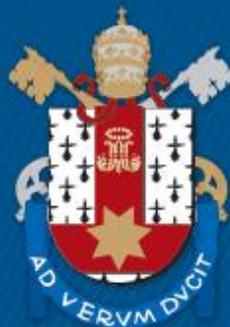
ESCOLA DE HUMANIDADES  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA  
MESTRADO EM HISTÓRIA

ROGER MACHADO MARQUES

**O ENCLAVE DE CABINDA NO CONTEXTO DO ANTICOLONIALISMO E DA INDEPENDÊNCIA DE  
ANGOLA 1960-1975**

Porto Alegre  
2022

PÓS-GRADUAÇÃO - *STRICTO SENSU*



Pontifícia Universidade Católica  
do Rio Grande do Sul

ROGER MACHADO MARQUES

**O ENCLAVE DE CABINDA NO CONTEXTO DO ANTICOLONIALISMO E DA  
INDEPENDÊNCIA DE ANGOLA 1960-1975**

Dissertação apresentada como requisito  
parcial para a obtenção do título de Mestre  
pelo Programa de Pós-Graduação em  
História da Pontifícia Universidade Católica  
do Rio Grande do Sul.

Orientador: Prof. Dr. Marçal de Menezes Paredes

Porto Alegre

2022

## Ficha Catalográfica

M357e Marques, Roger Machado

O Enclave de Cabinda no Contexto do Anticolonialismo e da Independência de Angola 1960-1975 / Roger Machado Marques. – 2022.

117.

Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História, PUCRS.

Orientador: Prof. Dr. Marçal de Menezes Paredes.

1. Enclave de Cabinda. 2. Angola. 3. Tratado de Simulambuco. 4. Anticolonialismo. 5. Nacionalismo. I. Paredes, Marçal de Menezes. II. Título.

ROGER MACHADO MARQUES

**O ENCLAVE DE CABINDA NO CONTEXTO DO ANTICOLONIALISMO E DA  
INDEPENDÊNCIA DE ANGOLA 1960-1975**

Dissertação apresentada como requisito  
parcial para a obtenção do título de Mestre  
pelo Programa de Pós-Graduação em  
História da Pontifícia Universidade Católica  
do Rio Grande do Sul.

Aprovada em: \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

BANCA EXAMINADORA

---

Prof. Dr. Marçal de Menezes Paredes (orientador) – PUCRS

---

Prof. Dr. José Carlos Curto – York University

---

Prof. Dr. Inácio Valentim – Instituto Superior Politécnico Sol Nascente

Porto Alegre

2022

Para João Carlos e Lurdes Fátima,  
por terem dedicado suas vidas aos seus filhos.

## AGRADECIMENTOS

Primeiramente dedico meus agradecimentos ao Programa de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, instituição essencial no meu processo de formação profissional e por tudo o que aprendi ao longo dos anos dedicados a pesquisa. À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, CAPES, agradeço o investimento sem o qual não poderia ter realizado este trabalho.

Agradeço à minha mãe Lurdes Fátima e pai João Carlos, por serem meu alicerce e porto seguro, por estarem sempre presentes na minha vida fazendo de tudo para me ajudar, mas, principalmente, por terem contribuído na formação do ser humano que sou hoje.

Minhas queridas irmãs e amigas Carina e Caroline, agradeço o suporte emocional, os diversos livros presenteados ao longo de minha trajetória acadêmica e por sempre torcerem para meu sucesso profissional. Se hoje dou grandes passos é porque vocês duas sempre estiveram ao meu lado, lembrando-me de que sou capaz de seguir em frente não importa quais intempéries no caminho.

À minha querida amiga e colega Camille Scholl, agradeço imensamente os conselhos e o auxílio nos momentos difíceis. Aos amigos também colegas Pedro Oliveira Barbosa e Fabrício Ferreira de Lema, companheiros na trajetória acadêmica, agradeço por sempre estarem ao meu lado com amizade incondicional e parceria em todos os momentos.

Ao professor Marçal de Menezes Paredes, agradeço por ter sido meu orientador e ter desempenhado tal função com dedicação, amizade, paciência e sabedoria acadêmica. Saiba que és um grande referencial para mim, exemplo de profissional não só baseado em rigor acadêmico, mas essencialmente em humildade e tratamento humano com seus alunos, colegas e semelhantes.

*“Nasci na Gabela, na terra do café. Da terra recebi a cor escura de café, vinda da mãe, misturada ao branco defunto do meu pai, comerciante português. Trago em mim o inconciliável e é este o meu motor. Num Universo de sim ou não, branco ou negro, eu represento o talvez. Talvez é não para quem quer ouvir sim e significa sim para quem espera ouvir não. A culpa será minha se os homens exigem a pureza e recusam as combinações? Sou eu que devo tornar-me em sim ou em não? Ou são os homens que devem aceitar o talvez? Face a este problema capital, as pessoas dividem-se aos meus olhos em dois grupos: os maniqueístas e os outros. É bom esclarecer que raros são os outros, o Mundo é geralmente maniqueísta”*

**Teoria, Pepetela**

## RESUMO

Este trabalho analisa as manifestações nacionalistas do Enclave de Cabinda, entre os anos das lutas anticoloniais até as independências das colônias portuguesas em África, com foco em Angola, abrangendo o recorte temporal que vai de 1960 até 1975. O estudo busca compreender a posição que o Enclave ocupava no contexto geopolítico da Guerra Fria e como a região era articulada consoante ao momento político das descolonizações e independência de Angola. A pesquisa analisa os fatores que levaram a formação do nacionalismo cabindense e onde essa tomada de consciência teve origem, entre as camadas populares compreendidas como “indígenas” ou dentro da elite intelectual de “assimilados”. Para observar a problemática são utilizados autores especialistas no fenômeno nacionalista, principal lente teórica utilizada para observar os discursos políticos dos movimentos independentistas de Cabinda. O centro nevrálgico da identidade cabinda é o Tratado de Simulambuco, assinado durante os anos da Conferência de Berlim em 1 de fevereiro de 1885. Ao longo da história política do Enclave de Cabinda, o histórico tratado tem sido instrumentalizado congruente aos principais desdobramentos políticos regionais. Como conclusão deste trabalho, será discutido os momentos históricos de maior significância onde o Tratado de Simulambuco é mobilizado e, quais seriam os usos políticos da história regional de Cabinda.

Palavras-chave: Enclave de Cabinda; Tratado de Simulambuco; Angola; anticolonialismo; nacionalismo.

## **ABSTRACT**

This work analyzes the nationalist manifestations of the Enclave of Cabinda, among the years of anti-colonial struggles until the independence of the Portuguese colonies in Africa, with a focus on Angola, covering a time frame that goes from 1960 to 1975. The study seeks to understand the position that the Enclave occupied in the geopolitical context of the Cold War and, as the region was articulated according to the political moment of decolonization and independence of Angola. In addition, the research analyzes the factors that led to the formation of Cabindan nationalism and where this awareness originated, among the popular layers understood as “indigenous” or within the intellectual elite of “assimilates”. To observe the problem, authors specialized in the nationalist phenomenon are used, the main theoretical lens used to observe the political discourses of the independence movements in Cabinda. The nerve center of Cabinda identity is the Treaty of Simulambuco, signed during the years of the Berlin Conference on February 1, 1885. Throughout the political history of the Enclave of Cabinda, the historic treaty has been instrumentalized in line with the main regional political developments. As a conclusion of this work, the most significant historical moments where the Treaty of Simulambuco is mobilized will be discussed, and what would be the political uses of the regional history of Cabinda.

**Keywords:** Enclave of Cabinda; Treaty of Simulambuco; Angola; anti-colonialism; nationalism.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Separação geofísica entre Angola (Continente) e a província de Cabinda.....	15
Figura 2 - Limites administrativos das províncias de Angola Pós-colonial.....	18
Figura 3 – Reino do Congo e os reinos centro-africanos no séc. XVII.....	29
Figura 4 – Carta dos territórios de Cabinda, Molembo e Massabi, Paris, 1886.....	33
Figura 5 – Mapa de distribuição tribal de Angola.....	45
Figura 6 – Cantiga de Libertação de Cabinda, 1960.....	62

## LISTA DE SIGLAS

AIEC – Associação dos Indígenas de Cabinda

ALLIAMA – Aliança Nacional Mayombe

ANC – African National Congress

AOECA – Associação dos Originários do Enclave de Cabinda

AREC – Associação de Resistência do Enclave de Cabinda

BRINDE – Brigada Nacional de Defesa do Estado

CAUNC – Comité de Acção da União Nacional de Cabinda

CIA – Central Intelligence Agency

COMCABI – Communauté Cabindaise

COPE – Comando Operacional Estratégico

EUA – Estados Unidos da América

FAA – Forças Armadas Angolanas

FAPLA – Forças Armadas Populares de Libertação de Angola

FCD – Fórum Cabindês para o Diálogo

FLEC – Frente de Libertação do Enclave de Cabinda

FLEC-Estado de Cabinda – Frente de Libertação do Estado de Cabinda

FLEC-FAC – Frente de Libertação do Enclave de Cabinda-Forças Armadas de Cabinda

FLEC-Renovada – Frente de Libertação do Enclave de Cabinda-Renovada

FNLA – Frente Nacional de Libertação de Angola

GRAE – Governo Revolucionário de Angola no Exílio

GURN – Governo de Unidade e Reconciliação Nacional

MEPRC – Memorando de Entendimento para a Paz e Reconciliação de Cabinda

MFA – Movimento das Forças Armadas

MLC – Movimentos de Libertação de Cabinda

MLEC – Movimento de Libertação do Enclave de Cabinda

MPC – Movimento do Povo de Cabinda

MPLA – Movimento Popular de Libertação de Angola

ONU – Organização das Nações Unidas

OUA – Organização da Unidade Africana

PCP – Partido Comunista Português

PDA – Partido Democrático Angolano

PIDE – Polícia Internacional e de Defesa do Estado

TE – Tropas Especiais

TRD – Tendência de reflexão Democrática

UDPC – União Democrática dos Povos de Cabinda

UNITA – União Nacional para a Independência Total de Angola

UPA – União das Populações de Angola

URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>15</b>
<b>2</b>	<b>A HISTÓRIA DA REGIÃO DE CABINDA.....</b>	<b>27</b>
<b>2.1</b>	<b>Os reinos de Loango, Ngoyo e Cacongo.....</b>	<b>27</b>
<b>2.2</b>	<b>A Conferência de Berlin e a partilha da África.....</b>	<b>32</b>
<b>2.3</b>	<b>O Tratado de Simulambuco e as elites de Cabinda.....</b>	<b>34</b>
<b>2.4</b>	<b>O Enclave de Cabinda durante o colonialismo moderno português nos tempos de Salazar.....</b>	<b>37</b>
<b>2.5</b>	<b>Petróleo e outras riquezas.....</b>	<b>39</b>
<b>3</b>	<b>ANTICOLONIALISMO E A QUESTÃO DE CABINDA ATÉ A INDEPENDÊNCIA DE ANGOLA.....</b>	<b>42</b>
<b>3.1</b>	<b>A política do Indigenato e seu papel na emergência dos nacionalismos.....</b>	<b>42</b>
<b>3.2</b>	<b>Anticolonialismo em Angola e os nacionalismos rivais.....</b>	<b>43</b>
<b>3.3</b>	<b>A Geopolítica no contexto da Guerra Fria.....</b>	<b>52</b>
<b>3.4</b>	<b>O Congo Belga e a C.I.A.....</b>	<b>54</b>
<b>3.5</b>	<b>Atividades em Cabinda através dos relatórios da P.I.D.E 1960-1961.....</b>	<b>57</b>
<b>3.6</b>	<b>A Organização da Unidade Africana e a Frente de Libertação do Enclave de Cabinda.....</b>	<b>66</b>
<b>3.7</b>	<b>Os movimentos anticoloniais de Cabinda.....</b>	<b>71</b>
<b>4</b>	<b>OS USOS DO PASSADO NO DISCURSO NACIONALISTA DE CABINDA... </b>	<b>73</b>
<b>4.1</b>	<b>O discurso etno-nacionalista em Cabinda.....</b>	<b>73</b>
<b>4.2</b>	<b>O conflito de interpretações em torno do Tratado de Simulambuco.....</b>	<b>83</b>
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>87</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>91</b>
	<b>ANEXO A – Front de Libération de l’Enclave du CABINDA.....</b>	<b>96</b>
	<b>ANEXO B – Ideia de Independência em virtude da fronteira com o Congo ex-Belga.....</b>	<b>102</b>
	<b>ANEXO C – Boatos contra o sistema colonial.....</b>	<b>104</b>
	<b>ANEXO D – Festividades no Congo ex-Francês e recepção à FLEC.....</b>	<b>105</b>
	<b>ANEXO E – 4 mil indígenas vão morar em Ponta Negra na República do Congo.....</b>	<b>106</b>
	<b>ANEXO F – Embarcações Suspeitas.....</b>	<b>109</b>
	<b>ANEXO G – Hostilidade dos autóctones para os colonos brancos.....</b>	<b>110</b>

<b>ANEXO H – Boicote as mercadorias dos colonos portugueses.....</b>	<b>111</b>
<b>ANEXO I – Movimento Para Libertação do Enclave de Cabinda, 1961...</b>	<b>112</b>
<b>ANEXO J – Union Des Populations de L’Angola, 1961.....</b>	<b>114</b>
<b>ANEXO K – Oração de Independência, 1960.....</b>	<b>115</b>
<b>ANEXO L – Bandeiras das FLEC’s.....</b>	<b>116</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O Enclave<sup>1</sup> de Cabinda é considerado pelo Governo de Angola como a décima-oitava província angolana (BEMBE, 2010, p. 34), uma descontinuidade geográfica localizada na costa ocidental africana com o Oceano Atlântico a Oeste, a República do Congo ao Norte e a República Democrática do Congo ao Sul e Leste. A região também integra a grande floresta do Maiombe. No enclave predomina o grupo etnolinguístico Kikongo, etnia Bakongo da grande família Bantu. Os cabindas são compreendidos como naturais do Enclave, divididos em duas tribos: o clã Basundi e a outra tribo composta por seis clãs – Bauoio (Bawoio), Bakongo, Balinge, Baluango (ou Baiombe), Bavili e Bakoki (BEMBE, 2010, p. 35).

Figura 1 – Separação geofísica entre Angola (Continente) e a província de Cabinda



Fonte: Mangovo (2012, p. 171)

<sup>1</sup> Existe uma problemática em torno da designação técnica do território: um “Enclave” seria quando uma região está “enclavada” em outra, ou seja, um estado que se mantém soberano embora podendo se localizar dentro de outro estado distinto; por seu turno um “Exclave” seria quando um território descontínuo geograficamente pertence a um estado, mas está anexado em outra região.

O objeto de pesquisa<sup>2</sup> deste trabalho são as manifestações nacionalistas do Enclave de Cabinda. No período que compreende as lutas anticoloniais da década de 1960 até o contexto da independência de Angola em 1975. A pesquisa busca responder os seguintes questionamentos: como se deu a formação do nacionalismo cabindense? E se essa consciência identitária se originou nas camadas populares ou dentro de uma elite intelectual? Outra questão que esta dissertação pretende responder é qual posição o enclave ocupava no contexto geopolítico regional e como a região era articulada na agenda política dos principais atores envolvidos nas descolonizações e independência de Angola.

O primeiro capítulo trabalhará sobre a formação das elites cabindesas, expondo as motivações que levaram os antigos reinos de Cacongo, Loango e Ngoyo a assinarem os tratados oitocentistas, dos quais o de maior significância histórica para o nacionalismo cabindense fora, e ainda é, o Tratado de Simulambuco. A história da região que corresponde ao atual território do Enclave de Cabinda remete à época dos primeiros contatos dos povos que viviam no entorno da foz do rio Zaire/Cong com os exploradores portugueses. Os discursos políticos contemporâneos, por vezes, mobilizam elementos constituintes dessa longa história ligada às atividades econômicas do Atlântico Sul, dinâmica na qual o interior do continente africano se comunicava com as atividades relacionadas com o tráfico de escravizados. Antigas regiões, outrora vassalas do antigo Reino do Congo, edificaram suas autonomias econômicas ligadas ao tráfico ao mesmo tempo que estreitavam relações com o reino de Portugal. Em vista disso, é preciso recuar no tempo se a intenção for compreender a gênese das identidades políticas e, da mesma forma, distinguir as maneiras como a história é mobilizada dentro dos discursos nacionalistas contemporâneos.

Essas são as origens das elites do Enclave de Cabinda, as quais consolidaram seu poder político e econômico através das atividades ligadas ao tráfico de escravizados, o que auxiliou a impulsionar sua influência nas regiões costeiras da foz do rio Zaire, em especial, na baía de Cabinda (PINTO, 2003). Os discursos políticos contemporâneos não

---

<sup>2</sup> A trajetória desta pesquisa começou nos anos de graduação do curso de licenciatura em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, quando na disciplina referente a História da África propus analisar os separatismos angolanos. Na ocasião tive o primeiro contato com o assunto relativo as problemáticas vividas no Enclave de Cabinda. Desde então, aprofundi os estudos sobre o tema acarretando o projeto de mestrado no ano de 2019. Considero o caso do Enclave de Cabinda um rico objeto de análise no que toca a emergência dos nacionalismos em África no contexto das descolonizações, bem como na emergência de expressões regionais de identidade divergentes do modelo ocidental de Estado-Nação vigentes no momento pós-colonial.

costumam citar o passado ligado ao tráfico, numa espécie de omissão de aspectos históricos as quais, de algum modo, poderiam influenciar negativamente as reivindicações políticas atuais. Contudo, em um trabalho que se propõe observar as manifestações identitárias da região de Cabinda, é de suma importância explicitar, de forma elucidativa, alguns elementos históricos intimamente ligados a gênese das elites políticas responsáveis pela manifestação nacionalista cabindesa.

Na contemporaneidade, a fim de se enaltecer as identidades aos moldes do nacionalismo ocidental, muitos elementos do escravismo atlântico são omitidos, correndo-se o risco de apagar aspectos históricos importantes no que se refere a escrita de uma historiografia comprometida com os fatos. As elites cabindesas expressavam protagonismo nas relações que ocorriam no Atlântico durante os anos do tráfico de escravizados ao longo do século XIX. Em outras palavras, existiam elites negras instruídas segundo preceitos ocidentais – contrariamente do que velhos paradigmas possam nos afirmar sobre a figura de um negro africano incapaz de atuar na sua própria história –, capazes de dialogar, com maestria, de igual para igual com o mundo ocidental.

O Tratado de Simulambuco remete o período ao qual Portugal estava inserido no contexto da tomada de posses e repartições de terras em África, instituídos no Congresso de Berlim quando outras potências coloniais competiam por poder e influência na África. Os Estados mais poderosos como Inglaterra, França e Alemanha eram vistos como ameaça por Portugal e Bélgica – potências coloniais na região do Congo, localidade ao norte de Angola. Foi na Conferência de Berlim em 1885 que se originaram as fronteiras artificiais traçadas de maneira a priorizar os interesses coloniais e nacionalistas dos Estados europeus. Foi dentro desse contexto que a localidade conhecida hoje como Enclave de Cabinda teve seus limites territoriais demarcados, em decorrência de acordos diplomáticos estabelecidos com as elites locais por meio de tratados, dos quais o Tratado de Simulambuco fora o mais citado posteriormente como marco inicial da história de Cabinda. Além das preocupações de Portugal, estavam em pauta exigências do monarca belga Leopoldo II – Congo Belga – bem como interesses do Congo de influência francesa – Congo Brazzaville. A questão era a região do rio Zaire/Kongo, cujas vias fluviais ligavam o Atlântico ao interior do continente. Em virtude das vias de acesso ao centro do continente, a região de Cabinda era de extrema importância comercial.

Para melhor compreender a gênese do nacionalismo dos movimentos do Enclave de Cabinda, faz-se necessário introduzir na análise um panorama histórico referente ao contexto político do surgimento do anticolonialismo em Angola. A partir do segundo

capítulo desta dissertação será abordado o processo de construção do Estado angolano, conjuntura estreitamente associada ao levante dos nacionalismos emergentes nos anos de 1960. A formação dos movimentos separatistas do Enclave de Cabinda ocorreu concomitantemente ao surgimento das demais manifestações nacionalistas das ex-colônias portuguesas. No decurso das guerras de independência e guerra civil angolana a região do riba-Zaire/Cabinda fora a principal fonte de receitas para o poder executivo de Luanda – capital de Angola –, estruturando a economia do Estado angolano em função da atividade petrolífera em Cabinda.

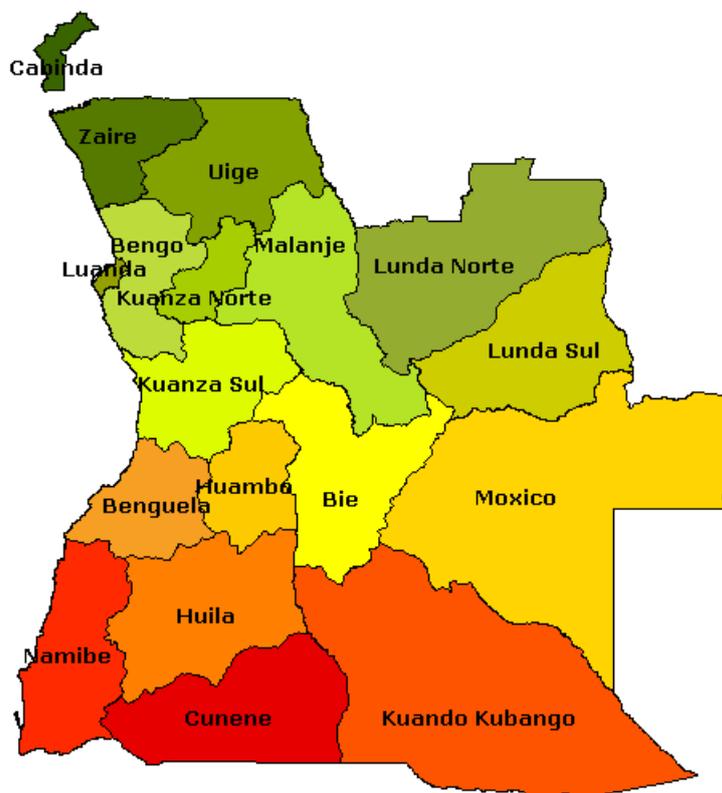
A partir de meados do século XX os diferentes movimentos de libertação de Angola<sup>3</sup> começaram a se organizar em manifestações nacionalistas distintas, fenômeno decorrente da ampla complexidade etnocultural do território, levando a antiga colônia portuguesa a mergulhar numa problemática disputa política em torno da construção da futura nação independente<sup>4</sup>. Essa conjuntura formou um ambiente desfavorável para o exercício pleno da soberania do Estado angolano, o qual vem sofrendo um processo de “descentralização de seus poderes para níveis subnacionais” (MANGOVO, 2012, p. 92). A dificuldade do governo de Angola em exercer seu poder vai ao encontro da realidade de diversos Estados africanos em estabelecer “mecanismos institucionais de integração nacional” aos moldes do Estado-nação ocidental (MANGOVO, 2012, p. 92).

---

<sup>3</sup> Movimento Popular de Libertação de Angola – MPLA; Frente Nacional de Libertação de Angola – FNLA; União Nacional Para Independência Total de Angola – UNITA.

<sup>4</sup> Sobre a historiografia referente a Angola, vide Birmingham (2002, p. 137-184); Bittencourt (2017, p. 157-186); Coelho (2015, p. 1-13); Oliveira (2015); Péclard (2012, p. 149-174); Pearce (2017).

Figura 2 – Limites administrativos das províncias de Angola Pós-colonial



Fonte: Mangovo (2012, p. 162)

Entretanto, quando se estuda sobre a emergência dos nacionalismos em África, período no qual compreende as lutas anticoloniais, muitas vezes as particularidades do nacionalismo cabinda são apresentadas como desdobramentos derivados do processo histórico de Angola, bem como reflexos do colonialismo português. Este trabalho expõe os planos de fundo geopolítico e histórico que envolvem os conflitos no Enclave de Cabinda, de modo a aprofundar as características pelas quais se pode apontar as particularidades do nacionalismo cabindês, o que favorece um melhor entendimento acerca dos movimentos regionais como expressões identitárias distintas dentre as demais manifestações nacionalistas africanas.

Em 1955, Portugal colocou Cabinda e Angola sob a tutela de um mesmo governador geral com o propósito de diminuir as despesas na administração de suas províncias do Ultramar, assim o território de Cabinda passou a ser considerado como distrito de Angola<sup>5</sup>. Em 1960, segundo a FLEC-Estado de Cabinda (REPÚBLICA DE CABINDA, [20--]), autoridades políticas da República do Congo-Brazzaville em uma

<sup>5</sup> Apesar da região também ter sido designada desde o final do XIX como “Distrito do Congo” ou “Congo Português”.

conferência na ONU exigiram a independência total de Cabinda e, em 1964, a Organização da Unidade Africana reconheceu Cabinda como um país distinto de Angola e o colocou entre as nações africanas a serem descolonizadas. Durante os acordos de Alvor em 11 de novembro de 1975 os três movimentos nacionalistas de Angola – MPLA, FNLA e UNITA – estiveram presentes. Na ocasião todos os três acordaram que os territórios angolanos se estenderiam “de Cabinda ao Cunene” (ALMEIDA, 2013, p. 83).

O contexto da Guerra Fria influenciou fortemente a disputa entre os principais grupos independentistas. Dentro da África como também em outras regiões do mundo como Ásia e América Latina, a guerra comumente descrita pela velha historiografia como “fria”, na verdade nas regiões ditas como “terceiro mundo” os conflitos foram “quentes” (SHUBIN, 2008). O continente africano – assim como outras regiões do globo – serviu como campo de batalha de ideologias e interesses políticos e econômicos. Diferente do que se supunha, os personagens atuantes no cenário político internacional não se resumiam somente em EUA ou URSS como potências mundiais, vale destacar que a China maoísta bem como a Cuba de Guevara e Fidel Castro foram peças fundamentais nas articulações dos movimentos de libertação<sup>6</sup>.

Um dos subtítulos do segundo capítulo teve como base o livro *“In Search of Enemies, A CIA Story”*, publicado primeiramente em 1978. Nesta fonte consta o testemunho de John Stockwell, ex-agente da CIA entre os anos de 1960 e 1976. No livro Stockwell relata suas memórias do período quando esteve em ação no contexto das guerras de independência em Angola e programa paramilitar norte americano. O autor relata suas impressões perante as atividades da CIA na região do Zaire – antigo Congo belga – e apresenta o que foi chamado de *“The Angola Program”*. John Stockwell também denuncia os abusos da organização de inteligência norte-americana bem como seus métodos por vezes “truculentos” para alcançar seus objetivos. Através dos relatos do autor é possível ter um vislumbre de como o fator acerca dos recursos petrolíferos de Cabinda fora articulado no início da guerra civil angolana, bem como o autor faz menções a momentos anteriores como, por exemplo, a crise dos Congos e início das guerras anticoloniais na África portuguesa no decorrer da década de 1960.

Outra obra utilizada neste trabalho é a autobiografia intitulada *“Mal Me Querem, A história de Angola na voz de quem a fez”*, de Miguel Maria N’Zau Puna<sup>7</sup>. No seu livro,

---

<sup>6</sup> Mais sobre a conjuntura complexa do período entendido como “Guerra Fria” vide: Gleijeses (2002); Stockwell (1978); Westad (2007).

<sup>7</sup> Miguel Maria N’Zau Puna nasceu em 1932, em Cabinda, foi perseguido pelo colonialismo se exilou no

o autor descreve memórias vividas ao longo do período estudado neste trabalho. Os textos do autor, num primeiro momento são utilizados como fonte secundária de modo a clarificar a história de Angola bem como a de Cabinda. Em segunda estância, suas memórias são postas em diálogo com as fontes primárias, enriquecendo a análise acerca dos fatos estudados no período sob análise. N’Zau Puna foi um personagem de grande destaque no período das guerras anticoloniais como também na Angola pós-colonial. Em Cabinda, o autor é descendente dos Barões Puna ou, “Barões de Cabinda”, uma das famílias que protagonizaram a assinatura do Tratado de Simulambuco em 1885. Os Puna têm grande peso simbólico perante a identidade cabinda. O autor fora considerado o “braço direito” de Jonas Savimbi ao longo do período em que esteve associado a UNITA. Apesar de sua autobiografia dar maior destaque para o papel que desempenhou dentro da UNITA e nos desdobramentos da história de Angola, os relatos também explicitam as manifestações dos movimentos nacionalistas do Enclave de Cabinda.

Criada no início da década de 1960 a partir da junção de três movimentos independentistas, o CAUNC – Comité de Ação da União Nacional de Cabinda – o MLEC – Movimento de Libertação do Enclave de Cabinda – e a ALLIAMA – Aliança Nacional Mayombe –, a Frente de Libertação do Enclave de Cabinda – FLEC – é classificada como um movimento guerrilheiro, político e separatista que luta pela independência do Enclave de Cabinda. Oficialmente se atribui o caráter de “separatismo” ao movimento, embora os responsáveis não se caracterizarem como tal. Para o partido, o enclave é um protetorado português instituído mediante o Tratado de Simulambuco de 1885, entre Portugal e as autoridades autóctones cabindesas, possuindo legitimação jurídica internacional nos dias atuais (NEUMANN, 2017, p. 16). É a partir desse ponto que se percebe a articulação de fatos históricos na tentativa de legitimar um discurso nacionalista, o qual mobiliza a todo momento episódios específicos da história do Enclave para construir um discurso que argumenta a respeito de uma Cabinda independente.

Este trabalho analisa a maneira como a FLEC – bem como outros movimentos anteriores a FLEC – instrumentaliza um discurso sobre a história de Cabinda no intuito de edificar o seu nacionalismo. No tocante ao recorte temporal, a análise direciona a

---

Congo-Léopoldville em 1961, mais tarde se unindo à UPA; recebeu treinamento militar na China; foi combatente em armas pela independência de Angola como integrante da UNITA, onde foi secretário-geral, comissário político geral das FALA e comandante militar; esteve presente nos acordos entre o MPLA e a UNITA em 1974; chefiou a delegação da UNITA na tomada de posse do Governo de Transição e participou nos Acordos de Bicesse; em 1992 abandonou a UNITA e fundou a TRD; mais tarde se tornou embaixador no Canadá e general de três estrelas; recentemente fez parte da comitiva que elegeu Angola para membro não-permanente do Conselho de Segurança da ONU. (MIGUEL, [201-]).

atenção para o período entre os anos de 1960, quando das lutas anticoloniais até 1975, durante a conjuntura da independência de Angola. Os dados presentes nas fontes datadas do início da década de 1960 evidenciam desdobramentos do contexto das independências dos Congos belga e francês, bem como início dos movimentos e guerras de libertação de Angola. Outra característica das fontes diz respeito a relação da FLEC com a Organização da Unidade Africana – OUA – entre os anos de 1963-1974, visto que, segundo a FLEC-Estado de Cabinda, a OUA reconheceu a independência do Enclave em relação a Portugal e sua autonomia no tocante a Angola (REPÚBLICA DE CABINDA, [20--]).

Referente as fontes, os relatórios<sup>8</sup> da PIDE – Polícia Internacional e de Defesa do Estado<sup>9</sup> – disponíveis no Arquivo Nacional da Torre do Tombo contém panfletos, anexos e transcrições do discurso nacionalista dos movimentos de Cabinda, produzidos entre os anos de 1960 e 1961, bem como o registro de manifestações populares de descontentamento quanto as políticas colonialistas portuguesas. Nos relatos contidos nos relatórios, há trechos onde o Tratado de Simulambuco é citado, revelando articulações do discurso nacionalista cabinda acerca de fatos históricos de grande valor na memória local. Depois da independência de Angola em 1975, o Tratado de Simulambuco passou a ser o centro argumentativo de uma Cabinda independente. Recentemente, a FLEC se proclama a instituição representante da pátria cabindesa.

Ainda no tocante as fontes, outro documento utilizado é um compêndio de textos referentes as descolonizações da África portuguesa publicado pela Hoover Institution *Press* da Stanford University, intitulado “Emerging Nationalism in Portuguese Africa Documents” (1997). Nessa fonte são representadas as demandas levantadas pela FLEC, datadas de agosto de 1963, direcionadas à Organização da Unidade Africana. Outra fonte de mesma natureza, é um memorando<sup>10</sup> datilografado em francês datado de 19 de agosto de 1974<sup>11</sup>, assinado por Auguste Tchioufou, líder de uma das alas da FLEC, dirigido aos chefes de Estado e de Governo da OUA. Nesse documento são citados acontecimentos

<sup>8</sup> Os referidos relatórios estão disponíveis no acervo digital da Torre do Tombo em Portugal, código para referência PT/TT/AOS/D-N/001/0003/00003, localização AOS/CO/UL-32A-2 Pt. 3. Informações da PIDE-Polícia Internacional e Defesa do Estado sobre as seguintes questões: Independência de Cabinda, 1960-1961. (PORTUGAL, 1960-1961)

<sup>9</sup> Entre 1945 e 1969, a PIDE foi a polícia política do Estado português salazarista, responsável pela repressão de toda e qualquer forma de oposição ao regime colonialista. Sobre a historiografia pertinente ao assunto, vide Birmingham (2002, p. 137); Bittencourt (2017, p. 157); Coelho (2015, p. 1); Oliveira, (2015); Péclard (2012, p. 149); Pearce (2017).

<sup>10</sup> O documento está disponível no acervo digital da Casa Comum Desenvolvido por Fundação Mário Soares, arquivo Mário Pinto de Andrade, Lutas de Libertação, Angola, MPLA, Revolta Activa, pasta 04307.007.001. (FRONT DE LIBÉRATION DE L'ENCLAVE DU CABINDA, 1974).

<sup>11</sup> Imagens do documento estão disponíveis no anexo A.

ocorridos no início da década de 1960, bem como o texto explicita o discurso nacionalista da FLEC durante o contexto da descolonização de Angola após a Revolução dos Cravos em 1974<sup>12</sup>.

Acerca dos fatos relatados nos relatórios, as preocupações da PIDE quanto ao que consideravam como atividades subversivas pouco têm a acrescentar a este trabalho investigativo. O que vale extrair destes episódios específicos são as formas como as lideranças independentistas interagiam com a grande camada popular do Enclave de Cabinda. No capítulo 3, será levantado o questionamento sobre as maneiras de como se dava a comunicação cultural entre aqueles que detinham a intelectualidade – por sua vez a linguagem política possível para contrastar com as políticas coloniais – com a grande maioria da população de “indígenas”, os quais por seu turno poderiam compartilhar uma consciência de identidade coletiva ou não. O questionamento é se o nacionalismo Cabinda teve sua gênese na camada dirigente de assimilados, os quais encabeçavam a luta anticolonial ou, se poderia reconhecer a existência de uma manifestação nacionalista com maior amplitude, entre a grande camada popular baseada numa tradição oral.

Uma das hipóteses deste trabalho é que o discurso nacionalista cabinda se adaptou em consonância aos diferentes contextos geopolíticos da região, visto que no início da década de 1960 os interesses de cunho colonialista português e os interesses econômicos da Angola independentista – a qual visava usufruir dos benefícios econômicos do petróleo cabindês no início do seu processo de extração – estavam em jogo durante as guerras coloniais. Outra hipótese é que ao longo do período analisado o discurso ia ao encontro dos ideais panafricanistas. Atualmente, a FLEC ainda mobiliza a história de Cabinda na sua argumentação contra as investidas do Estado angolano do pós-independência. O movimento do enclave evoca o Tratado de Simulambuco como marco histórico inicial do seu nacionalismo, mobilizando a partir desse episódio um complexo de datas e eventos históricos ocorridos na região para legitimar seu discurso “emancipatório”.

Atualmente a FLEC pressiona o governo angolano que segundo líderes do movimento, não se disponibiliza de maneira séria e concreta para o diálogo. As autoridades políticas e militares da FLEC/FAC – Forças Armadas Cabindesas – alertam a comunidade mundial que Cabinda é um território em estado de guerra e que a circulação de pessoas é seriamente desaconselhada. Estas medidas militares são uma resposta ao silêncio do governo angolano em se manifestar e/ou estabelecer um diálogo aberto com

---

<sup>12</sup> Mais sobre a Revolução dos Cravos vide Rezola (2017); Maxwell (2006).

as autoridades cabindesas na tentativa de chegar a algum acordo de paz na região (REPÚBLICA DE CABINDA, [20--]). Por outro lado, Angola sustenta que historicamente Cabinda nunca deixou de fazer parte da nação angolana e que o Tratado de Simulambuco não possui nenhum valor jurídico atual (NEUMANN, 2017, p. 3).

Por sua vez, Portugal, parte integrante do polêmico Tratado, não manifesta qualquer posição oficial sobre o assunto, e sequer mesmo contribui em investigações que visam inviabilizar o caráter jurídico de Simulambuco (NEUMANN, 2017, p. 3). Durante o período colonial – fins do século XIX e primeira metade do século XX – o Tratado de Simulambuco fora utilizado como discurso pedagógico identitário, posicionando o Tratado no imaginário cabindês como elemento constituinte da identidade local. Para os nacionalistas cabindas, Portugal não cumpriu o acordo feito no final do século XIX. Das principais cláusulas do Tratado de Simulambuco vale citar dois artigos, os quais, segundo a FLEC, foram violados pela parte de Portugal: “art. 2.º Portugal reconhece e confirmará todos os chefes que forem reconhecidos pelos povos segundo as suas leis e usos, prometendo-lhes auxílio e proteção” (PUNA, 2019, p. 24) e; “art. 10.º: Os príncipes e governadores cedem a Portugal a propriedade inteira e completa de porções de terreno mediante o pagamento dos seus respectivos valores, a fim de neles o Governo português mandar edificar os seus estabelecimentos militares, administrativos ou particulares” (PUNA, 2019, p. 24).

Portanto, o argumento da FLEC parte do pressuposto que Portugal reconhecia que ao assumir a legitimidade para cumprir a disposição proposta nos artigos supracitados, estava-se ao mesmo tempo a “legitimar os cabindas outorgantes detentores de um poder de decisão e jurídico local” (NEUMANN, 2017, p. 19). Desvalorizar o caráter jurídico dos “Príncipes e mais chefes” de Cabinda “defenderia as pretéritas interpretações colonialistas”, o que desautoriza o caráter jurídico das lideranças autóctones (NEUMANN, 2017, p. 20).

Autores como Bittencourt (2017) e Oliveira (2015) focam suas análises no nacionalismo angolano, tanto no período das Guerras de Independência quando as ideias da futura Nação estavam divididas entre os projetos do FNLA, MPLA e UNITA, quanto no momento imediatamente após quando das disputas entre o governo do MPLA e a UNITA de Jonas Savimbi<sup>13</sup> ao longo dos quase quarenta anos de guerra civil vividos no país. Nada obstante a proposta desses autores seja estudar Angola, a problemática do

---

<sup>13</sup> Líder político da União Nacional para Independência Total de Angola – UNITA.

Enclave de Cabinda não ganha destaque dentro de suas análises e, quando os autores entram no assunto, o tema surge apenas como um processo que tangencia a história de Angola.

Os dilemas vividos no Enclave de riba-Zaire/Cabinda como também os desdobramentos decorrentes das disputas políticas, econômicas e militares entre o Estado Angolano e as autoridades da FLEC – Frente de Libertação do Enclave de Cabinda – são precisamente explanados nos textos de Miguel Domingos Bembe, Eugénio Costa Almeida, Rui Neumann e Patrício Munengo Mangovo. De fato, os autores citados também abordam com esmero as conjunturas históricas acerca do Tratado de Simulambuco e as políticas levadas a cabo durante os anos do colonialismo português. Todavia, a intensão desta dissertação é focar no período entre as lutas anticoloniais da década de 1960 e a descolonização de Angola até 1975, momento no qual a África Central vivia um período de efervescência política e social, sendo os nacionalismos da região de Cabinda, bem como a própria posição geográfica do enclave, peças fundamentais no tabuleiro político africano.

Em suma, pode-se constatar que a historiografia estudada abre pouco espaço para um protagonismo de Cabinda nos desdobramentos de sua própria história, assim como não aprofunda com exatidão o contexto da formação do nacionalismo cabindense. Ao invés disso, os textos enaltecem as reivindicações separatistas atuais ou salientam o momento da corrida imperialista europeia do final do século XIX durante os meses da Conferência de Berlim, momento quando ocorrera a assinatura do polêmico tratado na localidade de Simulambuco. Ao observar a bibliografia referente ao processo de descolonização, bem como o período da guerra civil em Angola, existe um silêncio no tocante ao protagonismo político do Enclave de Cabinda.

## **2 A HISTÓRIA DA REGIÃO DE CABINDA**

Neste capítulo será abordado o período que compreende o final do século XIX, quando as elites dos três antigos reinos de Loango, Cacongo e N'Goyo formaram uma coalisão durante os anos da Conferência de Berlim em 1885. As famílias de maior importância, entre quais os Franques e os Punas, por exemplo, negociaram com representantes das potências europeias atuantes na região da foz do rio Zaire/Congo. O intuito dessas famílias era manter privilégios edificados ao longo dos anos de comércio ligado ao tráfico de escravizados. Esses foram os fatores que levaram a assinatura do Tratado de Simulambuco entre os príncipes e chefes dos antigos reinos com os representantes da coroa portuguesa. Portugal era visto pelas elites do enclave como o caminho mais seguro para manter sua influência e status na região.

Também será discutido os anos do colonialismo moderno dos tempos do Estado Novo de Salazar, quando o Ministério do Ultramar Português colocara o Enclave de Cabinda sob a mesma diligência que Angola. O propósito colonialista foi reduzir expedientes administrativos. Outro aspecto de suma importância é a descoberta de petróleo nas águas litorâneas de Cabinda em 1955, fator crucial para se entender as disputas políticas que viriam a ocorrer na região.

### **2.1 Os reinos de Loango, Cacongo e Ngoyo**

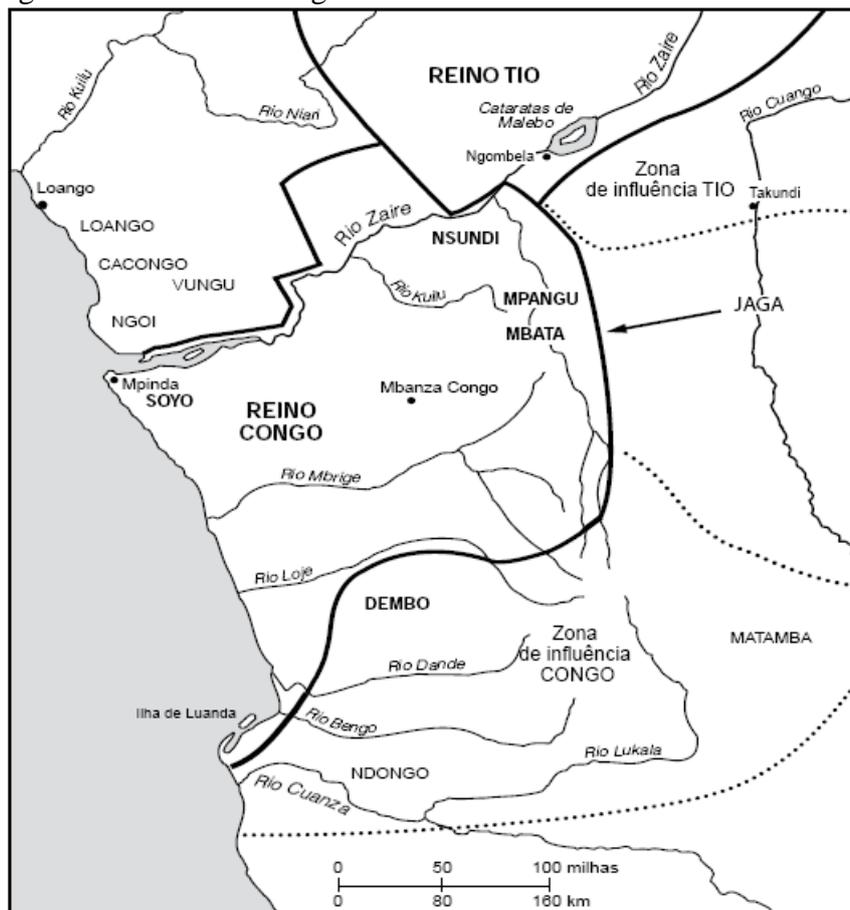
Foi no século XV, no ano de 1483, quando o primeiro português, o explorador Diogo Cão, chegou na região dos antigos reinos de Ngoyo, Cacongo e Loango, adentrando no continente africano através do rio Congo. Em 1491, os portugueses estabeleceram feitorias na região e passaram a comercializar com as populações autóctones. Foi a partir desses primeiros contatos que os povos que viviam em torno do rio Zaire passaram a construir relações com Portugal (SILVA, 1904, p. 5). O território que futuramente se tornaria o Enclave de Cabinda, nessa altura, fazia parte de uma confederação de reinos tributários ao antigo reino do Congo, domínio que se estendia desde o rio Cuanza no atual território de Angola até o rio Ogoué do atual Gabão (PUNA, 2019, p. 232). Puna apresenta com detalhes como era as antigas regiões que viriam a se tornar a Cabinda moderna:

Da foz do Zaire para norte existiam vários reinos, o mais importante era o do Luango, [...]. Tinha a capital em Buali, a que os franceses deram o nome de Luando, a norte da atual cidade de Ponta-Negra. A sul deste reino ficavam o de Cacongo e o Ngoyo ou Cabinda, separados pelo rio Bele. A noroeste havia o reino do Iomba, ou Iombe, a que erradamente se chamou, depois, Maiomba ou Maiombe. Todos os reinos pertenciam ao grupo étnico bacongo. Todos estes reinos chegaram a estar sob a suserania do rei do Congo. (PUNA, 2019, p. 241)

O nome “Cabinda”, segundo estudo de Puna (2019, p. 231), referia-se a um porto onde hoje se localiza a cidade de Cabinda, capital da província – “província” para aqueles que entendem a região como parte integrante do território de Angola. O termo, teria resultado de um erro de comunicação quando os portugueses perguntaram para os autóctones o nome da localidade. Um “mafuka”, indivíduo que interagiu com os europeus, era responsável pelo comércio e respondia diretamente ao rei de Ngoyo. O nome de um desses agentes era “Binda”. O nome da região acabou sendo a derivação da junção desses dois termos, “mafuka Binda”, mais tarde sendo simplificado para “ka binda”. Para os originários a região se chamava “Kiowa”, ou “Tchiowa”, que significava “grande mercado de peixe”.

Nessa época a baía de Cabinda era habitada por pequenas aldeias costeiras ao rio Zaire adentro e anexadas ao reino de N’Goyo. A principal atividade econômica era a pesca, a salicultura e a construção de pequenos barcos adaptados a navegação fluvial. Não obstante, a partir da metade do século XVII o tráfico de escravizados começou a dominar as atividades econômicas na região, atraindo cada vez mais embarcações europeias para a baía de Cabinda tornando a região um importante porto ligado à economia do Atlântico Sul. Com a generalização do tráfico, os conflitos entre os chefes regionais e o mani Congo se intensificaram, fato que somado a relação de atrito com Portugal deu-se início a fragmentação do antigo reino do Congo (PUNA, 2019, p. 236).

Figura 3 – Reino do Congo e os reinos centro-africanos no séc. XVII



Fonte: Mangovo (2012, p. 142).

Durante o período em que Portugal manteve relações com o reino do Congo, Cabinda se tornou um importante porto por onde escravizados oriundos do interior do continente eram escoados para as atividades comerciais do Atlântico. Contudo, as relações amistosas entre o reino do Congo e Portugal foram se desgastando entre o final do século XVI e ao longo do XVII, abrindo margem para que holandeses, ingleses e franceses começassem a comercializar na região. O tráfico de seres humanos comprometeu as relações entre Portugal e o Congo, acarretando também na instabilidade do próprio reino congolês (PELISSIER; WHEELER, 2009, p. 61):

O Congo foi severamente afectado pelo crescimento do comércio de seres humanos. A perda de milhares de jovens adultos do sexo masculino e a hostilidade e o rancor das campanhas de guerra lançadas para obter escravos entre os povos vizinhos contagiaram o Congo e trouxeram algumas consequências políticas: a descentralização da autoridade, guerras civis entre as províncias do Congo e uma negligência das funções administrativas, artísticas e econômicas em prol do comércio de escravos. (PELISSIER; WHEELER, 2009, p. 62)

Apesar das atividades estrangeiras e da relação em declínio entre Portugal e o reino do Congo, os portugueses continuaram presentes no porto de Cabinda. Portugal romperia de fato suas relações com o reino do Congo a partir da batalha de Mbwila em 29 de outubro de 1665 (PELISSIER; WHEELER, 2009, p. 63).

No século XVIII, quatro famílias oriundas do reino de Ngoyo dominavam o comércio regional e se tornaram as mais poderosas: os Nkata Kolombo, do extremo sudoeste; os Issambu, da região de Chioua os quais dominavam o comércio da pesca; os Mpuna ou, Punas de Simulambuco, região à margem direita do rio Lukola e; os Franques, os quais dominariam toda a região de Cabinda ao longo do século XIX (PUNA, 2019, p. 20). A partir do final do século XVIII, alguns franceses fixaram pontos de comércio em Cabinda, um nome que vale sublinhar foi um francês chamado “Frank”. Depois de sua morte, um de seus criados herdou seu nome passando a se chamar “Franque”, o qual mais tarde originaria numa das famílias mais influentes do enclave<sup>14</sup> (PUNA, 2019, p. 242).

O comércio lucrativo de escravizados se manteve durante longo período, apesar dos tratados abolicionistas de meados do século XIX. Mesmo na clandestinidade e depois da abolição do tráfico nas colônias portuguesas em 1847, a manutenção da escravatura no Brasil continuou a fomentar as atividades durante todo o XIX nas costas de Loango, Cabinda, Molembo e Ambriz (PUNA, 2019, p. 239)

Sobre a relação das elites de Cabinda com o tráfico no Atlântico, de acordo com Alberto Oliveira Pinto, na virada do século XVIII para o XIX o tráfico de escravizados se tornou uma rica fonte de receitas para as elites dos antigos reinos. Os filhos dessas elites depois de terem recebido educação ocidental no Brasil ou em Portugal, tiveram acesso aos meios necessários para construir sua própria rede comercial ligada ao tráfico (PINTO, 2003, p. 79).

Phyllis M. Martin descreve as relações que existiam entre os antigos reinos com as elites brasileiras:

In the first half of the nineteenth century, the growth of Lusophone influence was promoted by increasing interaction between the coastal elite and Brazil. In first place Brazilian slave-trading increased at Cabinda. This was especially true after 1822 when the independent Brazilian government put import duties on slaves, a burden to merchants who were then faced with paying taxes twice, once at Luanda or Benguela, the most favored Angolan ports, and then again

---

<sup>14</sup> Os Franques foram uma família muito influente no comércio Atlântico, seus descendentes ainda hoje são ovacionados como aqueles que representam a manifestação da identidade cabinda, em virtude de terem participado da assinatura de tratados com Portugal no final do século XIX. Um desses descendentes foi Luíz Ranque Franque, fundador de um dos movimentos nacionalistas do enclave na década de 1960, o MLEC – Movimento para Libertação do Enclave de Cabinda.

on entry into Brazil. One answer was to shift their trade to the northern ports of Ambriz and Cabinda which were free from official Portuguese control and where duties were not paid [...]. The trans-Atlantic trade was aided by Brazilian companies who opened up factories in Cabinda on more permanent basis than had previously been the practice with European traders. (MARTIN, 1975, p. 52)

Entretanto, não cabe neste trabalho discutir em detalhes a relação dos antigos reinos com o escravismo atlântico, o que vale destacar acerca dos desdobramentos desse período é a consolidação das famílias que originariam as elites do atual Enclave de Cabinda. A vista disso, um nome importante para se tomar nota é Manuel José Puna – 1812-1904 –, barão de Cabinda (MARTIN, 1975, p. 52).

Assim como os Franques, os Punas receberam títulos e cargos militares em nome da coroa portuguesa. Por volta de 1871, Manuel José Puna viajou para Portugal e foi apresentado ao rei, Luís I, com quem fez amizade tornando-se, inclusive, padrinho no batismo de Puna. A lealdade de Puna foi recompensada pelo governante português com o título de Barão de Cabinda. Puna também foi consagrado com o título de mambuco<sup>15</sup>, vindo a se tornar o soberano do reino de Ngoyo após a morte do último rei. Manuel Jose Puna, então mambuco e Barão de Cabinda, atuou como mediador no conflito que ocorreu entre os reinos de Ngoyo e Cacongo momentos antes do contexto do Congresso de Berlim, assim como foi o principal responsável na articulação que levaria a assinatura do Tratado de Simulambuco, visto que foi o Barão de Cabinda quem reuniu os “notáveis da terra” com o propósito de favorecer Portugal em detrimento das ambições francesas, inglesas e belgas na baía de Cabinda e regiões do Malembo e Lândana (PUNA, 2019, p. 243).

Ambos, Puna e Franque, deram aos filhos uma educação europeia e os membros das suas famílias trabalharam para a coroa portuguesa como funcionários na administração colonial (MARTIN, 1975, p. 52). Durante o período do Estado Novo salazarista, essas famílias, dentre as populações denominadas de “indígenas”, faziam parte da camada de “assimilados”, aqueles que tinham acesso à educação e viviam conforme os costumes europeus.

As informações acima levantam dados históricos acerca das descobertas de Portugal na região de Cabinda e sua relação com o antigo reino do Congo, o que mostra o fator histórico por trás dos discursos que orbitam a ordem política de Cabinda, bem como os direitos de Portugal na região etc. É praticamente impossível não citar a longa

---

<sup>15</sup> O título de *mambuco* era uma espécie de vice-rei e governava o litoral, onde arrecadava as contribuições que os comerciantes pagavam aos reis do Ngoyo” (PUNA, 2019, p. 242)

história portuguesa e suas relações com diversas localidades africanas quando se fala da problemática vivida no enclave até os dias atuais.

## **2.2 A Conferência de Berlim e a partilha da África**

Foi durante a Conferência de Berlim entre 15 de novembro de 1884 e 26 de fevereiro de 1885 que se reconheceu a divisão dos três Congos: Congo francês, Congo belga e Congo português. A Portugal retirou-se da margem Norte do Congo, concedendo-lhe um território de recuo. Neste processo deu-se o nascimento de Cabinda. O Tratado de Simulambuco foi assinado em 1 de fevereiro de 1885, entre as autoridades representantes dos três pequenos reinos de Cabinda – Kakongo, Loango e N’goio – e o comandante da corveta Rainha de Portugal Guilherme Augusto de Brito Capelo – representante da coroa portuguesa na ocasião. No contexto da assinatura do Tratado, os habitantes de Cabinda acreditavam que entre as potências europeias em disputa pela influência na região os portugueses pareciam o “mal menor”<sup>16</sup> (ALMEIDA, 2013, p. 70).

---

<sup>16</sup> Esta crença estava associada a boatos de que as populações do Congo belga estavam sendo massacradas por seus colonialistas. A partir da década de 70 do século XIX, os militares do monarca belga Leopoldo II foram responsáveis por inúmeras matanças ao longo das investidas coloniais na região do Congo (ALMEIDA, 2013, p. 70).

Figura 4 – Carta dos territórios de Cabinda, Molembo e Massabi, Paris, 1886



Fonte: Portugal (1886)<sup>17</sup>.

No entanto, Bembe (2014, p. 30) levanta a hipótese de que Cabinda possa ter sido entendida na Conferência de Berlim como sendo mais uma possessão portuguesa, não um protetorado de fato. O autor lembra,

[...] a apetência dos pais fundadores do território de Cabinda nunca teve tradução concreta. Em termos práticos tudo parece ter passado como se a Conferência de Berlim reconhecesse a situação de Cabinda como sendo a de uma possessão colonial. É certo que o Tratado falava em protetorado; mas a noção, em muitos meios tácita, de que Cabinda era um espaço geográfico que fazia parte integrante da possessão colonial de Angola nunca foi directamente posta em causa, há época, nem por Portugal, nem pelas outras potências coloniais. (BEMBE, 2014, p. 30)

<sup>17</sup> Mapa da Comissão de Cartographia. "Carta dos territórios de Cabinda, Molembo e Massabi". Escala 1:750000; Coord. por A. A. d'Oliveira (Paris: Erhard Frères, 1886). Documento recebido por e-mail em abril de 2021.

Contudo, em seguida o autor acresce que em outras convenções, entre Portugal e França, por exemplo, o Tratado de Simulambuco reforçava a condição do enclave como um protetorado (BEMBE, 2014, p. 30).

Durante os anos da Conferência de Berlim, 1884-1885, as reivindicações coloniais portuguesas encontraram resistência da parte das demais potências europeias. França e Bélgica, por exemplo, diziam que Portugal nunca ocupou os territórios descobertos de forma efetiva. Outro fato levantado era o enfraquecimento da posição de Portugal na região norte a qual correspondia ao atual Enclave de Cabinda, uma realidade que remontava à época do rompimento de relações entre a coroa portuguesa com o reino do Congo, quando o comércio escravagista passou a ter seu centro de atividades ao sul, no atual território de Angola. Estes momentos da história regional serviam de argumento a favor das demais potências colonialistas europeias. Por conseguinte, Portugal recorreu a assinaturas de tratados com as elites das regiões sob sua influência (PUNA, 2019, p. 21).

### **2.3 O Tratado de Simulambuco e as elites de Cabinda**

No entanto, o Tratado de Simulambuco não foi o único de mesma natureza assinado no período. No final do século XIX foram celebrados outros tratados, especificamente os tratados de Chinfuma – 29 de setembro de 1883, com o reino de Kakongo, atual região norte do enclave – e de Chicamba – 26 de dezembro de 1884, com o reino de Loango, atual região central.

Miguel Domingos Bembe (2014, p. 29) chama a atenção para o fator que motivou os chefes daqueles reinos a assinarem os referidos tratados, o sentimento de união e pertencimento a um mesmo grupo étnico. Esse desejo de união teria se consolidado com a assinatura de um terceiro tratado na localidade de Simulambuco:

[...] a origem comum dos seus povos – etnia Bakongo e grupo etnolinguístico Kikongo –, e o sentimento de um “destino comum”, disposto a formar uma comunidade dos mesmos sonhos, parece ter-se consolidado com a subscrição de um terceiro acordo de relações luso-cabindas – o Tratado de Simulambuco (1 de fevereiro de 1885), entre o Reino de Portugal e o “reino” de N’Goyo. Deste último, e mais relevante, resultou um novo ente territorial “Cabinda”, que agrupa de forma voluntária os três “reinos” de Kakongo, Loango e N’Goyo sob regime de “protetorado”. Na visão dos pais fundadores, estava instituído um “espaço organizado”, regido por normas comumente aceites, equivalente ao “território político”. (BEMBE, 2014, p. 29)

Relativo ao Tratado de Simulambuco, é oportuno comentar algumas características no que toca ao entendimento desse tipo de documento. Entendia-se como um “Tratado” quando as partes assinantes representavam estados (M’BOKOLO, 2011, p. 361), diferente do que ocorreu em Simulambuco em 1 de fevereiro de 1885. Na ocasião havia um Estado, o Reino de Portugal, e um grupo de autoridades regionais, os “notáveis da terra” (PUNA, 2019) dos antigos reinos do enclave, os quais não representavam um Estado formalmente reconhecido. Por sua vez, os Tratados de Chinfuma e Chicamba podem ser interpretados, de fato, como Tratados, visto que ambas as partes reconheciam os reinos de Kakongo e Loango como Estados. Apesar do Tratado de Simulambuco ter sido enaltecido como um tratado formal, não se pode descartar a hipótese de que talvez para as partes externas, fosse um simples acordo, não um Tratado juridicamente reconhecido (ALMEIDA, 2013).

Bembe (2014, p. 37) também argumenta que Cabinda não configuraria um Estado no momento da assinatura dos tratados, embora houvesse um reconhecimento da parte de Portugal de uma organização sociopolítica a partir de Simulambuco. Bembe aponta que existia “uma organização bastante estruturada e capacitada para assumir os compromissos que lhe foram cometidos pelos históricos tratados oitocentistas (BEMBE, 2014, p. 37). Nessa linha, o autor em seguida aponta que “Com efeito, o Tratado de ‘protectorado’ luso-cabinda, então assinado em Fevereiro de 1885, estabeleceu para o futuro, obrigações recíprocas, que comprometiam, o Estado Português e as Autoridades Nativas Cabindas” (BEMBE, 2014, p. 37)

Segundo documento publicado em janeiro de 1920 numa série de livros pela seção de assuntos históricos do “Escritório de Assuntos Estrangeiros” – em livre tradução – da Inglaterra, no tópico relativo à região de Cabinda, também são citados alguns tratados entre as potências europeias durante o contexto do Congresso de Berlim, os quais influenciaram na formação das atuais fronteiras locais:

Its boundaries were delimited by several Conventions: (1) with the Belgian Congo by a Convention of February 14, 1885, amended by a subsequent Convention of May 25, 1891; (2) with French possessions by a Convention of May 12, 1886. The treaty with Great Britain of February 26, 1884, had recognized Portuguese rights in the Cabinda enclave earlier, but as this treaty never took effect, its definite recognition may be dated from the later Conventions. (THE FOREIGN OFFICE, 1920, p. 25)

Da parte de Portugal, os tratados tinham o propósito de legalizar a presença lusa naqueles territórios bem como sustentar o argumento de que as populações autóctones

desejavam a proteção portuguesa. Também é possível concluir, com base nos fatos acima constatados, que “Nunca houve, portanto, uma unidade política que abrangesse ou até a maior parte do atual território de Cabinda, nem sequer havia uma designação genérica que correspondesse a toda a região” (PUNA, 2019, p. 241). A unificação dos territórios que correspondiam aos reinos Loango, Cacongo e Ngoyo só ocorreria no final do XIX, depois das assinaturas dos referidos tratados.

Sobre a mobilização das lideranças dos antigos reinos, quanto ao marco inicial da identidade Cabinda, Miguel Domingos Bembe fala:

[...] a extraordinária coesão interna verificada na resolução estratégica dos príncipes, notáveis e governadores dos então “reinos” de Kakongo, Loango e N’Goyo, confirmava, muito provavelmente, o “pensar, o sentir e a vontade” próprio dos Cabindas para um destino comum. (BEMBE, 2014, p. 33)

Referente ao reconhecimento de Portugal como potência europeia protetora, o primeiro artigo do Tratado de Simulambuco elucida o desejo daquelas elites locais:

Os príncipes e mais chefes e seus sucessores declaram, voluntariamente, reconhecer a soberania de Portugal, colocando sob o protetorado desta nação todos os territórios por eles governados. (PUNA, 2019, p. 21)

N’zau Puna, no que toca aos acontecimentos e interesses em torno da assinatura do Tratado de Simulambuco, traz sua interpretação enquanto cabindense e descendente dos “príncipes e demais chefes”, bem como comenta sobre algumas diferenças entre as famílias Puna e Franque:

E o Tratado de Simulambuco? [...], o dia 1 de Fevereiro, que os pais do nacionalismo cabindense nos legaram como Dia da Identidade Cabindense, remonta ao ano de 1885, quando por influência da família Puna, pró-lusitana, e contra a vontade da família Franque, pró-inglesa, foi assinado o tratado que viria a vincular politicamente todos os povos da região à soberania portuguesa. Os Puna constituíam a nobreza de nome, pela sua antiguidade e prestígio; os Franque constituíam a nobreza do dinheiro. (PUNA, 2019, p. 21)

Para as elites locais dos três reinos de Loango, Cacongo e Ngoyo, Portugal, dentre as outras potências colonialistas atuantes na região, foi escolhido em virtude de ser o melhor caminho para manter privilégios edificados ao longo das relações comerciais no Atlântico, principalmente durante o século XIX. A intenção por trás da assinatura do tratado era assegurar esses privilégios os quais remontavam aos anos do tráfico de escravizados. Para esse propósito, as relações com Portugal teriam de ser mantidas.

Neste ponto, vale salientar que havia diferenças entre os estatutos de colônia e protetorado. De acordo com Mangovo (2012, p. 149), um território tido como “colônia” era quando havia condicional independência e reconhecimento externo, nada obstante, limitados pelo Estado protetor. Por seu turno, o “protetorado” compreendia a não existência de um reconhecimento externo, apesar da soberania interna ser assegurada pelo Estado protetor. Entretanto, com base em bibliografia compilada por Mangovo, houve gradativa alteração na concepção jurídica da qual se assegurava como estatuto de protetorado uma suposta autonomia política. Mangovo explica como fora administrada a condição de Cabinda quando das reformas semânticas do Estado Novo português em meados da década de 1950, quando naquele momento em razão de pressões internacionais os estados colonialistas cediam para seus protetorados coloniais o estatuto de direito internacional, o que lhes garantia soberania.

Apesar do estudo levantado pelo autor pontuar os caminhos pelos quais antigos territórios coloniais adquiriram suas soberanias, Cabinda não se alinhou às demais independências dos antigos protetorados, o que não lhe garantiu estatuto internacional.

#### **2.4 O Enclave de Cabinda durante o colonialismo moderno português nos tempos de Salazar**

O Estado Novo Português ou Salazarismo foi um regime ditatorial vivido em Portugal que durou de 1933 até 1974. O termo “salazarismo” faz menção a António de Oliveira Salazar, líder do governo. O regime possuía uma ideologia autoritária, estatista, adentrando na esfera cotidiana das pessoas com o propósito de criar o “homem novo” segundo as ideias de Salazar. O salazarismo foi um “nacionalismo católico” português, uma relação simbiótica entre um conservadorismo nacionalista com um catolicismo social, vista como uma reação democrática ao internacionalismo imperialista e ao internacionalismo operário (ROSAS, 2001).

Diante das exigências da comunidade internacional, Portugal relutava em renunciar a seus territórios no ultramar. Em virtude de pressões tanto externas – ONU e comunidade internacional – quanto internas – guerras anticoloniais – o regime decidiu ressignificar as antigas colônias atribuindo-lhes a alcunha de “províncias do ultramar português”, por meio do slogan “Portugal do Minho ao Timor” (MANGOVO, 2012, p. 151).

No ano de 1955 o Ministério do Ultramar Português colocou Cabinda e Angola sob a mesma administração. Embora reconhecendo que de fato se tratava de um mero expediente administrativo, Portugal reafirmava que Cabinda não era Angola, citando a esse propósito que se mantinha o articulado que constava da Constituição portuguesa em vigor (ALMEIDA, 2013, p. 78).

Contudo, há quem diga que Cabinda foi a primeira capital do que um dia foi chamado de “Distrito do Congo”. Maria da Conceição Neto, historiadora angolana e professora na Universidade Agostinho Neto, em reportagem no jornal Jango, apresentou estudo afirmando que a região de Cabinda sempre fez parte de Angola enquanto espaço sob mesma administração:

Poucos meses depois da Conferência de Berlim foi criado o “Distrito do Congo”, fazendo parte da “Província de Angola” (embora o Regulamento só saia em Maio de 1887). Foi criado como distrito praticamente autônomo, sobretudo pela especial situação das fronteiras e correspondentes questões comerciais e aduaneiras. (NETO, 1992)

Em seguida, Neto argumenta que Cabinda nunca foi independente, sempre estando sob a égide do Governo Geral de Luanda e, “inclusivamente quando se tratou de uma região especial do ponto de vista administrativo, foi no âmbito do chamado ‘Congo Português’ e não isoladamente” (NETO, 1992).

Segundo documento de janeiro de 1920, da série de livros pela seção de assuntos históricos do “Escritório de Assuntos Estrangeiros” da Inglaterra, no tópico relativo à região de Cabinda consta informação que vai ao encontro do argumento de Maria da Conceição Neto:

The territory of Cabinda is entirely separated from the Angola colony, but nevertheless is politically part of it, and is under the Governor-General, whose headquarters are at Loanda. It is officially known as the District of Congo, and it has some right to this title, as it undoubtedly formed part of the ancient kingdom of Congo, and was included in the discoveries of Diogo Cão in 1482. [...] The authority of Portuguese over this tract (which takes the name from Cabinda, a port of some importance and the seat of Government) never seems to have been effectively exercised until modern times. (THE FOREIGN OFFICE, 1920, p. 24)

No documento se afirma que Cabinda faria parte do “Distrito do Congo” e, “undoubtedly formed part of the ancient kingdom of Congo”. O trecho elucida um tipo de argumento criticado por N’Zau puna, quando o autor diz que “Há quem defenda mesmo que Cabinda sempre foi parte integrante de Angola porque, na época pré-colonial,

já fazia parte do reino do Congo” (PUNA, 2019, p. 239). Adiante no seu livro, Puna contra-argumenta:

Em primeiro lugar, o reino do Congo não se identifica com aquilo que hoje chamamos Angola. Sabe-se que o seu vasto território se estendia pelos dois Congos até ao Gabão. Se tivermos de identificar todos os antigos territórios régios do Congo como partes da atual República de Angola, então é forçoso concluir que Angola é um território incompleto. Em segundo lugar, os três reinos de Cabinda não exerceram uma vassalagem *stricto sensu* em relação ao reino do Congo. (PUNA, 2019, p. 239)

Todavia, Bembe (2014, p. 39) reforça o argumento de que Cabinda sempre foi tratada pelos portugueses como sendo mais uma região de domínio em África entre as demais, incluindo Angola. Segundo o autor:

A verdade é que, antes e depois, da assinatura dos tratados oitocentistas de “protectorado” (1883-1885), Cabinda apareceu referida especificamente, separado e distintamente de Angola, nos vários textos Político-Constitucionais de Portugal (1882-1975). (BEMBE, 2014, p. 39)

Mais adiante no texto, Bembe acresce que o Enclave de Cabinda sempre dispôs de uma “clara particularidade” dentre os outros territórios portugueses no ultramar. “Esta circunstância era reforçada pelo princípio ‘direitos reservados’ que Portugal sempre apresentou em relação a este espaço territorial” (BEMBE, 2014, p. 41).

## 2.5 Petróleo e outras riquezas

Não obstante, existe um fato que se deve dar atenção: na mesma época em que o Enclave de Cabinda fora posto sob a mesma administração de Angola, meados da década de 1950, o recurso do petróleo foi descoberto nas águas litorâneas do Enclave, fato de suma importância para compreender as disputas políticas da região. A complexa estrutura econômica e política de Angola, orbita em volta da atividade petrolífera, levando a total dependência estatal das receitas do petróleo; todo o aparelho político do MPLA – Movimento Popular de Libertação de Angola, partido que vem governando o país por quase quarenta anos – após a independência se desenvolveu em torno da economia petrolífera, desde então o controle do fluxo de receitas esteve nas mãos do presidente (ALMEIDA, 2013, p. 51).

Bembe (2014, p. 78) afirma que já se sabia da existência do petróleo em Cabinda desde o século XIX, segundo conta o autor:

[...] desde o século XIX, o petróleo passou a ritmar a vida e a determinar o rumo da história e do seu destino. A este respeito, à diversidade e quantidade dos recursos minerais do subsolo, com especial ênfase ao “ouro negro”, cuja prospecção datada desde 1915, a sua exploração iniciou-se apenas em 1966 pela Cabinda Gulf Oil Company [...]. (BEMBE, 2014, p. 78)

Eugênio Costa Almeida afirma que houve a “criação de um Estado paralelo, centrado na Presidência e na Sonangol” (ALMEIDA, 2013, p. 51). A Sonangol é a principal entidade do setor petrolífero de Angola desde sua criação em junho de 1976, sendo a região de Cabinda o principal centro das atividades. No momento anterior à estatização da ANGOL – a qual posteriormente se tornaria a Sonangol – a Cabinda Gulf Oil Company era responsável pelo maior volume de produção. As multinacionais Petrofina e Texaco também extraíam na região (ALMEIDA, 2013, p. 51).

Os recursos concentrados em Luanda auxiliaram na afirmação do poder na capital, clarificando o que seria um dos motivos da distribuição desigual entre as demais localidades do país. Com o controle absoluto dos recursos do petróleo nas mãos do presidente e a receitas direcionadas para a capital e seus entornos os desenvolvimentos regionais foram comprometidos, sendo Cabinda a região de maior saliência no que toca a problemática da atividade petrolífera e direcionamento de seus capitais derivados (MANGOVO, 2012, p. 154).

Bembe traz alguns números relativos à produção de barris de petróleo em Angola e, conseqüentemente, também em Cabinda:

O relatório da OCDE sobre “Perspectivas Económicas para África em 2012”, considera Angola como segundo maior produtor de petróleo de África, logo depois da Nigéria. Estima a sua em mais de 1 milhão e 900 mil barris por dia (bpd), onde, Cabinda representa entre 50 e 65 por cento da produção do país, ou seja, respectivamente entre 800 mil barris e 1 milhão e 40 mil barris por dia, aproximadamente entre 46 milhões de dólares e 60 milhões de dólares por dia. (BEMBE, 2014, p. 79)

Adiante, o autor acrescenta mais informações sobre as riquezas do Enclave de Cabinda e o seu contraste com os aspectos sociais da região,

[...] a economia do Enclave assenta igualmente, na exploração da Madeira (a segunda maior riqueza do território, depois do petróleo) da densa floresta equatorial do maiombe, nas produções agrícolas do café, cacau, mandioca, amendoim, milho, feijão, banana, batata e o óleo de palma e do coconote, na exploração do ouro, diamante, cobre, manganês, fosfato, ferro, urânio e potássio, exportados e, fundamentalmente, na exploração de hidrocarbonetos de petróleo no litoral, onde se situam uma das principais bacias de petróleo e

gás angolano em expansão, tornando Cabinda, uma das regiões mais ricas do país. Mas, a ambivalência “terra rica, povo pobre”, tem sido considerada como uma das razões para o reforço e manutenção das históricas reivindicações a favor da independência da região, iniciadas na década de 40 do século XX. (BEMBE, 2014, p. 79)

De todo modo, há um certo desenvolvimento econômico oriundo de fundos do petróleo, contudo, parte da população de Cabinda aponta para o direcionamento da maioria dos recursos para a capital angolana (ALMEIDA, 2013, p. 90). Os mais de quarenta anos de conflito armado abalaram as estruturas econômicas e sociais de Cabinda, sua população rural sofreu com extrema pobreza e contínuo sentimento de insegurança, repressão e medo (BEMBE, 2010, p. 37).

### **3 ANTICOLONIALISMO E A QUESTÃO DE CABINDA ATÉ A INDEPENDÊNCIA DE ANGOLA**

A partir deste capítulo, serão apresentados as condições que levaram a emergência do anticolonialismo angolano e os fatores os quais salientavam as bases étnicas que dividiram o nacionalismo em movimentos rivais. Também serão trabalhadas as principais fontes primárias oriundas do período o qual compreende as lutas anticoloniais do início da década de 1960 até o momento da independência de Angola em 1975. Outro ponto de fundamental importância na análise são alguns aspectos referentes ao período compreendido como Guerra Fria, plano de fundo geopolítico crucial para se entender os conflitos em África bem como as descolonizações.

O petróleo de Cabinda era um recurso indispensável na agenda política e econômica regional. Tanto os EUA quanto a URSS e Cuba agiam no contexto da descolonização de Angola no intuito de garantir o petróleo do enclave para seus aliados. O enclave de Cabinda foi palco de intensas manifestações sociais e alvo de interesses políticos, tanto dos movimentos de libertação angolanos quanto de países vizinhos como, por exemplo, os Congos Kinshasa e Brazzaville. Através da conjuntura vivida no enclave no período sob análise se pode ter um vislumbre de como os nacionalismos emergentes no continente africano se articulavam contra a máquina colonialista, bem como construía seus discursos políticos a favor da independência de seus países.

#### **3.1 A política do Indigenato e seu papel na emergência dos nacionalismos**

A política do Indigenato foi um aparelho burocrático e jurídico minucioso que institucionalizava as diferenças entre grupos sociais e raciais. Um “indígena” era um africano filho de africanos ainda regido por costumes nativos, eram negros ou mestiços e tinham o dever moral de trabalhar e se “aperfeiçoar”. Todo indígena do sexo masculino tinha que trazer consigo uma caderneta, documento que funcionava como carteira de identidade e como forma de controle policial. Os indígenas tinham que se submeter a trabalhos forçados e, por vezes, sofriam punições corporais – chibata e palmatória –, métodos que dentro da lógica do paternalismo estariam “educando” o africano compreendido como uma “criança” perante o pai europeu. Era uma lógica de hierarquia racial (WEELER; PÉLISSIER, 2009, p. 194).

Todo indígena tentava alcançar o status de “assimilado”, o próximo “degrau”

numa espécie de escala evolutiva social. Os assimilados, na sua grande maioria mestiços ou indivíduos oriundos de camadas mais abastadas, ainda eram diferentes dos colonos europeus. Muitos desses assimilados recebiam educação europeia, tendo acesso à cultura e linguagem política portuguesa através do ensino superior em universidades na Europa, o que acarretou a formação de uma elite intelectual. Foram esses assimilados que fundaram a Casa dos Estudantes do Império, onde discutiam as condições do negro africano. Foi dentro de movimentos estudantis que emergiu uma consciência divergente da suposta identidade portuguesa defendida pelo aparato colonialista, dando início aos movimentos anticolonialistas de independência (WEELER; PÉLISSIER, 2009, p. 194).

N'Zau Puna fora um desses estudantes assimilados, estudou em seminários católicos e teve acesso à educação superior. No seu livro de memórias ele relata o sentimento que imperava naquele momento de emergência nacionalista:

São coisas a mais para a mente de um estudante, aprendiz das causas sublimes que a liberdade tem, forçosamente, de trazer. A assimilação é coisa que nem dá para entender... Mesmo que lhe dêem o bilhete de identidade e seja capaz de ganhar hábitos europeus. E daí? A seu lado, havia o mulato, que era logo automaticamente assimilado. [...]. Se, como o colonialismo nos dizia, éramos todos portugueses, então porque é que havia tanta discrepância... tanta divisão? (PUNA, 2019, p. 32)

A pressão dos movimentos nacionalistas estudantis, bem como a influência de ex-colônias africanas e asiáticas fizeram com que se estruturassem os movimentos angolanos de libertação.

### **3.2 Anticolonialismo em Angola e os nacionalismos rivais**

O nacionalismo angolano estava dividido entre três movimentos (BITTENCOURT, 2013, p. 1): a UPA – União das Populações de Angola – posteriormente se tornou a FNLA – Frente Nacional de Libertação de Angola –, seu líder foi Holden Roberto, quem recebeu auxílio da CIA bem como teve apoio do Congo Kinshasa. O movimento de Roberto muitas vezes foi apontado como tribalista, teve sua origem na região norte de Angola e seus representantes vinham de camadas rurais e eram predominantemente da etnia bacongo.

Outro movimento foi o Movimento Popular de Libertação de Angola – MPLA –, oriundo das atividades anticoloniais da capital Luanda, era um movimento urbano e com ideal pan-angolano – dizia reconhecer a diversidade étnico-cultural como identidade

nacional. Teve sua gênese em movimentos estudantis e o grupo étnico de base era os umbundos ou mbundus, embora brancos e mestiços (esses entendidos como “crioulos”) também fizessem parte do movimento. Seus militantes eram trabalhadores urbanos e funcionários públicos, a grande maioria provinha da camada de assimilados, os quais contribuíram na construção da imagem do grupo fora de Angola. Foi um movimento a-racial e multiétnico, seu líder era Agostinho Neto, quem obteve apoio da URSS e, mais tarde, apoio militar de Cuba. O MPLA ainda enfrentaria uma cisão interna em 1974 quando se dividiu em duas alas: a ala presidencial fiel a Agostinho Neto e a Revolta Ativa ou Revolta do Leste, desencadeada pelos militantes do chamado Grupo de Brazzaville, os quais criticavam a direção autocrática do MPLA. A cisão somente seria superada entre 12 e 29 de agosto de 1974 (RAMOS, 2018, p. 176).

O terceiro movimento era a UNITA – União Nacional para Independência Total de Angola –, criada por um dissidente do FNLA, Jonas Malheiro Savimbi. O líder do movimento acusava o FNLA de ser tribalista e o MPLA de desprezar as camadas rurais. Savimbi inicialmente tentou aplicar uma ideologia maoísta no grupo. A formação ideológica da UNITA evidencia o contexto “multipolar” da Guerra Fria, diferente do que a velha historiografia costuma relatar como mundo “bi polarizado”, uma vez que o movimento obteve apoio da China num primeiro momento e, posteriormente, tentou obter recursos com os EUA. Savimbi iniciou o movimento com ideias maoístas, depois passou para um viés pan-angolano e no final mobilizou princípios étnicos.

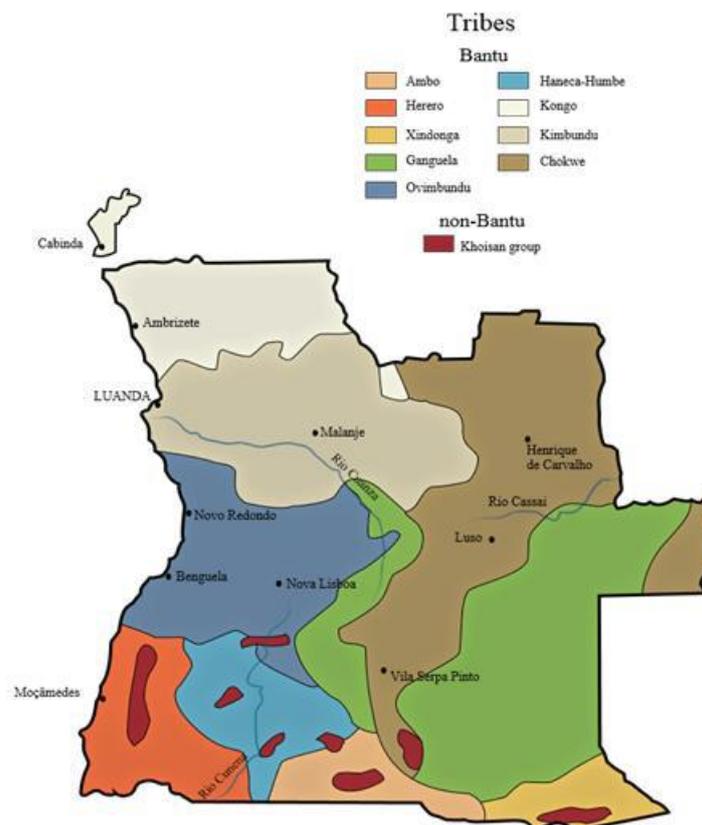
Desde o início, a organização política de Savimbi, a UNITA, teve dificuldades de comunicação, estruturação e contatos internacionais. Em contrapartida o MPLA de Agostinho Neto possuía desde cedo conexões com líderes políticos portugueses ligados ao partido comunista português, além disso o MPLA possuía membros integrantes a Casa dos Estudantes do Império, centro da intelectualidade anticolonial. O movimento de Neto também possuía visibilidade internacional uma vez que conquistava a simpatia da comunidade acadêmica opositora ao colonialismo de Salazar. Por seu turno, a FNLA de Holden Roberto também possuía sua própria rede de relações. Roberto possuía relações próximas com o presidente do Zaire, Mobutu Sese Seko. Por intermédio dessa relação, a FNLA tinha um ponto estratégico na região de fronteira com o Zaire. Ademais, através do Zaire, Roberto garantia acesso a contatos dos EUA e da CIA (PAREDES, 2021, p. 267).

A resposta para a incapacidade de unificação dos movimentos de independência angolanos repousa no fato de que os grupos se formaram em contextos étnicos, sociais e

econômicos distintos dentro do espaço colonial português. Consequentemente, a disputa entre os três principais movimentos não levou a independência. Raúl Tati<sup>18</sup> escreve no prefácio do livro de memórias de N'Zau Puna algumas características dos movimentos de libertação angolanos:

Angola, [...] estava marcada fortemente por uma geografia etnolinguística dominada por três grandes grupos étnicos: os ovimbundus, os mbundus e os bacongos. Representavam então cerca de 7 por cento da população. Este facto vai ser evidente na configuração étnica dos três principais movimentos de libertação que iriam conduzir a luta de emancipação política de Angola até 1974. Efectivamente, a UPA-FNLA teve uma base bacongo, o MPLA, uma base mbundu e crioula, e a UNITA aparece posteriormente com uma base ovimbunda. (TATI, 2019, p. 15)

Figura 5 - Mapa de distribuição tribal de Angola



Fonte: Melícias (2017, p. 26).

<sup>18</sup> Raúl Tati é cabindês e deputado pela bancada parlamentar da UNITA em Angola, nasceu em 1 de março de 1963 e possui doutorado em Teologia Moral pela Academia Alfonsianum de Roma. Publicou os seguintes livros: “Crise Africana e Processo de Democratização em África” de 1999; “Cabinda - Percurso Histórico de uma Igreja entre Deus e César” de 2014; “Corrupção, Democracia e Desenvolvimento Sustentável em Angola” (Coautor) de 2014; “Cabinda - Órfã da Descolonização do Ultramar Português” de 2017; “A Construção do Estado Pós-colonial em África e o Desafio do Renascimento Africano” de 2018.

O impasse entre os três grupos teve uma nova fase depois da Revolução dos Cravos em Portugal, episódio que pôs fim ao regime salazarista em abril de 1974 quando os militares que atuaram nas guerras anticoloniais derrubaram o governo. Foram esses militares, conhecidos como “capitães de abril”, que abriram negociações com os movimentos de independência angolanos. Por fim, o MPLA assumiu o governo de Angola, o país recém independente só conheceria eleições no início da década de 1990 após o término do período de Guerra Fria. O governo do MPLA se sustentava majoritariamente através do petróleo da região de Cabinda, enquanto o principal adversário político, Jonas Savimbi da UNITA, explorava as reservas de diamantes das províncias do nordeste angolano (MAXWELL, 2006).

Os três principais movimentos independentistas não poderiam ser significados como tribalismos (TATI, 2019, p. 15). Os projetos nacionalistas não conseguiram dar conta da diversidade identitária e a ideia de uma angolanidade perene que pudesse acomodar a complexa pluralidade étnica existente dentro do atual território angolano ainda não encontrou terreno fértil. Raúl Tati (2019, p. 16) frisa que a identidade angolana, ainda hoje, é “um conceito vago e pouco incisivo em relação à tribo”, a qual em contraste com os projetos nacionalistas, “representava já toda uma estrutura política hierarquizada, uma história e uma tradição em que os seus membros se reviam, enquanto aquela [a angolanidade] carecia ainda de um sólido conteúdo antropológico e sociológico” (TATI, 2019, p. 16).

Ao desabafar dizendo que “os jovens ignoram como se ganha uma bandeira”, Miguel Maria N’Zau Puna argumenta que os mais velhos nunca deram bons exemplos no que se refere a construção da nação angolana:

Mas quando falo dos mais velhos é porque estes também não deram bom exemplo. Uma coisa é libertar o país e outra tarefa importante é construí-lo. Não construímos Angola como devia ser porque negligenciamos o trabalho de formar bons cidadãos e bons patriotas e dedicamos muito tempo (demasiado tempo!) à luta pelo poder. (PUNA, 2019, p. 223)

Raúl Tati aponta a posição de Cabinda dentro das demais manifestações identitárias em torno do nacionalismo angolano, frisando que “no caso de Cabinda, a cobiça humana levou a que ‘os outros’ pusessem as mãos em seara alheia, fazendo tábua rasa a todos os precedentes históricos e jurídicos (TATI, 2019, p. 16). Raúl Tati explica:

Os cabindas, por sua vez, vão ingressar indistintamente nos movimentos políticos angolanos com a estratégia inequívoca de combater o inimigo comum, o colonialismo português, para depois cada um ceifar em seara própria. [...] O resultado dessa “manobra” é o choque identitário, cabindanidade versus angolanidade, que encetou caminho para o conflito político-militar ainda vigente, e sem perspectiva de solução, mais de 40 anos depois. (TATI, 2019, p. 16)

Angola enfrentou desde o momento de sua independência uma complicada guerra civil entre o partido detentor do poder central em Luanda, o MPLA e a UNITA de Jonas Savimbi, devastando o país durante quase trinta anos. O conflito entre os dois partidos somente teve fim em 2002 após a morte do líder da UNITA. Não obstante, outro conflito armado cruza a história de Angola no pós-independência, muitas vezes chamada de Angola's forgotten war – “a guerra esquecida de Angola” – os confrontos envolvendo os movimentos separatistas do Enclave de Cabinda salientam a problemática em torno da construção de um Estado soberano aos moldes conceituais da modernidade ocidental.

Sobre os conflitos armados no Enclave de Cabinda, Miguel Domingos Bembe fala:

Desde o início do conflito, em 1975, os principais problemas com que se deparou [o Enclave de Cabinda] dizem respeito à verdadeira incapacidade de aproximação das partes (Governo angolano e Resistência de Cabinda), à ausência de consensos em relação ao modelo que orientaria a resolução do problema e à radicalização das posições. Estas situações ensombraram e esmoreceram o avanço das conversações políticas entre os contendores. (BEMBE, 2014, p. 35)

A despeito das reivindicações independentistas cabindesas, era evidente o interesse dos movimentos nacionalistas angolanos em usufruir dos recursos do enclave, principalmente o petróleo, logo, a autodeterminação do povo de Cabinda encabeçada pela FLEC não seria facilmente aceita (MANGOVO, 2012, p. 151). Durante os acordos de Alvor em 15 de janeiro de 1975 os três movimentos nacionalistas de Angola estiveram presentes, na ocasião todos os três acordaram que os territórios angolanos se estenderiam “de Cabinda ao Cunene” (ALMEIDA, 2013, p. 83). No momento da assinatura do acordo não houve qualquer representante político de Cabinda. Mesmo em acordos anteriores a Alvor ocorridos em Nakuro e Momçaba, Agostinho Neto (MPLA), Holden Roberto (FNLA) e Jonas Savimbi (UNITA) concordavam que Cabinda seria parte integrante da futura nação (ALMEIDA, 2013, p. 83).

No entanto, em um memorando<sup>19</sup> datilografado em francês datado de 19 de agosto de 1974<sup>20</sup>, assinado por Auguste Tchoufou, líder de uma das alas da FLEC, dirigido aos chefes de Estado e de Governo da Organização da Unidade Africana, comenta-se que existiram divergências dentro dos movimentos de libertação angolanos quanto ao caso de Cabinda. Tchoufou fala da Revolta Ativa, ala do MPLA que respeitava as reivindicações cabindesas:

En outre sont apparus des points de vue divergents au sein même des dirigeants des mouvements angolais, particulièrement des dirigeants du M.P.L.A. dont la faction ‘Révolte Active’ est beaucoup plus réaliste et respecte les aspirations profondes du peuple cabindais qui ne cherche rien d’autre que son indépendance totale et qui considère que ce n’est qu’à partir de cette vérité de fait et de droit que l’avenir du Cabinda, dans le cadre de l’Unité Africaine, peut être discuté. (FRONT DE LIBÉRATION DE L’ENCLAVE DU CABINDA F.L.E.C, 1974)

De acordo com Bembe (2014, p. 32), o que se seguiu após a descolonização decorrente dos acordos de Alvor entre 10 e 15 de janeiro de 1975, foi a manutenção de status quo e, tanto para o governo português quanto para os três movimentos nacionalistas angolanos, segundo estipulado no artigo nº 3 do ato final concluído entre as partes, “Angola constitui uma entidade una e indivisível nos seus limites geográficos e políticos actuais e, neste contexto, Cabinda é parte integrante e inalienável do território angolano” (BEMBE, 2014, p. 32). Para Bembe,

Com os benefícios da retrospectiva, não é difícil de compreender o que jurídico-administrativamente se seguiu com o processo de descolonização de 1975 e a cada vez maior tendência actual de manutenção e reforço do status quo. De algum modo por omissão (uma omissão-lacuna jurídica, decerto politicamente intencional), procedeu-se a uma espécie de subsunção formal de Cabinda em Angola nos textos dos Acordos de Alvor concluídos em 15JAN1975, sem o consentimento dos Cabindas. (BEMBE, 2014, p. 32)

Consequentemente, a resistência das Nações Unidas, de Portugal e de Angola em atender as intenções independentistas cabindesas, acarretou à região do enclave um constante conflito territorial desde o processo de descolonização em 1975, situação a qual, apelidou-se de conflito “nacionalista versus secessionista” entre o governo de Angola e

---

<sup>19</sup> O documento está disponível no acervo digital da Casa Comum Desenvolvido por Fundação Mário Soares, arquivo Mário Pinto de Andrade, Lutas de Libertação, Angola, MPLA, Revolta Activa, pasta 04307.007.001. (FRONT DE LIBÉRATION DE L’ENCLAVE DU CABINDA F.L.E.C, 1974)

<sup>20</sup> Imagens do documento estão disponíveis no anexo A.

os Movimentos de Libertação de Cabinda – MLC. Segundo trata Bembe, ao longo dos quarenta anos de conflito,

a Liderança Angolana reitera a conservação da República de Angola como Estado unitário e democrático de direito, definindo neste contexto um estatuto especial para Cabinda, bem como a integração dos membros das forças militares da FLEC nas Forças Armadas Angolanas (FAA) e dedicar-se ao desenvolvimento sócio-económico da região; a FLEC tende a fazer finca-pé nas suas históricas ambições territoriais, que redundariam na rotura do minúsculo e luxuriante “Enclave angolano”, visando, em simultâneo, restaurar a sua independência como “herança do passado” e assumir o lugar igual no sistema internacional para o qual sente vocação e capacidade. (BEMBE, 2014, p. 33)

Durante a guerra civil angolana o líder da UNITA, Jonas Savimbi, reconhecia a independência de Cabinda (PUNA, 2019; REPÚBLICA DE CABINDA, [20--]). Segundo N’Zau Puna, certa feita o presidente da FLEC-FAC – FLEC-Forças Armadas de Cabinda –, Nzita Tiago, visitou uma base de operações da UNITA no município de Jamba na província angolana de Huíla com o propósito de obter auxílio no treinamento de seus guerrilheiros. Na ocasião segundo conta Puna,

O presidente da FLEC-FAC, Nzita Tiago, visitou a Jamba, tendo pedido a formação de quadros seus como instrutores militares para irem treinar as FAC. O pedido foi aceite e no seu regresso a Kinshasa enviou para Jamba 15 quadros bem selecionados, que receberam primeiramente um treino militar e depois se especializaram como comandos. Depois de formados, apareceu pela segunda vez o presidente Nzita. Desta vez, trazia uma proposta estranha para Savimbi: que se sentia velho e estava a pensar no Puna como seu substituto na liderança da FLEC. (PUNA, 2019, p. 196)

Em seguida, segundo trata Puna, Nzita Tiago, descontente com a recusa de Puna, fez alegações à UNITA, afirmando que Savimbi possuía relações com a África do Sul no auge das protestações contra o *apartheid* sul-africano. O relato expõe um pouco das relações que os movimentos nacionalistas de Cabinda tiveram com a UNITA.

Martial Arsene Mbah apresenta dados divergentes sobre a formação da FLEC e sua atuação política. Segundo o autor a FLEC fora criada às pressas em agosto de 1974<sup>21</sup> e não obteve sucesso em decorrência de divisões internas quanto à liderança do movimento. Uma dessas lideranças era Augustin Tchioufou, sua ala dentro da FLEC era financiada pela *Elf Congo* e com sede em Ponta Negra, possuindo filiais na França. O petróleo de Cabinda desde sua descoberta na década de 1950 sempre foi objeto de

---

<sup>21</sup> Certamente o autor se refere a uma das ramificações da FLEC, visto que a sigla original foi fundada em 1963.

interesse internacional, pois, de acordo com Mbah, a França foi uma das nações que encorajou os separatismos de Cabinda (MBAH, 2010, p. 298). Mbah destaca:

Também é preciso assinalar que a agitação política dos dirigentes da FLEC, em favor de uma eventual independência de Cabinda, era invariavelmente considerada como resultado duma manipulação política orquestrada a partir do estrangeiro. E a primeira prova disso era simplesmente o fato de existir uma associação França-Cabinda, cuja fundação a 20 de Janeiro de 1975 foi denunciada por um dos movimentos de libertação nacional angolano. (MBAH, 2010, p. 298)

O autor ainda afirma que a FLEC não obteve reconhecimento da parte da comunidade internacional, uma vez que tanto Organização das Nações Unidas quanto a Organização da Unidade Africana não encorajavam os movimentos nacionalistas de Cabinda por considerarem serem perigosos, de modo a desestabilizar tudo o que fora feito para apaziguar os conflitos entre o MPLA e a UNITA. Isso explica o fato de nenhuma das partes signatárias dos acordos de Alvor e Mombassa não levarem a questão de Cabinda como algo sério a ser resolvido. Todo esse jogo político contribuiu para o enfraquecimento dos movimentos separatistas do Enclave de Cabinda (MBAH, 2010, p. 298). O texto de Mbah deixa a entender que a FLEC, assim como o nacionalismo cabinda, serviu com uma espécie de “caminho” por onde interesses estrangeiros – no texto o autor destaca a França, a República Popular do Congo e a República Democrática do Congo – influenciariam na autonomia política e econômica de Angola.

Não era uma surpresa, em razão da proximidade geográfica com o enclave e de serem adversários políticos de Angola, os dois Congos terem sido grandes patrocinadores dos movimentos nacionalistas de Cabinda. Contudo, segundo trata Miguel Domingos Bembe, o cenário se alterou quando:

A queda do Mobutu Sese Seko, no Zaire (Actual Congo-Kinshasa), foi talvez, um dos golpes mais duros na resistência de Cabinda, assim ruía um dos seus mais importantes patrocinadores – o garante do refúgio seguro e de bases militares à retaguarda. O Congo-Brazzaville sofreu também o mesmo cataclismo. Estes dois países africanos, antigos adversários de Angola, transformam-se no espaço de um ano em “velhos amigos” de Angola. (BEMBE, 2014, p. 171)

N’Zau Puna, afirma que os problemas atuais vividos no país, bem como no Enclave de Cabinda, são consequências do regime que se instaurou em Portugal depois da Revolução dos Cravos em 1974. O Partido Comunista Português escolheu se aliar ao MPLA por julgar o movimento mais seguro e alinhado aos mesmos preceitos socialistas.

Consequentemente, o partido de Agostinho Neto teve todo o apoio português em usufruir dos recursos petrolíferos do enclave. N'Zau Puna opina:

Tudo o que Angola tem vindo a sofrer é mesmo da responsabilidade única e exclusiva do então regime português, que via no MPLA o único aliado seguro. Até por ser considerado um movimento de esquerda, face aos laços quase seculares do MPLA com o PCP. (PUNA, 2019, p. 126)

Logo em seguida o Puna completa:

Não é por acaso que Portugal decidiu, em Alvor, fazer Cabinda parte integrante de Angola, no total e flagrante desrespeito da vontade popular dos cabindas, Não. Não foi por acaso. De tal maneira que eu considero um grave erro dos nossos antepassados – designadamente dos meus antepassados, os Punas – terem escolhido Portugal como aliado, quando, na altura, estavam em Cabinda ingleses, belgas, franceses e holandeses! Um erro grave... que estamos hoje a pagar! (PUNA, 2019, p. 126)

Adiante o autor cita o processo de descolonização da República Democrática do Congo em relação à Bélgica e compara o caso de Cabinda com as nações que conquistaram sua autodeterminação, os casos de Ruanda e Burundi, não sendo absorvidas pelo Congo. Segundo Puna, Portugal não cumpriu ou agiu de acordo com os compromissos assumidos ao longo do período colonial (PUNA, 2019, p. 126).

No já citado memorando de agosto de 1974, direcionado às autoridades governamentais da OUA, Auguste Tchoufou relata alguns desdobramentos da Revolução dos Cravos no Enclave de Cabinda:

C'est au début de 1974, sous l'impulsion de la jeunesse, ayant pris conscience de l'esprit national, que furent réorganisés les mouvements cabindais. Cette action déboucha naturellement sur la création du "Mouvement du Peuple Cabindais (M.P.C.)" à l'issue d'une Conférence des Nationalistes Cabindais tenue à Pointe-Noire (République Populaire du Congo). Les événements du 25 avril 1974 survenus au Portugal ont permis la résurrection du Front de Libération de l'Enclave du Cabinda (F.L.E.C.) aussi bien à Kinshasa qu'au Cabinda même et la création de l'Union Démocratique des Peuples du Cabinda (U.D.P.C.) à l'intérieur du Cabinda. (FRONT DE LIBÉRATION DE L'ENCLAVE DU CABINDA, 1974)

No mesmo memorando de 1974, Auguste Tchoufou também utiliza como argumento os casos de Ruanda e Burundi para defender a autodeterminação de Cabinda:

L'argument, qui consiste à dire que le Cabinda n'est pas viable comme Etat indépendant du fait de sa faible superficie et de sa démographie peu importante, est réfuté par l'histoire contemporaine de la colonisation qui a vu

naitre le RWANDA, le BURUNDI, la GAMBIE, et la GUINÉE Equatoriale, tous Etats de petites dimensions. Ce dernier Etat, dont la population est essentiellement composée de FANG, a malgré tout échappé à une quelconque fusion ou fédération, en dépit des liens créés par une parenté ethnique étroite avec ses voisins immédiats. Dans notre cas, si nous ne contestons pas être des frères du peuple angolais à l'intérieur de la grande famille africaine, nous contestons par contre relever du même rameau ethnique que le peuple angolais. Certes le Cabinda et l'Angola doivent s'unir dans la lutte parce qu'ils aspirent tous deux à l'émancipation totale et qu'ils ont les mêmes ennemis. (FRONT DE LIBÉRATION DE L'ENCLAVE DU CABINDA, 1974)

Sobre a responsabilidade portuguesa quanto aos problemas vividos em Cabinda, Bembe argumenta:

Consequentemente, exige-se de uma forma muito sonante que Portugal assumia o “seu erro histórico” enquanto “potência tutelar” pelo destino que “unilateralmente deu a Cabinda”, designadamente a sua “integração” no novo Estado Angolano, extraviando por completo o espírito dos Tratados oitocentistas já atrás elencados. (BEMBE, 2014, p. 46)

Avante no seu texto, Bembe fala que da parte portuguesa,

Lisboa considera que a independência de Angola deu-se, conforme a doutrina da ONU, segundo os limites das fronteiras geográficas herdadas do colonialismo. Assim, a diplomacia portuguesa defende que Cabinda é um problema interno angolano, no qual Portugal não deve interferir. Compete ao Governo angolano e às partes interessadas resolver esta problemática. (BEMBE, 2014, p. 69)

A edificação do Estado em torno de uma suposta identidade nacional angolana cuja disputa ficou entre os três principais movimentos de libertação, bem como a guerra civil vivida no momento pós independência evidenciam a “descolonização falha” de Portugal (MANGOVO, 2012). A disputa no território do enclave de Cabinda ficou alinhada ao mesmo processo:

Cabinda no contexto angolano, foi e, talvez, continua a ser uma das frentes onde o processo de descolonização fracassado deixou as marcas da cobiça quer regional quer internacional, obrigando o poder político instalado a encontrar mecanismos para solucionar um conflito que data de séculos. (MANGOVO, 2012, p. 151)

Ao observar a descolonização de Angola, processo no qual não houvera um tipo de transição pacífica e gradativa, pode-se apontar que a mesma lógica belicista da qual edificou o Estado angolano atuou no território cabindense, visto que o enclave está sob ocupação militar desde o início das lutas anticoloniais de meados da década de 1960. Este cenário explicita o paradigma militarista desenvolvido pelo estado angolano, o qual

sempre consolidou seu poder por intermédio da força. Ao longo de seu processo de descolonização, ou como Mangovo (2012, p. 152) destaca, uma “descolonização fracassada”, não seria inesperado constatar que Cabinda se veria obrigada a atuar dentro da mesma lógica militarista, dado que no momento pós-colonial não só Angola como também interesses econômicos internacionais direcionavam seus olhares para o enclave, visando usufruir das receitas provenientes da região, sendo a atividade petrolífera a mais cobiçada.

### **3.3 A Geopolítica no contexto da Guerra Fria**

A conjuntura da Guerra Fria contribuiu para a emergência de manifestações políticas nacionalistas, as quais buscavam apoio político, militar e econômico não só dos EUA ou da URSS, mas também da China maoísta e de Cuba. A partir da década de 1960, as lideranças políticas internacionais perceberam que o campo de batalha ideológico da Guerra Fria na África começava a ter destaque onde os nacionalismos das remanescentes colônias portuguesas – em especial Angola e Moçambique – conflitavam entre si. Odd Arne Westad afirma:

Many were inspired [os movimentos de libertação] by what they considered to be the lessons of the wars in Vietnam and in Cuba, believing that guerrilla warfare and mass political mobilization would defeat their enemies, while preparing their societies for the postwar building of a socialist state. (WESTAD, 2007, p. 209)

Parte das lideranças dos movimentos anticoloniais entendiam que somente meios radicais poderiam encaminhar a libertação de suas nações. Futuramente, alguns líderes no momento pós-colonial mantiveram uma estrutura rígida de controle social a fim de direcionar seus países a uma realidade mais igualitária e com menos influência europeia (WESTAD, 2007, p. 209).

De acordo com Westad (2007, p. 209), o marxismo “helped create at least the perspective of a united front against the regimes. It also fueled the hope of creating future states that were modern and just”. Segundo o autor, a ideologia marxista encontrou terreno fértil nas regiões onde o instrumento de dominação colonialista usou de categorias étnicas para segregar populações, processo no qual contingentes sociais tiveram seus papéis muito bem delineados. No caso do colonialismo português, o aparato jurídico do Indigenato dividiu as populações entre indígenas e assimilados, estes com acesso à cultura

européia formaram uma camada intelectual, enquanto aqueles, a grande maioria, ainda viviam segundo parâmetros culturais tradicionais (WEELER; PÉLISSIER, 2009, p. 194).

Um fator importante para se ter em mente fora o papel das lideranças políticas das nações que circundavam o Enclave de Cabinda, como, por exemplo, o Congo de Mobutu Sese Seko, ditador do Zaire – ou República Democrática do Congo – entre os anos de 1965 e 1997<sup>22</sup>, o qual, segundo Mbah (2010, p. 298) e a FLEC-Estado de Cabinda (REPÚBLICA DE CABINDA, [20--]), reconheceu a soberania do enclave e apoiou as reivindicações da FLEC.

Sobre as dinâmicas do panorama político de Guerra Fria, Bembe aponta os movimentos dos EUA e de Mobutu Sese Seko quanto a situação de Cabinda no contexto das independências em meados da década de 1970. Logo após 25 de abril de 1974, os EUA manifestou que o futuro de Cabinda estaria ligado à Portugal e não à Angola. Pelo outro lado Agostinho Neto recorreu em 1975 à URSS para que usasse sua influência para impedir as investidas norte-americanas bem como frear as tentativas anexionistas do Congo de Mobutu. O líder congolês já havia recorrido à OUA na tentativa de anexar o Enclave de Cabinda ao seu país. Adiante, o autor complementa que em 1975 os EUA manifestavam claramente seus interesses econômicos na região de Cabinda. Os americanos tentaram desagregar Cabinda de Angola e entregar a província a Mobutu. Para os estadunidenses Cabinda estando nas mãos de Mobutu significaria maior segurança dos recursos do petróleo e dos interesses americanos em África (BEMBE, 2014, p. 65).

Portugal reconheceu a soberania do governo do MPLA em fevereiro de 1976, assim como Mobutu. Os EUA não compartilhou a mesma atitude. Neste período, Cuba estreitou suas relações com Angola. A esse respeito, Bembe explana que “A presença cubana em Angola constituiu a motivação principal de uma política utilitária gerida em função dos interesses econômicos americanos em Angola, nomeadamente a exploração do petróleo do Enclave de Cabinda” (BEMBE, 2014, p. 66)

---

<sup>22</sup> Mais sobre história do Congo/Zaire vide: SILVA, Igor Castellano da. Congo A Guerra Mundial Africana: conflitos armados, construção do estado e alternativas para a paz. Leitura XXI, Porto Alegre, 2012; STOCKWELL, John. In Search of Enemies: a CIA story. W. W. Norton & Company Inc, New York, 1978.

### 3.4 O Congo Belga e a C.I.A

O Enclave de Cabinda, segundo conta Stockwell (1978, p. 164), era cobiçado pelo ditador congolês Mobutu Sese Seko desde a sua ascensão ao poder nos anos de 1960. A ganância de Mobutu foi estimulada com mais afinco no final da década, quando o petróleo foi descoberto<sup>23</sup> na costa de Cabinda. Vendo sua chance em outubro de 1975, Cabinda então controlada pelo MPLA, Mobutu recorreu à CIA a fim de angariar apoio que pudesse levar a anexação do Enclave. De acordo com Stockwell enquanto agente atuante no context:

We promptly flew in a one-thousand-man arms package for use in the invasion, and CIA officers of the Kinshasa station began to visit the FLEC training camp to coordinate. On November 2 a joint invasion force launched a three-column attack against the MPLA defenders, who were reinforced with Cuban advisors. They were accompanied by a half-dozen French mercenaries, not that they made any difference. The Cuban/MPLA force easily held Cabinda. (STOCKWELL, 1978, p. 164)

Miguel Domingos Bembe também traz informações acerca das tentativas de anexação do Enclave de Cabinda por Mobutu Sese Seko:

Nos anos 70 [...], justamente a 15JAN1975, Cabinda é antecipada e corajosamente incorporada na então futura República de Angola, a ser proclamada a 11NOV1975: o que constitui uma clara mensagem de Portugal e dos respectivos Movimentos Nacionalistas Angolanos, às velhas ambições das autoridades congolêsas, mas sobretudo aos chamados “separatistas” da FLEC e ao então presidente da República do Zaire (1965-1997), Mobutu Sese Seko (1930-1997) com pretensões “anexionistas” do Enclave e dos seus recursos. (MORAIS, 1998, p. 383 apud BEMBE, 2014, p. 34)

O autor em seguida acresce dados sobre os primeiros conflitos armados entre Angola e a FLEC no momento imediatamente após a independência e, o papel de Marien Ngouabi, presidente da então República Popular do Congo entre 1970 e 1977, nas investidas militares das Forças Armadas Populares de Libertação de Angola ou, FAPLA's, considerada o braço armado do MPLA:

Com o eclodir dos teatros estratégicos entre a FLEC e as Forças Armadas Populares de Libertação de Angola (FAPLA's), consideradas como forças de ocupação, estas receberam o apoio das Forças Armadas Soviético-Cubanas mas principalmente do Movimento das Forças Armadas (MFA) Lusos. Foram

---

<sup>23</sup> Referente a esse dado há divergências dentro da bibliografia, pois existem trabalhos que apontam a descoberta de petróleo em Cabinda em meados da década de 1950 e até mesmo no final do século XIX.

igualmente indispensáveis as facilidades concedidas ao MPLA, pelo então presidente da República Popular do Congo (1970-1977), Marien Ngouabi (1938-1977), com quem mantinha uma óbvia cumplicidade ideológica e geoestratégica, para o trânsito de apoios (humanos e material bélico) e lançar incursões em Cabinda, através da fronteira daquele país. O duelo pelo controlo total do território atingiu ao patamar de “guerra de guerrilha”, após a malograda batalha de quatro dias, entre 08 e 11NOV1975, conhecida também por “Guerra clássica de Cabinda”, com a vitória expressiva do actual partido/Estado [MPLA]. (BEMBE, 2014, p. 34)

Stockwell também destaca as investidas da inteligência francesa nos assuntos dos países recém independentes em África, o papel de mercenários franceses nas disputas em Cabinda as quais envolviam a tentativa expansionista de Mobutu, auxiliado pela CIA e, ambos, treinando guerrilheiros da FLEC enquanto o MPLA tinha o auxílio militar de Cuba (STOCKWELL, 1978, p. 164 e 192). Segundo conta Stockwell “France was intrigued by the smell of Angolan oil and Zairian minerals and predisposed to involvement in Angola by its long history of meddling in the affairs of Young African countries” (STOCKWELL, 1978, p. 191).

Antes da guerra civil angolana, a Gulf Oil<sup>24</sup> tinha exclusividade no acesso aos campos de petróleo de Cabinda. Desde 1968, a Gulf extraia dos 120 poços de petróleo distribuídos ao longo da costa de Cabinda, cerca de 150.000 barris por dia, pagava 500 milhões de dólares em royalties por ano ao governo colonial angolano. A empresa pagou ao Banco de Angola 318 milhões entre setembro de 1975 a 15 de janeiro 1976. Em 11 de Novembro de 1976 o MPLA tomou o controle do Banco de Angola e do dossiê dos contratos com o Gulf e, ao derrotar a invasão de Mobutu a Cabinda em 6 de novembro, manteve controle físico dos campos de petróleo de Cabinda (STOCKWELL, 1978, p. 203).

A guerra civil criou um contexto problemático em torno das atividades da Gulf, uma vez que o fluxo de óleo estava ameaçado assim como vida de seus 17 trabalhadores americanos. Em virtude das atividades bélicas no início de novembro de 1975 a Gulf foi obrigada a suspender as atividades e evacuar seus funcionários de Cabinda. O MPLA garantiu à empresa segurança para retomar as operações e assegurou que nada aconteceria aos seus técnicos. Naquele momento não era possível uma nacionalização da extração de petróleo em Cabinda dado que o MPLA não possuía recursos suficientes para grandes

---

<sup>24</sup> A Gulf Oil foi uma das gigantes do petróleo com sede na cidade estadunidense de Pittsburgh. Foi fundada em 1901. Nos anos 1980 foi vendida e incorporada por outras empresas. A Gulf era a oitava maior empresa em produção de petróleo no início da década de 1940 e a nona maior em 1979. Durante os anos 50 e 60 fazia parte do grupo conhecido como “as Sete irmãs do Petróleo”. (GULFOIL, [20--])

projetos de estatização. O MPLA precisava da assistência da Gulf Oil para manter as receitas do petróleo, vitais à manutenção de recursos durante a guerra civil (STOCKWELL, 1978, p. 203).

Em dois meses a Gulf renderia 200 milhões em dinheiro ao MPLA. Houve pressão entre a CIA e do Departamento de Estado nas repetidas discussões a fim de bloquear os meios de pagamento da Gulf Oil ao MPLA. Holden Roberto – líder do FNLA – e Jonas Savimbi – líder da UNITA – tentaram em conjunto estabelecer um governo provisório, mas não conseguiram obter reconhecimento e a Gulf não podia destinar as receitas do petróleo para o FNLA ou para a UNITA a menos que os movimentos conseguissem controlar Cabinda (STOCKWELL, 1978, p. 203).

De uma quantia de 6 milhões em dinheiro destinados as intervenções na luta anticolonial angolana, para o congolês Mobutu Sese Seko foram doados 2.750.000 para o fim de que ele patrocinasse as investidas militares do FNLA e da UNITA. Durante cinco anos Holden Roberto e Jonas Savimbi receberam 200 mil por mês, ao todo os dois líderes utilizaram 2 milhões nas operações de seus movimentos. Os representantes da CIA em Kinshasa – onde Roberto residia – e Lusaka – onde Savimbi residia – sinalizavam para o controle desses fundos. Posteriormente foram direcionados mais uma quantia em dólares, desta vez no valor de 8 milhões, para articular uma logística necessária que pudesse transportar material de Kinshasa para Angola, através da compra de aviões e caminhões. Em 20 de agosto de 1975, um adicional de 10,7 milhões foi autorizado para mais armas, aeronaves, mercenários e manutenção das forças de libertação. O pacote de armas de mil homens para a invasão de Cabinda veio desses fundos (STOCKWELL, 1978, p. 206).

Com base no conteúdo acima explanado, percebe-se a intensa atividade em torno de Cabinda e a ferrenha cobiça pelos recursos do petróleo. Mobutu desde meados da década de 1960 tentava tirar proveito da proximidade geográfica e garantir o petróleo de Cabinda para seu país. Mesmo quando da independência de Angola e início da guerra civil os recursos de Cabinda eram peças fundamentais no tabuleiro político.

### **3.5 Atividades em Cabinda através dos relatórios da P.I.D.E 1960-1961**

Os dados levantados dos relatórios datados do início da década de 1960 – precisamente entre outubro de 1960 a junho de 1961 – explicitam o ambiente no qual conviviam colonos europeus e população indígena portuguesa. Embora o documento, em primeira instância, mostre o ponto de vista das políticas colonialistas e daqueles que na

condição de agentes do governo português salazarista tentavam controlar a população do Enclave de Cabinda, perpassa através dos relatos a atmosfera política vivida na região, bem como expressões populares de descontentamento com a atividade colonial. Na mesma linha, pode-se notar a emergência de uma expressão nacionalista em contraste com o colonialismo português o qual, naquele momento, revestia seu discurso com eufemismos dos quais se pode frisar o termo “província do ultramar”. Outro ponto a se dar destaque, são as intervenções dos países vizinhos, especificamente o Congo Brazzaville e Congo Kinshasa, os quais deram apoio aos movimentos nacionalistas do enclave.

No relatório<sup>25</sup> Independência de Cabinda, 21/12/1960, Informação Nº 817/60-GU (PORTUGAL, 1960-1961), há relatos de colonos e empresários portugueses residentes nas proximidades da floresta do Mayombe afirmando que a propaganda independentista na região era feita com mais afinco. No mesmo relatório oficiais portugueses levantam a hipótese de que era em virtude da proximidade com o Congo – Congo ex-belga ou Congo Kinshasa– que ideias pró independência ganhavam tanto apoio popular na região. Segundo consta no relatório<sup>26</sup>, “todos os nativos estão com a ideia fixa da independência”. A região do Maiombe naquele momento, de acordo com as autoridades portuguesas, estava sob o domínio do Barão de Puna, personagem influente na região do enclave o qual será apresentado posteriormente nesta sessão.

Em novembro de 1960 circulavam boatos na localidade de Cabinda, os quais explicitam uma atmosfera de conflito entre os habitantes autóctones do enclave com as autoridades e colonos portugueses. As informações contidas no documento<sup>27</sup> salientam um provável movimento de revolta entre as populações nativas e, possivelmente, uma consciência coletiva no que toca a uma diferenciação entre os colonos e os indígenas:

Em Cabinda, circula uma onda de boatos entre a população nativa, os quais deturpam toda a verdade e dão aso a que a política ultramarina portuguesa seja criticada àsperamente, especialmente entre os portugueses naturais daquele distrito que residem em Ponta Negra. (PORTUGAL, 1960-1961)

---

<sup>25</sup> Os referidos relatórios estão disponíveis no acervo digital da Torre do Tombo em Portugal, código para referência PT/TT/AOS/D-N/001/0003/00003, localização AOS/CO/UL-32A-2 Pt. 3. Informações da PIDE-Polícia Internacional de Defesa do Estado sobre as seguintes questões: Independência de Cabinda, 1960-1961. (PORTUGAL, 1960-1961).

<sup>26</sup> Independência de Cabinda, 21/12/1960, Informação Nº 817/60-GU. (PORTUGAL 1960-1961). Uma imagem do relatório está disponível no anexo B.

<sup>27</sup> Independência de Cabinda, 10/11/1960, Informação Nº 620/60-GU, Enviada à Presidência do Concelho e aos Ministérios do Ultramar, Interior e Defesa Nacional. (PORTUGAL 1960-1961). Uma imagem do relatório está disponível no anexo C.

N'Zau Puna quando trabalhava como fiscal de fronteira na cidade de Nóqui, localidade que jaz na margem sul do rio Zaire, norte de Angola, relata o clima tempestuoso vivido no momento da independência do Congo-Kinshasa no início da década de 1960 e, quais foram os desdobramentos na sociedade colonial angolana:

A 30 de Julho de 1960, o Congo tornou-se independente, com todas as lutas que depois se travaram. Sete dias depois, começou a fuga dos estrangeiros, que utilizavam todas as fronteiras com o Zaire. PIDE por todo o lado. Da nossa parte, tivemos de facilitar e de criar condições que permitissem a entrada de pretos e brancos que por ali entrassem em fuga às desordens que se iam formando por toda a parte. (PUNA, 2019, p. 37)

Em seguida o autor continua a relatar:

Um grande pandemónio! Entre os portugueses que fugiam, muitos iam dizendo aos outros do lado de cá da fronteira que “estes negros, um dia, também vos vão fazer o mesmo”. Era a mobilização geral. “Vocês não podem ter confiança nos negros”, insistiam os que vinham do Congo, falando para os portugueses que estavam do lado de cá. (PUNA, 2019, p. 37)

Uma informação datada de 3 de novembro de 1960 destinada ao posto da PIDE em Massabi, Angola, relatava o que ocorrera em Ponta Negra logo após as festas de independência daquele país, o Congo ex-francês ou Congo-Brazaville. Na ocasião, segundo consta no documento, o presidente da República do Congo, Abbé Fulbert Youlou, esteve presente recepcionando personalidades influentes daquela região africana, a qual Cabinda faz parte. Na recepção foram convidadas autoridades portuguesas da localidade de Cabinda bem como comerciantes influentes. Entretanto, no relatório<sup>28</sup> se faz questão de salientar a indiferença com que as personalidades portuguesas foram tratadas em comparação com os membros do “*Front de Liberation de L’Enclave de Cabinda*” – Frente de Libertação do Enclave de Cabinda, apresentada no documento com tradução francesa (PORTUGAL, 1960-1961).

Os membros da FLEC naquele momento, de acordo com o documento, foram tratados de maneira diferenciada, tanto pelas lideranças políticas da República do Congo quanto pelas autoridades policiais do mesmo país. Os dados desta fonte reforçam uma das hipóteses desta dissertação no que se refere a relação estratégica dos países recém

---

<sup>28</sup> Independência de Cabinda, 26/12/1960, Informação Nº 871/60-GU. (PORTUGAL 1960-1961). Uma imagem do relatório está disponível no anexo D.

independentes com os movimentos de libertação em Cabinda, pois, de acordo com bibliografia compilada e informações provenientes dos relatórios, a independência do Enclave de Cabinda fazia parte do roteiro político regional, concomitante aos interesses anticoloniais emergentes no período.

No relatório<sup>29</sup> Independência de Cabinda, Informação N° 869/61-G.U., consta que cerca de 4 mil indígenas portugueses residiam na condição de refugiados em Ponta Negra na República do Congo. Consta que os indígenas demonstravam vontade de retornar à Cabinda, conquanto que a administração portuguesa se retirasse da região, visto que o tratamento direcionado às populações pelo chefe administrativo era tida como “nefasta”, de modo a “maltratar moralmente e fisicamente” os indígenas. Estas informações elucidam o alto trânsito de pessoas entre a Região de Cabinda e os dois Congos, bem como o tipo de tratamento que os países circundantes davam as populações cabindesas. Seriam estratégias de manobra popular para fins políticos ou uma tentativa dos Congos em trazer “para seu lado” a simpatia das populações de Cabinda?

Entre os meses de transição dos anos de 1960-1961, os agentes da PIDE transpareciam medo e receio sobre a circulação de embarcações vindas do Congo (ex-belga) quando relatam a possibilidade de conter armamento nos barcos os quais seriam supostamente para pesca. Esse elemento na fonte<sup>30</sup> salienta a atmosfera de incerteza e agitação política na região, mostrando que toda população à vista dos agentes da PIDE poderiam ser inimigos em potencial. Tanto os agentes da PIDE quanto os colonos portugueses estavam em constante sentimento de ameaça. Outro ponto importante a se tomar nota é que era nítida a intervenção dos Congos nas atividades anticoloniais em Cabinda. (PORTUGAL, 1960-1961).

No final do ano de 1960, houve casos de atrito entre as populações de europeus (segundo consta nos relatórios da PIDE não só colonos portugueses viviam no enclave na época) e os indígenas de Cabinda, segundo consta no documento<sup>31</sup>, era evidente a hostilidade dos autóctones do enclave para com os colonos brancos:

Na região de Tanto Zinze, especialmente no povo de Cacata, nota-se desde algum tempo actos de rebeldia por parte da população indígena, para o que tem

---

<sup>29</sup> Independência de Cabinda, Informação N° 869/61-G.U. (PORTUGAL 1960-1961). Uma imagem do relatório está disponível no anexo E.

<sup>30</sup> Independência de Cabinda, 07/02/1961, Informação N° 155/61-GU. (PORTUGAL 1960-1961). Uma imagem do relatório está disponível no anexo F.

<sup>31</sup> Independência de Cabinda, Informação N° 565/60-GU, Enviada à Presidência do Concelho e Ministérios do Ultramar e Defesa Nacional, 25/10/1960. (PORTUGAL 1960-1961). Uma imagem do relatório está disponível no anexo G.

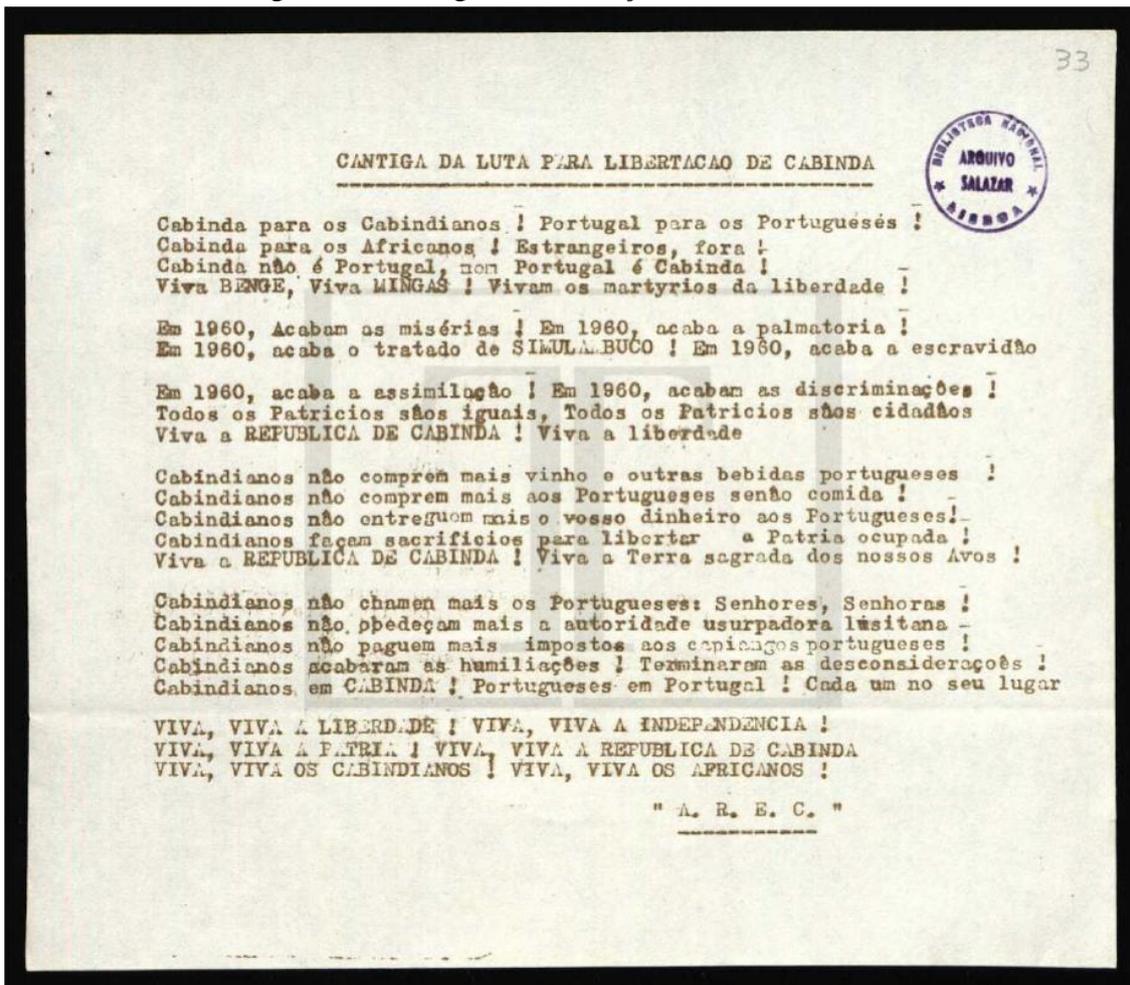
contribuído a fraca actuação do Administrador do concelho de Cabinda.  
(PORTUGAL, 1960-1961)

Ao encontro do relato acima descrito, de acordo com as memórias de Puna, houve um massacre na região de Tanto-Zinze no final do ano de 1960, fato não mencionado nos relatórios da PIDE. Segundo o autor o episódio teve peso nas mobilizações das comunidades em Cabinda bem como na união dos movimentos de libertação de Cabinda:

A 23 de Dezembro de 1960, é registrada a primeira revolta dos cabindas contra as atitudes colonialistas dos portugueses, que resultou num banho de sangue. Isto aconteceu precisamente na localidade de Mancamanzila, comuna de Tanto-Zinze. Este foi um marco importante no contexto da resistência anticolonial. (PUNA, 2019, p. 22)

Em meados de novembro de 1960 circulava um panfleto onde se mostrava manifestação das populações nativas de Cabinda quanto a independência do enclave. No panfleto constava uma cantiga sobre a luta pela independência da região. Interessante nesse documento é o trecho onde se enaltece a uma “República de Cabinda” soberana e sem qualquer menção à Angola; outro ponto de expressiva curiosidade é a negação ao Tratado de Simulambuco, hoje considerado a magna carta da independência de Cabinda (REPÚBLICA DE CABINDA, [20--]). Abaixo segue imagem do panfleto:

Figura 6 – Cantiga de Libertação de Cabinda, 1960



Nota: Independência de Cabinda, Informação N° 662/60-GU, Enviada à Presidência do Concelho e aos Ministérios do Ultramar, Interior, Defesa Nacional e Exército, 17/11/1960.  
Fonte: (PORTUGAL, 1960-1961).

No documento se lê a expressão “Em 1960, acaba o tratado de SIMULAMBUCO!”, o que é curioso pois o histórico tratado colocava o Enclave de Cabinda sob a proteção de Portugal. Num momento posterior, especificamente a partir da independência de Angola, percebe-se manifestação distinta do trecho destacado acima quanto à Simulambuco, visto que os movimentos nacionalistas do enclave evocam o tratado como marco inicial de sua identidade nacional, uma vez que no dia 1 de fevereiro, data da assinatura do tratado, sempre se comemorou a identidade cabinda.

Sobre a manifestação da “Associação dos Naturais do Enclave de Cabinda”, ou “AREC”, descrita na cantiga citada acima, Miguel Domingos Bembe apresenta o contexto de formação do movimento:

[...] cinco cabindeses de gema filiados à COMCABI [Communauté Cabindaise], nomeadamente, Luís Gonzaga Ranque Franque, José Mbuanga

Puna, coronel Púcuta e José Francisco Quintão, [...] criam em 1959, a Association des Ressortissants de L'Enclave de Cabinda (AREC), que teria uma irmã no Congo-Brazzaville, a Associação dos Originários do Enclave de Cabinda (AOECA). Ambas as organizações, AREC e AOECA, com cunho marcadamente nacionalista, impulsionariam o aparecimento dos primeiros movimentos efectivamente nacionalistas do Enclave de Cabinda. (LUEMBA, 2008, p. 118 apud BEMBE, 2014, p. 155)

Segundo mostra a fonte<sup>32</sup> Independência de Cabinda, 9/1/1961, Informação N° 39/61-GU, a AREC – Associação dos Naturais do Enclave de Cabinda – foi responsável por disseminar boatos entre as populações rurais do enclave e mantinha relações com atividades anticoloniais do Congo Kinshasa – no documento os agentes da PIDE chamam de “Congo ex-belga”. Os boatos tinham como objetivo um boicote as atividades econômicas de comerciantes portugueses visto que as populações foram advertidas, tanto pela AREC quanto por congolezes, que o vinho e outros produtos alimentícios vendidos pelos colonos estavam envenenados.

Miguel Maria N’Zau Puna cita a organização e afirma que a AREC mais tarde se tornou o MLEC – Movimento pela Libertação do Enclave de Cabinda. Segundo Puna, quando em 13 de Junho de 1961 esteve em Kinshasa,

Em Kinshasa, fui viver para a casa de um primo, [...]. Ele próprio me levou aos cabindas da AREC, que mais tarde deu o MLEC. Avistei-me, designadamente, com o Ranque Franque, o Mbuango, meu tio, o Quintão e outros. Nessa altura, aconselharam-me a fazer parte do MLEC, que entendia ser possível avançar para a independência de Cabinda por via pacífica [...]. Todos os velhos me responderam que em Cabinda não éramos muitos e não poderíamos entrar numa luta armada e que esta ideia – da luta armada – era própria dos comunistas. (PUNA, 2019, p. 41)

Em nenhum momento o autor faz menção a relação que o Enclave de Cabinda poderia ter com Angola. O relato transparece que Ranque Franque bem como as outras lideranças do movimento tinham como principal objetivo garantir a independência do Enclave em relação a Portugal. Outro ponto que vale dar atenção no relato é o comentário afirmando que a ideia de luta armada “era própria dos comunistas”, o que pode ser interpretado como uma oposição a uma das ideologias atuantes naquele contexto de Guerra Fria, momento no qual, tendo em vista a conquista da autodeterminação, era preciso buscar apoio internacional de um dos blocos influentes no globo. Estavam aqueles

---

<sup>32</sup> Independência de Cabinda, 9/1/1961, Informação N° 39/61-GU. Uma imagem do relatório está disponível no anexo H.

cabindas, os quais mais tarde também fariam parte da FLEC, buscando auxílio do bloco capitalista operante no contexto?

Todavia, de acordo com Auguste Tchioufou, as intenções da FLEC – pelo menos a sigla de Tchioufou – não eram se alinhar a nenhum bloco influente no período. O seguinte trecho do já citado memorando<sup>33</sup> da FLEC expõe essa questão:

Compte tenu de ce qui précède, le Front de Libération de l'Enclave du Cabinda, se basant sur la situation concrète de son pays, oriente sa politique selon sa propre conception. Il se met en dehors des zones d'influences idéologiques qui divisent le monde. Son action est dictée uniquement par les intérêts légitimes de son peuple et de ceux qui vivent et travaillent eu Cabinda pour son développement socio-économique. (FRONT DE LIBÉRATION DE L'ENCLAVE DU CABINDA F.L.E.C, 1974)

No mesmo memorando<sup>34</sup> citado acima, é apresentado o momento da criação do MLEC e qual fora uma de suas primeiras tarefas quanto a busca de auxílio internacional através da ONU. No trecho a seguir também são lembradas as “atrocidades” cometidas pelas tropas portuguesas no ano de 1961:

Une Organisation politique, le “Mouvement de Libération de l'Enclave du Cabinda” (MLEC), est créée en 1959. L'une des premières tâches de ce mouvement fut de demander à l'ONU d'intervenir auprès du gouvernement portugais en vue de l'accession à l'indépendance du Cabinda. Puis il saisit la quinzième session de l'Assemblée Générale des Nations Unies des atrocités commises le 4 avril 1961 par les troupes portugais dans l'Enclave du Cabinda, causant ainsi des dizaines de morts et plusieurs centaines de blessés. (FRONT DE LIBÉRATION DE L'ENCLAVE DU CABINDA F.L.E.C, 1974)

Em um dos relatórios da PIDE está anexada uma fotocópia de um panfleto<sup>35</sup> datado de 12 de maio de 1961, do Movimento de Libertação do Enclave de Cabinda – MLEC – direcionado às autoridades portuguesas. Sobre o documento, pode-se perceber que as lideranças do movimento intencionavam se comunicar diretamente com as autoridades coloniais portuguesas, sem qualquer auxílio dos movimentos nacionalistas angolanos. Entretanto, N'Zau Puna relata as relações que alguns cabindas tiveram com a UPA, importante movimento de libertação de Angola o qual deu origem a FNLA – Frente Nacional de Libertação de Angola:

Chegámos à conclusão, eu e outros cabindas, que o melhor seria entrar na UPA, com a esperança de solucionar o problema de Angola, para depois passáramos

<sup>33</sup> Uma imagem do documento está disponível no anexo A.

<sup>34</sup> Uma imagem do documento está disponível no anexo A.

<sup>35</sup> Uma imagem do documento está disponível no anexo I.

ao de Cabinda. Quem estava na altura com Holden Roberto era Alexandre Tati, o ministro do Armamento do GRAE [Governo Revolucionário de Angola no Exílio] e o único que ia junto dos combatentes. (PUNA, 2019, p. 41)

A relação com o movimento nacionalista angolano faz sentido, uma vez que tanto o MLEC quanto a UPA compartilhavam do mesmo grupo étnico predominante entre a região norte de Angola e Enclave de Cabinda, os bacongos. Em uma das páginas de relatórios da PIDE consta fotocópia de um panfleto<sup>36</sup> da UPA que estava em posse de um indivíduo ligado a FLEC. Diz-se que a FLEC recebeu recursos da UPA, tanto provisões quanto armamentos.

Há perceptível contradição na relação entre os nacionalistas cabindeses com a UPA, segundo algumas informações extraídas dos relatórios da PIDE existiu um canal de comunicação entre os nacionalistas bacongos de Angola com personalidades influentes dos movimentos do Enclave de Cabinda. N’Zau Puna no trecho anteriormente citado diz que “melhor seria entrar na UPA”, a fim de resolver primeiro a questão de Angola para depois partir para o problema de Cabinda. A contradição pode ser percebida quando Puna fala mais adiante no seu texto que “O MLEC nunca se quis unir a nenhum movimento angolano” (PUNA, 2019, p. 42).

De acordo com os relatórios da PIDE, a FLEC também teve o apoio de José Lourenço Barros Puna, o já mencionado Barão de Puna ou Barão de Cabinda, o qual, de acordo com as informações da fonte, estava diretamente envolvido com os movimentos nacionalistas do enclave. Em certa ocasião, segundo consta no relatório Independência de Cabinda, 15/04/1961, Informação Nº 529/61-GU, o Barão de Cabinda doou uma quantia equivalente a 20.000\$00 francos congolezes à FLEC, a qual comprou Jipes e caminhões usados. De acordo com o relato, o barão,

Gabava-se de ter, presentemente, quase todo o povo a seu lado e que bastavam uma ordem sua para entrarem em acção terrorista, alegando que ainda o não fizeram por não ter surgido qualquer incidente provocado pelas autoridades, que dessem origem à morte de alguns indígenas. Segundo averiguações a que se procedeu, constatou-se que teria sido marcado para sete ou oito do mês em curso [abril de 1961] um ataque à cidade de Cabinda, levado a efeito pelos pretos portugueses e com a ajuda de indígenas vindos do Médio-Congo e Congo ex-belga. (PORTUGAL, 1960-1961)

Em um espírito de revolta, 150 trabalhadores indígenas faltaram o trabalho em forma de protestar em razão da prisão de um companheiro chamado Bonifácio Manuel

---

<sup>36</sup> Uma imagem do documento está disponível no anexo J.

Gala, preso em 19 de fevereiro de 1961, o qual possuía cartões da já referida AREC. Durante as mesmas circunstâncias, de acordo com o relatório Independência de Cabinda, 13/3/1961, Informação N° 290/61-GU, teve-se notícia de correspondências enviadas às lideranças comunitárias do Congo ex-belga a fim de se juntarem aos protestos (PORTUGAL, 1960-1961).

Em decorrência dos assassinatos de europeus e com receio de repressão da parte dos militares portugueses, um número considerado de “indígenas” abandonou seus respectivos povoados em um espaço de cerca de 88 quilômetros entre a região de Massabi e a fronteira com o Médio Congo – República do Congo. De acordo com o relatório Independência de Cabinda, 13/05/1961, Informação N° 869/61-GU, este contingente se refugiou no Congo ex-belga bem como no Médio Congo onde, de acordo com a fonte, “foram acolhidos com mero carinho, tendo-lhes até sido fornecido gratuitamente, dinheiro e víveres, pelo Governo de Brazzaville” (PORTUGAL, 1960-1961).

Com base nos relatos acima, fica claro que os movimentos independentistas cabindeses tinham seu próprio protagonismo na guerra anticolonial, expondo que não somente os movimentos nacionalistas de Angola atuavam contra os portugueses.

A partir da leitura crítica da fonte fica nítido o clima político regional, congruente ao momento histórico das descolonizações, assunto muito bem analisado pelos autores compilados na elaboração deste trabalho<sup>37</sup>. Todavia, esta específica documentação explicita elementos destoantes no que tange a algumas informações levantadas por outros autores<sup>38</sup>, principalmente quanto ao uso do Tratado de Simulambuco no discurso político do início das lutas anticoloniais no Enclave de Cabinda. O documento também expõe a percepção de alguns movimentos independentistas do enclave referente a relação que Cabinda teria com Angola.

### **3.6 A Organização da Unidade Africana e a Frente de Libertação do Enclave de Cabinda**

A Organização da Unidade Africana foi formada em 25 de maio de 1963 em conferência em Addis Ababa, Etiópia (WALLERSTEIN, p. 74), embora não tivesse sido

---

<sup>37</sup> Referente as descolonizações vide: Birmingham (2002); Bittencourt (2017); Cambanda (2015); Capoco (2013); Chilcote (1971); Fernandes (2006); Mangovo (2012); Mbah (2010); M’Bokolo (2011); Oliveira; (2015); Péclard (2012); Puna (2019); Santos (2017); Stockwell (1978); Westad (2007).

<sup>38</sup> Almeida (2013); Bembe (2010); Bembe (2014); Mangovo (2012); Neumann (2017).

a primeira organização intergovernamental de estados africanos<sup>39</sup>. As negociações se deram entre os países já independentes os quais estavam divididos entre dois grupos: o Grupo de Casablanca formado pela República Árabe Unida, uma união entre Egito, Síria, Gana, Guiné, Líbia, Mali e Marrocos com a liderança de Gamal Abdel Nasser<sup>40</sup>; o Grupo de Monróvia era formado pelos países que foram colônias francesas, bem como a Nigéria, Etiópia, Libéria, Serra Leoa, Somália, República do Congo e Tunísia. O primeiro grupo tinha como pressupostos políticos o Pan-africanismo e o não-alinhamento à nenhuma das potências da Guerra Fria, defendiam um desenvolvimento econômico centralizado valorizando a cultura africana como um todo. Por seu turno o segundo grupo, liderado por Kwame Nkrumah<sup>41</sup>, defendia uma relação entre as nações africanas que não comprometesse questões de soberania nem uniformizasse aspectos culturais (FERNANDES, 2016, p. 100-101).

A OUA encabeçou muitos projetos nos quais se buscava uma coalizão das nações africanas independentes e a união de recursos econômicos com a finalidade de projetar o continente africano como um todo no jogo político internacional, bem como consolidar uma economia sólida que pudesse fazer frente ao capitalismo global (GOMES, 2008). No entanto, houve disputas de liderança no continente entre políticos africanos que atuavam dentro do debate internacional mostrando a importância política dos países africanos no cenário global. A OUA fora fundada em torno dessas questões no intuito de acabar com o colonialismo em África, fundamentalmente a fim de resolver problemas internos. A reunião na capital etíope elucidava as tentativas dos estados africanos de construir uma política de autonomia diante do cenário internacional. No episódio fora escrita a Carta Manifesto pela Unidade Africana, documento base da fundação da OUA no qual, dentre diversos princípios norteadores, estava escrito o apoio aos movimentos de libertação emergentes no continente (WALLERSTEIN, p. 75).

Mediante informações levantadas de bibliografia compilada, uma das hipóteses deste trabalho é que o discurso independentista dos partidos de Cabinda ia ao encontro

---

<sup>39</sup> Em 1958 ocorreu a Conferência dos Estados Africanos Independentes. A OUA teve seu início a partir do encontro de fundamentos radicalmente distintos do que deveria ser uma “unidade africana”: uns pensavam a unidade como instrumento revolucionário enquanto outros a viam como um alinhamento de diferentes estados com o propósito de defender seu novo lugar dentro da comunidade internacional. Mais sobre a OUA vide: FERNANDES, 2016; GOMES, 2008; KUMSSA, 2015; MOHAMMED, 2015; ROSSI, 1974-75; WALLERSTEIN, 1966.

<sup>40</sup> Gamal Abdel Nasser foi um militar e político egípcio, foi o primeiro presidente do Egito após a queda da monarquia no período de 1954 até sua morte em 1958.

<sup>41</sup> Kwame Nkrumah foi um dos fundadores da OUA e ocupou o cargo de primeiro-ministro do Gana após a independência do país em 1957.

dos ideais panafricanistas dos quais muitos movimentos anticoloniais apoiavam suas manifestações. O principal órgão que levantava a bandeira do panafricanismo era a OUA, instituição que fazia a comunicação entre as descolonizações africanas com a Organização das Nações Unidas – ONU. Em nome da soberania de um povo, o qual por sua vez pertenceria a um determinado território, diversos grupos recorreram ao uso da violência de maneira a conquistar suas reivindicações de cunho político.

Almada e Santos (2017) destaca como se dera o debate referente as descolonizações dentro da ONU, tanto no momento de sua formação quando operava de acordo com os interesses das potências coloniais, quanto do momento das lutas anticoloniais quando os crimes do colonialismo eram julgados diante dos olhares da comunidade internacional. A forma como os movimentos emancipatórios instrumentalizaram a luta armada mediante suas particularidades regionais estava apoiado no argumento da autodeterminação dos povos. A integração de novos Estados à ONU, muitos dos quais provinham do processo das descolonizações na Ásia e África, fortaleceu a pauta dentro da instituição. Somente através de alcançada autodeterminação que um povo poderia se ver livre do colonialismo. No entanto, no processo muitos grupos se viram obrigados a percorrer vias radicais onde a violência era legitimada pelo debate internacional centrado na ONU. Os reflexos podem ser percebidos na manutenção de certos aparatos jurídicos coloniais, operantes no momento pós-colonial apenas com uma nova “roupagem” argumentativa embasada nos acordos da assembleia da ONU de 1960 (SANTOS, 2017).

Bembe em linha do tempo proposta para observar a história de Cabinda, fala de uma resolução aprovada na Assembleia Geral da ONU em 15 de dezembro de 1960:

No âmbito do processo de descolonização, a Resolução 1542 (XV) da Assembleia Geral da ONU, aprovada no dia 15 de Dezembro, a qual, no seu n.º 1., referindo os territórios não autônomos administrados por Portugal, de acordo com a Carta da ONU, Cabinda é nomeada na al. e), como “*Angola, including the enclave of Cabinda*”. (BEMBE, 2014, p. 45)

Na mesma época da formação da OUA, os principais movimentos de libertação do Enclave de Cabinda decidiram se unir em uma única frente, era o início da Frente de Libertação do Enclave de Cabinda. Em memorando direcionado à OUA, Auguste Tchioufou, então líder de uma das ramificações da FLEC faz questão de lembrar do momento de formação da FLEC e da participação do presidente do movimento na época, Luís Ranque Franque, em uma das primeiras conferências da organização africana:

Pendant ce temps se formaient à l'extérieur d'autres mouvements nationalistes cabindais. Le Comité d'Action d'Union Nationale des Cabindais (C.A.U.N.C.), et l'Alliance du Mayombe (ALLIAMA) qui, fusionés avec le M.L.E.C., devaient former en Août 1963 le Front de Libération de l'Enclave du Cabinda. C'est tant que président de ce front que M. Ranque FRANQUE s'est présenté devant la première conférence ordinaire des Chefs d'Etat de l'O.U.A. tenue au Caire en Juin 1964. (FRONT DE LIBÉRATION DE L'ENCLAVE DU CABINDA F.L.E.C, 1974)

Durante a primeira sessão do Comité de Libertação Africana da OUA, definiu-se o total de dezesseis territórios a descolonizar. Na ocasião, Angola e Cabinda eram apresentados de forma conjunta, a entender como se correspondessem a um mesmo território, decisão que ia de encontro a resoluções anteriores quando se identificava Angola e Cabinda como territórios distintos a se descolonizar. Bembe também destaca a segunda decisão do Comité de Libertação Africana da OUA, na qual se reconhecia os movimentos de libertação africanos. Na ocasião a FLEC foi excluída (BEMBE, 2014, p. 62).

No compilado de documentos publicado pela Hoover Institution Press da Stanford University, intitulado “Emerging Nationalism in Portuguese Africa Documents” (1997), são apresentados as demandas levantadas pelos nacionalismos emergentes nas colônias portuguesas em África. No documento intitulado “FLEC’s Resolutions” consta algumas pautas da FLEC, datadas de agosto de 1963, direcionadas a Organização da Unidade Africana. No documento é possível perceber os interesses do principal movimento de libertação de Cabinda quanto a descolonização do enclave. No trecho destacado abaixo, fica evidente a articulação da história de Cabinda como forma oposição ao colonialismo português:

Whereas it was an accident of history that our ancestors, by the treaties of 1883, 1884, and 1885, made our country a protectorate of Portugal (the purpose of these treaties was simply to answer imperialistic demands made by the colonialist powers that met in Berlin, in 1885, to divide Africa among themselves); [...] Whereas, in spite of repeated demands and continued resistance of the people of Cabinda, Portugal persists in considering Cabinda an overseas “Portuguese province,” by completely disregarding the legitimate aspirations of the natives, in flagrant violation of the United Nations Charter; (CHILCOTE, 1972, p. 127)

Com base no trecho acima transcrito, é possível supor que naquele momento específico, no ano de 1963, os principais objetivos dos nacionalistas cabindas era a descolonização do enclave e, a problemática em torno da ocupação angolana no território

cabindês ainda não era o centro das mobilizações políticas da FLEC. Também é possível considerar o apelo da FLEC aos ideais pan-africanistas, tendo como base o seguinte trecho: “The FLEC sincerely thanks all the African nations moved by the common ideal of the unification of African continent, manifested in the Charter of African Unity adopted at the Conference of Addis Ababa” (CHILCOTE, 1972, p. 129).

Em 1974, um dos líderes de uma das alas da FLEC, Auguste Tchioufou, direciona à OUA um memorando contendo reivindicações do partido cabindês. Tendo como base os desdobramentos decorrentes da Revolução dos Cravos em Portugal<sup>42</sup>, Tchioufou em nome da FLEC recorre a OUA a fim de obter apoio internacional quanto as questões independentistas do Enclave de Cabinda. No documento é apresentada uma breve história da região de Cabinda, bem como pode se perceber o uso de fatos históricos para legitimar as demandas políticas da FLEC. No memorando, defende-se que o problema da descolonização do Enclave deveria ser discutido diretamente entre representantes do povo de Cabinda e com o governo português. Em trecho do documento<sup>43</sup> se fala da passagem da administração de Cabinda à Angola, e da “flagrante contradição” com as cláusulas do Tratado de Simulambuco:

Mais la ‘protection’ portugaise s’est traduite par un pillage économique systématique et par un mépris total du développement socio-économique de la population qui est restée dans sa très grande majorité analphabète. C’est dans ces conditions que le Cabinda s’est vu intégré à une communauté qui lui est totalement étrangère, par son rattachement administratif à l’Angola, unilatéralement décidé par les colonialistes portugais en 1950 et en contradiction flagrante avec les clauses di traité de SIMULAMBUCU. (FRONT DE LIBÉRATION DE L’ENCLAVE DU CABINDA, 1974)

Uma constante no discurso nacionalista da FLEC – bem como em todas as suas ramificações – é o uso da história regional como instrumento legitimador de sua soberania. O centro nevrálgico do discurso é o histórico Tratado de Simulambuco, compreendido como a magna carta da identidade cabindense. No próximo capítulo, serão discutidos os usos e significados em torno dos fatos históricos da região de Cabinda e, principalmente, as maneiras como o Tratado de Simulambuco vem sendo instrumentalizado discursivamente pelas lideranças políticas das diversas siglas da FLEC.

---

<sup>42</sup> Para Tchioufou, depois dos acontecimentos de 24 de abril de 1974 – a Revolução dos Cravos em Portugal – era possível resolver a questão de Cabinda através de vias pacíficas.

<sup>43</sup> Imagens do documento original estão disponíveis no anexo 1.

### 3.7 Os movimentos anticoloniais de Cabinda

Entre 2 e 4 de agosto de 1963 na localidade de Pointe Noire no Congo Brazzaville, foi criada a Frente para Libertação do Enclave de Cabinda (FLEC), a partir da união de três movimentos nacionalistas: Movimento para a Libertação do Enclave de Cabinda (MLEC), líder Luís Ranque Franque; Comité de Ação da União Nacional de Cabinda (CAUNC), líder Nzita Henriques Tiago e; Aliança Nacional Mayombe (ALLIAMA), líder Antônio Sozino. A FLEC é considerada um movimento guerrilheiro, político e separatista que luta pela independência da região do riba-Zaire/Cabinda. Para o partido, o enclave é um protetorado português instituído mediante o já citado Tratado de Simulambuco. Segundo os líderes da FLEC, o referido tratado atualmente preserva sua legitimação jurídica internacional (NEUMANN, 2017, p. 16).

N'Zau Puna relata os momentos iniciais dos movimentos nacionalistas cabindeses antes da criação da FLEC:

Nos finais da mesma década, 1958, nascem no Congo-Brazzaville e no Congo-Kinshasa três movimentos nacionalistas cabindenses: o MLEC, de Luís Ranque Franque, o CAUNC e a AOECA. Estes movimentos, quase colectivamente, pretendiam pôr termo aos acordos com Portugal, afirmando a sua identidade própria sem esconder as suas aspirações à independência. É neste sentido que, na década de 50 [...] O Tratado de Simulambuco começa a alimentar o cariz da identidade própria de Cabinda, assim como a fomentar, tal como acontecia em toda a África, o nascimento de movimentos de carácter político, que mantinham sempre na base o tratado. (PUNA, 2019, p. 22)

Entretanto, alguns líderes da FLEC, por exemplo Auguste Tchoufou, rejeitam o termo “separatismo” para caracterizar o movimento. O seguinte trecho de um memorando direccionado aos líderes da Organização da Unidade Africana, elucida o que o líder de uma das alas da FLEC pensa sobre a definição do partido:

En termes clairs, nous dénonçons à quiconque le droit de nous traiter de sécessionnistes, la sécession étant le fait d'une faction légalement intégrée dans un ensemble cohérent. Nous réfutons également la thèse qui prônerait le rattachement administratif de certains états à d'autres, pour des commodités de gestion. Le Zaïre, après s'être affranchi de la tutelle belge, n'a pas pour autant englobé le RWANDA et le BURUNDI. (FRONT DE LIBÉRATION DE L'ENCLAVE DU CABINDA, 1974)

N'Zau Puna em memória datada de 1964, conta alguns desdobramentos da saída de Jonas Savimbi da FNLA, tendo alguns deles influenciado personalidades importantes

dos movimentos nacionalistas de Cabinda. Puna relata os movimentos de Alexandre Tati, um dos líderes da FLEC:

Como em Kinshasa se começou a prender todos os que fossem considerados próximos de Savimbi, Alexandre Tati, que já tinha contactos secretos com o agente da PIDE, de nome Maria José Tiscar, em Kinshasa, fez um acordo em que é aliciado a regressar para Cabinda, onde teria a oportunidade de discutir com as autoridades portuguesas a independência de Cabinda. Assim, juntamente com um grupo de guerrilheiros cabindenses, apresentou-se às autoridades portuguesas em Cabinda. Foi encarregado de formar um destacamento militar, os temíveis TE [Tropas Especiais], a fim de auxiliar as tropas portuguesas na guerra colonial. Alexandre Tati aceitou, mas tinha uma na manga: essa força devia servir para escorraçar os portugueses de Cabinda. O plano foi descoberto, os TE foram dissolvidos, e Alexandre Tati teve depois de ingressar na FLEC. (PUNA, 2019, p. 57)

Os conflitos entre as diversas siglas da FLEC e as Forças Armadas Angolanas – FAA – ocorrem desde a independência de Angola, transformando as regiões rurais do Enclave de Cabinda numa zona de guerra. Para melhor compreender os dilemas vividos pelos cabindeses na contemporaneidade é necessário recuar no tempo, mais precisamente para os anos de 1960 até a independência de Angola em 1975, bem como é preciso compreender como os desdobramentos do contexto geopolítico da Guerra Fria influenciaram nas lutas anticoloniais.

## **4 OS USOS DO PASSADO NO DISCURSO NACIONALISTA DE CABINDA**

Neste capítulo serão discutidos os conceitos de nacionalismo e etnia, lentes teóricas utilizadas para observar a identidade Cabinda no período estudado. Além disso, também serão analisados os significados históricos acerca do Tratado de Simulambuco ao longo da história do enclave e quais foram seus usos políticos dentro dos discursos dos movimentos independentistas de Cabinda.

### **4.1 O discurso etno-nacionalista em Cabinda**

Ao longo do período colonial, a máquina estatal das potências europeias atuantes no território africano utilizou de “etnônimos” nas formas de administração, levando as populações a adotarem tais nomenclaturas no processo de assimilação do sistema estrangeiro às suas dinâmicas culturais internas. Apesar de muitas potências coloniais tentarem suprimir expressões culturais tradicionais das regiões onde tentavam administrar, essas culturas resistiram e como resposta as políticas coloniais, hoje mobilizam as “etnias” edificadas ao longo do processo colonizador para adentrarem no jogo político das relações internacionais, moldadas segundo preceitos da modernidade ocidental. Dessa maneira, populações anteriormente não atuantes e sem representatividade passaram a emergir como expressões étnicas, mobilizando os etnônimos outrora criados pelo colonizador (HALL, 2003).

Na verdade, o que surge é o uso político das circunstâncias vividas ao longo período colonial, um desdobramento do arcabouço teórico nacionalista, ora adaptado às variabilidades regionais por onde o modelo de Estado-Nação ocidental teve vigência. O indiano Mahmood Mamdani (1996) e os Jean-Loup Anselme e Elikia M’Bokolo (2017) lembram que “noções” do que um dia fora designado como etnia sempre existiram, porém, o uso político desses termos somente pode ser entendido no momento pós-colonial.

O colonialismo alterou profundamente as formas de organização social e maneiras de se ver na coletividade. Entretanto, não se pode entender esse processo de “etnização” apenas como uma “via de mão única”. Os grupos administrados não aceitaram as designações coloniais de maneira passiva, ou seja, incorporaram a linguagem política do colonizador e a ressignificaram à sua especificidade cultural, em um processo de “transculturação” – trânsito político/cultural de mão dupla.

O fenômeno que ocorre em Cabinda é um rico objeto em escala regional no que toca ao entendimento da formação dos movimentos nacionalistas em resposta ao contexto político no qual atuam. A presente dissertação trabalha com a hipótese de que o discurso nacionalista/identitário em Cabinda se adaptou ao longo dos anos consoante aos diferentes contextos geopolíticos da região. Não obstante, a análise se debruça no recorte que abrange as lutas anticoloniais do início dos anos de 1960 até a independência de Angola em 1975, visto que nesta época os interesses de cunho colonialista português e os interesses econômicos da Angola independentista – a qual visava usufruir dos benefícios econômicos do petróleo cabindês no início do seu processo de extração – estavam em jogo.

Sem embargo dos desdobramentos políticos referentes às disputas nacionalistas que levaram a independência do novo país Angola, por fim quem assumiu o poder na capital Luanda foi o MPLA. No entanto, ainda restava ao partido levar sua concepção de nação ao território que correspondia seu projeto nacionalista, visto que segundo o historiador inglês Anthony Smith:

[...] as nações devem ter uma medida de cultura comum e uma ideologia cívica, um conjunto de critérios e aspirações, sentimentos e ideias, que unam a população na sua terra natal. A tarefa de assegurar uma cultura coletiva pública comum foi entregue a órgãos de socialização popular, como o sistema público de educação e os meios de comunicação. (SMITH, 1997, p. 24)

Sobre as políticas de educação cívica postas em prática pelo Estado angolano, com base no raciocínio de Smith, entende-se:

No modelo de identidade nacional ocidental, as nações eram vistas como comunidades culturais, cujos membros eram unidos, se não mesmo tornados homogêneos, por recordações históricas comuns, mitos, símbolos e tradições [...] e na sua cultura histórica através dos órgãos nacionais de socialização de massa. (SMITH, 1997, p. 24)

Por conseguinte, percebe-se que os parâmetros ocidentais de coesão identitária praticados pelo Estado angolano não foram absorvidos pela sociedade heterogênea residente no território, cuja complexidade étnica oriunda das múltiplas identidades regionais caracteriza um dos problemas que Angola enfrenta desde o momento de sua independência. Anne-Marie Thièsse faz uma distinção entre dois modelos de nacionalismo emergentes na cultura ocidental ao longo do século XIX. Um seria herdeiro da Revolução Francesa no qual se entende que o Estado constrói a Nação dentro de uma perspectiva progressista, por outro lado, existiria o modelo romântico herdeiro da cultura

alemã no qual se entende que a existência da Nação é anterior ao Estado, compreendendo o fenômeno como algo essencialista (THIESSE, 2001, p. 7).

O fenômeno que ocorreu após as independências na África na segunda metade do século XX levou muitas das jovens nações africanas, das quais Angola faz parte, a manterem estruturas de governação das suas antigas metrópoles – inclusive a grande maioria manteve o idioma do colonizador como língua oficial do Estado. Foram abarcadas nesse processo as concepções nacionalistas ocidentais, das quais o modelo progressista francês fora posto em prática pelas políticas nacionalistas de alguns dos então Estados independentes. Entretanto, muitos países enfrentam a ascensão de expressões regionais de identidade nacional, opostas ao modelo imposto pelo centralismo estatal herdeiro das políticas coloniais. Thièsse frisa:

De fato, todo espaço estatal é a priori heterogêneo, reunindo populações que podem reclamar pertencimentos nacionais diversos, ou mesmo específicos. [...]. Com efeito, de modo geral, a construção das identidades nacionais foi acompanhada da elaboração de identidades locais, concebidas segundo modalidades similares; mas elas foram colocadas como secundárias, subordinadas à identidade nacional e não contraditórias para com ela. (THIESSE, 2001, p. 18)

As manifestações nacionalistas do Enclave de Cabinda, tomando como base o estudo de Thièsse, correspondem a emergência de expressões regionais, as quais no momento pós-colonial, obtiveram a retórica necessária para atuar no novo cenário político internacional. A identidade Cabinda é mais uma expressão distinta, dentre as várias regiões que o projeto nacionalista angolano visava “amarrar” dentro de um território.

A mobilização da FLEC vai ao encontro do que o historiador inglês Anthony Smith, especialista em estudos acerca dos nacionalismos, afirma quando diz:

Um segundo elemento é a ideia de uma pátria, uma comunidade de leis e instituições com um único propósito. Isto pressupõe, no mínimo, algumas instituições reguladoras comuns que darão expressão a sentimentos e objetivos políticos coletivos. (SMITH, 1997, p. 23)

Em contrapartida as críticas atuais das siglas independentistas da FLEC denunciarem um suposto autoritarismo do MPLA e a exclusão histórica do território, as informações levantadas neste trabalho corroboram com a hipótese de que a história regional do Enclave de Cabinda vem sendo articulada discursivamente consoante a contextos políticos distintos. Atualmente, a FLEC ainda mobiliza a história de Cabinda na sua argumentação contra as investidas do Estado angolano do pós-independência. O

movimento evoca o Tratado de Simulambuco – 1885 – como marco histórico inicial da sua identidade, mobilizando a partir desse episódio um complexo de datas e eventos históricos ocorridos na região para legitimar seu discurso emancipatório. Este aspecto que vai ao encontro do estudo de Anne-Marie Thièsse, historiadora francesa a qual outrora afirmara:

[...] o êxito do princípio nacional, que se impõe como modo de organização estatal legítima, apresenta vários conflitos. Em primeiro lugar, porque ele coloca, concretamente, um problema crucial: como determinar o território da nação e definir suas fronteiras? Os fundamentos da construção do nacional estabelecem uma igualdade de princípio entre nações autênticas e, teoricamente, não permitem a nenhuma delas anexar o patrimônio de uma outra. Uma nação digna deste nome somente tem o direito de combater para proteger sua herança e para recuperar o que lhe foi espoliado [...] A filologia, a etnografia, a história, a arqueologia ou a antropologia física são mobilizadas para estabelecer direitos de propriedade ancestral sobre um território. (THIESSE, 2001, p. 17)

Para a FLEC, Cabinda nunca foi Angola, pois considera que ambas são ex-colônias portuguesas com processos históricos distintos.

Segundo Mangovo (2012, p. 184) há uma confusa conceituação na forma como caracterizar os conflitos em Cabinda, posto que há autores<sup>44</sup> que se referem a região como “província de Cabinda”, levando a crer que a disputa ocorre dentro do espaço de uma suposta unidade política nacional angolana bem definida. Por outro lado, existem aqueles<sup>45</sup> que chamam a atenção para a conjuntura político-histórica na qual as independências de Angola e demais ex-colônias ocorreram – entre os anos de 1960 e 1975 –, o que posicionaria a luta armada da FLEC como nacionalismo distinto dentre as outras manifestações identitárias africanas.

Pode-se dizer que, a primeira interpretação levantada por Mangovo avalia o conflito como expressão regionalista<sup>46</sup>, enquanto a outra entende que a expressão identitária cabindesa não se diluiu no projeto nacional angolano, transformando-se, conseqüentemente, num nacionalismo distinto. No entanto, Mangovo rebate acentuando o nacionalismo cabinda em contraste ao projeto de Estado-nação angolano, expondo as circunstâncias histórico-políticas nas quais Angola alcançou sua independência e qual foi o papel de Cabinda no processo. Para o autor,

---

<sup>44</sup> NETO, 1992.

<sup>45</sup> BEMBE, 2014; MANGOVO, 2012.

<sup>46</sup> Para o *Institute of Heidelberg for International Conflict Research* a designação seria “uma guerra civil de secessão” em virtude dos “recursos naturais do território” (MANGOVO, 2012, p. 184).

É mais evidente que esta condição de subordinação ao conquistador arrega claramente as mangas da cobiça pelos recursos que concentra o território de Cabinda. Para lograr a guerra de independência e a guerra civil que seguiu, o governo proclamado pelo MPLA encontrou em Cabinda o espaço fértil para as lutas contra os outros movimentos nacionalistas angolanos (e as interferências de países vizinhos) no controlo sobre os recursos petrolíferos que serviram para sustentar os esforços de manutenção do poder conquistado unilateralmente. (MANGOVO, 2012, p. 185)

Levando em consideração as palavras de Patrício Mangovo, faz-se necessário ter em mente o reconhecimento das pautas da FLEC por parte de outros personagens do tabuleiro político conjuntural. Em 1960, de acordo com os argumentos da FLEC-Estado de Cabinda (REPÚBLICA DE CABINDA, [20--]), as autoridades políticas da República do Congo-Brazzaville em uma conferência na ONU exigiam a independência total de Cabinda.

Bembe argumenta que o Tratado de Simulambuco fora articulado pelos nacionalismos cabindeses segundo preceitos estabelecidos nas pautas das descolonizações da ONU:

Para os Cabindas, estes regimes oitocentistas com ênfase, no famoso e solenemente celebrado Tratado de Simulambuco, seria um legado político-jurídico para o tratamento distinto do “seu território”, no contexto do segundo ciclo do processo de autodeterminação e emancipação, estabelecido pelos processos de descolonização que ocorreram sobretudo, de 1945 a 1975, liderado pela Organização das Nações Unidas. (ONU) (BEMBE, 2014, p. 29)

No dia 9 de julho de 2003, durante uma conferência no Centro Cultural de Chiloango em Cabinda, fora anunciado que o dia 1 de fevereiro – data da assinatura do Tratado de Simulambuco – seria a partir de então o “Dia da Identidade Cabindesa” (NEUMANN, 2017, p. 26). Esse episódio elucida o enaltecimento do Tratado de Simulambuco como origem identitária bem como o enaltecimento dos ancestrais responsáveis pelo Tratado. De acordo com Anthony Smith,

Este ênfase dado a pretensos laços familiares ajuda a explicar o elemento demótico ou fortemente popular na concepção étnica da nação. [...] No modelo étnico, o povo, mesmo nos casos em que não é mobilizado para ação política, é, ainda assim, objeto de aspirações nacionalistas e o tribunal retórico de última instância. [...] A mobilização popular desempenha assim um importante papel moral e retórico [...]. (SMITH, 1997, p. 26)

A exaltação de indivíduos descendentes daqueles que assinaram o Tratado nas manifestações nacionalistas do enclave, demonstra uma concepção étnica no que toca a

valorização que os cabindas atribuem ao ocorrido em Simulambuco em 1885, uma preocupação de se manter viva essa “linhagem de notáveis” (NEUMANN, 2017, p. 24). Para Smith,

Podemos qualificar este modelo não ocidental como uma concepção “étnica” da nação. A sua característica peculiar é o ênfase dado a uma comunidade de nascimento e de cultura nativa. [...]. Por outras palavras, uma nação era, antes de mais e acima de tudo, uma comunidade de descendência comum. (SMITH, 1997, p. 25)

A título de elucidação, o seguinte trecho das memórias de Miguel Maria N’Zau Puna serve como exemplo do profundo sentimento de identidade que os cabindas atribuem aos seus antepassados – em especial o próprio N’Zau Puna por ser descendente daqueles responsáveis pelo evento ocorrido em Simulambuco:

Claro que não consegui fugir à tentação de visitar o local onde se assinou o Tratado de Simulambuco. Visitei também o cemitério dos nobres. Ali, inclinei-me a lembrar muitos dos meus antepassados, que amavam a sua terra como poucos. Os meus antepassados que ajudaram, à sua maneira, a erguer o sonho de um dia libertarmos a terra e as gentes. Inclinei-me e lembrei tantos e tantos Punas que foram ficando pelo caminho. (PUNA, 2019, p. 138)

Neste ponto, para observar o fenômeno identitário emergente no Enclave de Cabinda, dentre o compilado de autores que se debruçam sobre o conceito de Nação e Nacionalismo, o presente trabalho tomará como lente teórica o “modelo étnico de Nação” desenvolvido pelo historiador inglês Anthony Smith. Em contrapartida, como esta dissertação direciona o estudo para expressões nacionalistas não ocidentais – no caso de Cabinda um tipo de discurso edificado tanto ao longo de um processo de descolonização quanto num momento pós-colonial –, torna-se oportuno observar, também, o objeto de análise sob a ótica de autores não-ocidentais. Partindo desse pressuposto, o modelo de nacionalismo étnico de Anthony Smith é posto em contraste com a análise dos autores Elikia M’Bokolo e Jean-Loup Amselle (2017), os quais apontam os usos do conceito de etnia em análises políticas sobre o continente africano.

No intuito de delimitar algumas definições do conceito de Etnia, Elikia M’Bokolo e Jean-Loup Amselle (2017, p. 33) trazem algumas definições de autores como Paul Mercier e Guy Nicolas. De modo geral, de acordo com a leitura dos autores, a etnia seria entre as características levantadas, um grupo fechado, de ancestralidade comum, homogeneidade cultural, língua comum, unidade política e relativamente perene. M’Bokolo e Amselle delimitam os termos “etnia”, “tribo” e “nação”, quando sinalizam

seus primeiros usos – partindo do caso francês – em fins do século XIX. Segundo os autores, os termos etnia e tribo passam a serem usados de modo maciço a fim de diferenciar da noção de Nação. No caso francês, os dois termos muitas vezes se confundem, mas no caso anglo-saxão um aspecto fica claro: tribo e etnia servem para designar “organizações sociais segmentares”. O objetivo seria “classificar à parte” sociedades não ocidentais negando-lhes a historicidade, a capacidade dos agentes dessas sociedades serem ativos nas suas próprias histórias:

Sem forçar muito as coisas, poder-se-ia dizer que o denominador comum de todas essas definições da etnia corresponde em definitivo a um Estado-nação de caráter territorial medíocre. Distinguir rebaixando era exatamente a preocupação do pensamento colonial, e assim como era necessário “encontrar o chefe”, também era necessário encontrar, no seio do magma de populações residindo nos países conquistados, entidades específicas. (AMSELLE; M'BOKOLO, 2017, p. 38)

Amselle (2017, p. 43) explica que antes do advento da modernidade nos territórios coloniais, ocorriam inter-relações, sobreposições e entrecruzamentos identitários. Indo ao encontro de teorias instrumentalistas e mobilizacionistas (POUTIGNAT; STREIFF-FENART, 1998, p. 85), o autor faz uma ressalva sobre uso desenfreado dos termos “etnia” e “tribo” para designar toda e qualquer disputa política no continente africano como “conflito tribal” ou “luta étnica”. Segundo o autor, a concepção étnica é um fenômeno moderno, muito diferente do corrente uso arcaísta do termo. Essas denominações seriam reducionistas no que toca a complexidade cultural das diferentes formas que os grupos manifestam suas questões identitárias, bem como reforça a ideia de que remeteria a um tipo de aspecto ancestral que somente teria sido superado durante o período colonial (AMSELLE; M'BOKOLO, 2017, p. 11). No entanto, M'Bokolo e Amselle salientam que não se pode negar a existência de etnias no continente africano. Enfatizam que é incorreto atribuir um único sentido a um “etnônimo”, pois é necessário relativizá-los sem negar aos grupos humanos a capacidade de expressar suas identidades como bem entendem.

Essa abordagem foi amplamente utilizada pelas elites intelectuais africanas, no intuito de desconstruir as explicações primordialistas do tribalismo oriundo da máquina de dominação colonial. Ou seja, as elites independentistas utilizaram da etnicidade como um instrumento de conquista direcionado para fins políticos e econômicos. O uso do conceito traz à tona sentimentos de solidariedade em grupo que, a despeito das origens culturais, de classe ou religião, facilita na mobilização de contingentes sociais com interesses específicos comuns. Essa concepção também explica a emergência de

identidades “fragmentárias” em detrimento do Estado-Nação ocidental, o qual na conjuntura do final do século XX e início do XXI vem sofrendo ataques ao seu modelo de soberania. O que vale comentar é que classe e etnia por vezes podem se confundir mediante a situação na qual há interesses políticos e econômicos em jogo entre grupos em conflito. A etnicidade se torna um instrumento político quando a modernidade se choca com expressões identitárias pré-modernas (AMSELLE; M'BOKOLO, 2017).

A etnicidade possuiria um caráter coercitivo, inefável e profundamente enraizado. Há dificuldades em definir o conceito em virtude de sua gama de descrições. Segundo M'Bokolo e Amselle, há confusão até mesmo nas palavras de um mesmo autor. Por vezes o termo se aproxima da noção de cultura, em outros momentos se confunde com raça. A etnicidade pode ser utilizada para se referir ao sentimento de pertencimento de um grupo – identidade –, porém, existem aqueles que alertam para as diferenças entre etnicidade e nacionalismo. Contudo, não menos importante, vale ressaltar autores como Anthony Smith que nos lembram do caráter estratégico no que se refere a política.

Por vezes, a guerra estimula um “emparelhamento” de etnias, um etnicismo decorrente do conflito armado. No período pós-colonial, quando da luta por representatividade e hegemonia política entre aqueles que no período anterior eram apenas “categorias étnicas” subjugadas dentro da lógica colonial, passa a disputar território com seus conterrâneos, os quais por sua vez também são categorias étnicas decorrentes do colonialismo (HALL, 2003). O que ocorreu muitas vezes foi que quem venceu foram aqueles que melhor dominavam o aparato cultural do colonizador. A prova disso é que muitos estados pós-coloniais são herdeiros de estruturas estatais da época colonial, muitos mantendo como língua oficial do estado o idioma do colonizador, e a máquina pública colonial perpetua no pós-colonial apenas com nova configuração.

A própria diversidade de opiniões acerca da gênese da Nação expõe o conceito como puramente abstrato, o qual, na prática, é mobilizado de modo a pretensamente legitimar uma realidade concreta (SMITH, 1997). Nas palavras de Anthony Smith:

Isto significa que as tentativas para explicar o como e o porquê do aparecimento das nações devem começar pelas identidades e laços étnicos que em conjunto formaram a sua base cultural e que, [...], desempenharam um papel importante na formação das primeiras e subsequentes nações. (SMITH, 1997, p. 72)

Para observar o fenômeno do nacionalismo, Smith elabora duas definições de comunidades étnicas. A “comunidade lateral” seria um tipo de identidade que se

propagaria por intermédio das camadas dirigentes, ou seja, um senso identitário restrito a indivíduos específicos que compõem um extrato privilegiado e/ou seletivo, posteriormente disseminado às camadas populares por meio de políticas educativas. Por sua vez o tipo de “comunidade vertical” expressaria uma identidade que se aprofunda com maior amplitude comunitária entre estratos diversos através de aspectos culturais comuns (SMITH, 1997, p. 73).

Ao observar a região do Enclave de Cabinda, percebe-se um senso de identidade que encontra expressão em diferentes estratos sociais da comunidade. À vista disso, tendo em mente o aparato teórico supracitado, o nacionalismo étnico de Cabinda, observando com o olhar teórico de Smith, seria um tipo de comunidade lateral ou comunidade vertical? Por um lado, sabe-se da existência de uma elite privilegiada<sup>47</sup> de acordo com as conjunturas políticas da história regional, tanto no período anterior ao congresso de Berlim quando o tráfico de escravizados dominava o Atlântico Sul, quanto ao longo do período colonial quando o estatuto jurídico de diferenciação entre indígenas e assimilados cooptava as elites locais.

A existência desta elite nativa levanta o questionamento: até que ponto a camada dirigente compartilhava seu senso de identidade com o restante da comunidade e, até que ponto a cultura popular com base na tradição oral se mesclava com a cultura letrada das camadas de assimilados? Se a identidade étnica cabinda estiver aos moldes de uma “comunidade vertical”, pode-se fazer alusão a uma circularidade cultural entre as elites intelectuais e a população comum; caso a identidade cabinda possa ser caracterizada como tipo de “comunidade lateral”, é de se supor que o senso identitário teve origem na camada dirigente e posteriormente, por interesses políticos conjunturais, difundiu-se entre o restante da população. Tudo leva a crer que a segunda opção é a mais cabível devido as circunstâncias históricas vividas no enclave.

Patrício Mangovo (2012, p. 146) salienta as especificidades no tocante ao estatuto especial de Cabinda edificado desde a assinatura do Tratado de Simulambuco, o que vai na esteira do que Rui Neumann (2017, p. 3) aponta como “responsabilidade portuguesa” quanto ao valor atribuído ao histórico tratado. Durante o período colonial português – fins do século XIX até a Revolução dos Cravos em 1974 – episódios específicos da história local foram instrumentalizados de forma pedagógica identitária, posicionando a concepção étnica no imaginário cabindês como elemento constituinte da identidade local.

---

<sup>47</sup> Famílias das quais pode se apontar os Puna, Nzita e Franque por exemplo.

Esse caso sinaliza o “despertar” de uma identidade étnica em decorrência do processo colonialista.

Mangovo faz menção no seu texto às estruturas do *direct-rule* e *indirect-rule* (2012, p. 146), conceitos desenvolvidos de modo a classificar parâmetros do modelo colonial britânico, cuja dominação colonial fora objeto de análise do antropólogo ugandense Mahmood Mamdani<sup>48</sup>. Mamdani (1996) ao estudar o arquétipo colonialista inglês<sup>49</sup> cunhou o conceito de “Decentralized Despotism”, de modo a explicar o processo pelo qual as elites pós-coloniais se formaram, uma vez que no processo a anteriormente segmentação regional aos poucos se tornou politicamente centralizada nas mãos dos chefes regionais, indivíduos com praticamente poderes aos moldes do Despotismo outrora combatido na Europa. Deste modo, desenvolveram-se reivindicações étnicas entorno dos grupos favorecidos pelo sistema colonial, grupos os quais antes do aparato administrativo colonialista não existiam de maneira homogênea e/ou coesa. Trazendo esta estrutura de análise para o caso do Enclave de Cabinda, por exemplo, os antigos reinos de Loango, N’Goio e Kakongo escolheram se unir numa espécie de coalizão, visando constituir recursos políticos a fim de melhor lidar com as transformações decorrentes da corrida colonialista. Todavia, o interesse era manter os privilégios edificados durante os longos anos de relação comercial com a metrópole portuguesa<sup>50</sup>. O resultado foi a criação da região que passou a ser denominada como “Cabinda” – nome de antiga região portuária local.

A título de comparação com o conceito de Mamdani, a identidade Cabinda, desde a assinatura do Tratado de Simulambuco no final do XIX, encontrou voz nas elites

---

<sup>48</sup> Mamdani, docente em Uganda e nos E.U.A, identificou uma constante na forma de administração colonial: nos territórios sob influência britânica ocorreu um processo no qual as elites rurais foram fortalecidas, enquanto o meio urbano ficara sob a égide de um sistema civilizatório jurídico racista. Enquanto no meio urbano se criava um sistema de segregação racial o qual supostamente civilizaria a região, a segmentação das regiões interioranas aos poucos se tornou politicamente centralizada nas mãos dos chefes regionais (MAMDANI, 1996, p. 37).

<sup>49</sup> De acordo com Mamdani, o modelo colonialista britânico tinha como princípio norteador uma “Civilização a partir das leis”, posicionando as Cortes coloniais como “faróis” da civilização ocidental – apesar da prática ter se dado no meio urbano através de uma lógica racista. Contudo, o poder teve que se adaptar ao terreno, conseqüentemente, o processo civilizatório se tornou numa administração da lei e da ordem. O sistema judicial desenvolvido nas colônias se articulou de maneira bipolar: nas zonas rurais a justiça operava por intermédio dos chefes tradicionais; no meio urbano uma corte hierárquica com magistrados brancos dominava a esfera jurídica. No processo, criou-se um dualismo legal: civilizar o centro administrativo urbano e tribalizar as regiões rurais, em outras palavras, criar um estado moderno centralizado no meio urbano enquanto as demais localidades ficavam organizadas em torno de autoridades tradicionais. Em suma, em contraste com a sociedade civil centralizada na cidade havia a autoridade nativa, indivíduos que governavam com base na identidade étnica e no direito consuetudinário.

<sup>50</sup> Essas elites litorâneas dos três reinos foram favorecidas durante os longos anos de comércio escravista no Atlântico Sul, dado que considerável número de escravaria provinha da região do antigo reino do Congo, cuja principal via de acesso ao oceano era a região portuária de Cabinda.

regionais<sup>51</sup>. Pode-se dizer que as elites do Enclave de Cabinda tiveram como apoio à sua influência regional o próprio sistema colonialista português, o qual auxiliou a fortalecer a posição dessas elites de modo solidificar uma expressão identitária originária nas camadas intelectuais, conhecidas dentro do sistema de Indigenato salazarista como “assimilados” (WEELER; PÉLISSIER, 2009, p. 194). Com base nesse pressuposto, é possível afirmar que, de acordo com o modelo desenvolvido por Smith, o que ocorre em Cabinda é uma comunidade étnica lateral.

Phyllis M. Martin (1975, p. 47), salienta a “assimetria cultural” entre as populações urbanas e rurais do enclave, quando afirma que “there was a marked dichotomy between the urbane, educated Lusophone coastal families and the less educated, rural communities of the Mayombe interior”. As elites urbanas tiveram acesso a uma educação à portuguesa, dando-lhes recursos intelectuais precisos para o desenvolvimento de uma identidade a qual pudesse contrastar com o colonizador. Por sua vez, as populações do interior, majoritariamente rurais, ainda hoje encontram dificuldades em se comunicar em razão de terem pouco acesso a língua portuguesa, idioma oficial no território.

Dentre os interesses fundamentais em torno da assinatura de tratados com as nações europeias eram a manutenção de privilégios, conseqüentemente, a estratificação social que se desenvolveu ao longo do colonialismo moderno colocaria as elites locais alinhadas às políticas administrativas da potência colonial vigente. No processo, famílias tradicionais, herdeiras dos antigos príncipes e chefes do século XIX, passariam à condição de assimilados segundo o aparato jurídico colonialista português, sendo esses indivíduos os únicos que tinham os meios para transitar entre a cultura europeia e a cultura regional. Não seria estranho supor que foi dentro deste círculo de favorecidos pelo sistema que se originou as reivindicações identitárias emergentes no momento pós-colonial.

#### **4.2 O conflito de interpretações em torno do Tratado de Simulambuco**

O colonialismo português teve papel fundamental no que se refere às atribuições dadas ao Tratado de Simulambuco. Segundo Neumann (2017, p 23), a importância atribuída a Simulambuco seria uma decorrência do sistema colonialista português, o qual através de políticas pedagógicas enquanto linguagem nacionalista alimentou o imaginário

---

<sup>51</sup> Contudo, diferente do modelo estudado por Mamdani, as elites de Cabinda provinham do círculo urbano. A semelhança se encontra no fato dessas elites terem sido fortalecidas pelo regime colonial.

da população cabindesa com concepções nacionalistas ocidentais, hoje mobilizadas como resposta ao sistema centralizador de Angola. Por sua vez herdeiro do aparato burocrático do período colonial português. Deste modo frisa Neumann:

De modo paradoxal, tendo em conta as controvérsias actuais, a importância atribuída ao documento [Tratado de Simulambuco] pelos naturais do enclave é, em grande parte, responsabilidade exclusiva portuguesa, e a propaganda colonial insistiu em sublinhar, à margem das interpretações jurídicas, que “Cabinda desejou ser portuguesa” através do Tratado de Simulambuco, uma particularidade que distinguia o enclave das restantes possessões coloniais lusas. (NEUMANN, 2017, p. 23)

N’Zau Puna relata o momento em que os portugueses reforçavam as atribuições ao Tratado de Simulambuco, como também adiciona as atividades petrolíferas no enclave na interpretação das motivações portuguesas em reforçar o tratado como marco identitário dos cabindas:

O Tratado de Simulambuco era então para o cabinda garantia da inviolabilidade e inalienabilidade da sua identidade. Quando Cabinda começava a hesitar sobre a presença lusa no território, Portugal lembrava o contrato assinado. No mesmo ano em que se iniciam as primeiras prospecções petrolíferas em Cabinda, em 1954, é erigido, em Simulambuco, o monumento comemorativo do tratado. Nesse mesmo ano, o presidente da República Portuguesa, Hígídio Craveiro Lopes, desloca-se pessoalmente ao local. Em 1956, quando os primeiros barris de petróleo desembarcavam em Lisboa, Portugal decide elevar a então vila de Tchowa ao estatuto de cidade, tomando o nome de Cabinda. (PUNA, 2019, p. 22)

Portanto, pode-se afirmar que um dos efeitos do colonialismo português foi a atribuição de um significado identitário ao Tratado de Simulambuco, uma das consequências históricas seriam as sublevações nacionalistas do Enclave de Cabinda.

Raúl Tati, escreve no prefácio do livro de N’Zau Puna o que julga ser uma das consequências das políticas coloniais portuguesas, os conflitos identitários entre os separatismos cabindeses e o estado angolano pós-colonial:

A política colonial portuguesa, por sua vez, em nada facilitou um entrosamento dos vários povos que habitavam Angola. Aliás, esta constatação estende-se pela África fora. De facto, assistimos, depois das independências, a intermináveis conflitos interétnicos que trouxeram a terreiro a triste realidade de que o colonialismo nunca preparou as distintas etnias para uma convivência conjunta e harmoniosa. (TATI, 2019, p.16)

Na linha do que Rui Neumann chama atenção como “responsabilidade portuguesa” em relação ao valor atribuído ao Tratado de Simulambuco, o deputado

angolano Miguel Maria N’Zau Puna, enquanto natural de Cabinda, experienciou a atividade colonial portuguesa em sua terra natal e pode ilustrar o que ocorria na data de comemoração ao histórico tratado:

Até os portugueses entendiam que não valia a pena esquecer o passado. Bem ao contrário, a 1 de Fevereiro, que era feriado, as autoridades coloniais iam a Simulambuco. Faziam uma cerimônia evocativa do cerimonial que se operou a bordo da corveta *Rainha de Portugal*. Depois, em cortejo, dirigiam-se ao N’Bucu N’Buádi, localidade onde se encontra o cemitério dos nobres de Cabinda. (PUNA, 2019, p. 27)

Adiante, Puna expressa o significado histórico do Tratado:

Era a homenagem. Era a lembrança de uma época, que, hoje, infelizmente, muitos teimam em esquecer. Uma época em que se sabia que franceses, holandeses, belgas e ingleses, à compita, por ali andavam em demanda das riquezas de Cabinda. E que os Punas outorgaram a Portugal o protectorado que está nos livros e vem nos compêndios, que hoje muitos teimam em rasgar. (PUNA, 2019, p. 27)

Os relatos de Puna elucidam o profundo sentimento em relação ao Tratado de Simulambuco, bem como as atividades em torno de seu significado.

No tocante a família Puna, cabe introduzir neste momento o significado que o nome “Puna” tem em relação a identidade cabinda. Miguel Maria N’Zau Puna expressa que, enquanto descendente do barão que participou da assinatura do histórico Tratado na localidade de Simulambuco, o significado histórico do seu nome:

Puna era histórico. Puna é histórico. E digo-vos porquê. Em fevereiro de 1885, um dos meus ancestrais, Manuel Puna, a quem o rei D. Luís de Portugal deu o título de barão. Assinou, na presença dos dignitários de Cabinda e da corveta *Rainha de Portugal*, o célebre Tratado de Simulambuco, que ainda hoje faz muitas cócegas aos que debatem sobre o que fazer de Cabinda. (PUNA, 2019, p. 19)

Algumas reflexões oriundas da História dos Conceitos ajudam a análise dos significados em torno do Tratado de Simulambuco. Segundo o historiador alemão Reinhart Koselleck, o tempo histórico está associado a ações políticas e sociais do homem, bem como suas organizações e instituições (KOSELLECK, 2006). Como este trabalho analisa as formas pelas quais se instrumentalizou politicamente tipos de discurso identitário/nacionalista, os quais por sua vez enaltecem diferentes fatos históricos do passado de um espaço sociocultural específico, a ideia de “estratos de tempo”

desenvolvida por Koselleck pode servir como ferramenta de análise. O autor faz uma analogia aos estratos terrestres, conceito da geologia que remete as diferentes camadas de terra das quais se pode identificar tempos geológicos distintos. Trazendo essa ideia para a concepção de tempo histórico, Koselleck utiliza seus conhecimentos acerca da linguística para identificar “camadas” de tempo presentes na linguagem de um determinado texto:

Sigo inclinado a interpretar de forma aporética a relação entre a história da linguagem e à história factual: a linguagem contém e pode expressar sempre mais (ou menos) conteúdo do que aquele que existe na história real. Inversamente, cada história contém mais (ou menos) do que se diz dela. Por isso, a narrativa histórica sempre precisa reformular a história passada. (KOSELLECK, 2014, p. 14)

Inúmeros discursos políticos operantes na pós-colonialidade africana, ao enaltecer diferentes expressões identitárias, fazem alusão a episódios históricos específicos, com o propósito de legitimar suas reivindicações – no caso do nacionalismo Cabinda, é a assinatura do Tratado de Simulambuco. O elemento histórico, neste caso, evidencia diferentes “camadas” de tempo instrumentalizadas de acordo com as demandas do momento, quando a reivindicação por legitimidade política se torna necessária. Muitos dos discursos étnicos hoje atuantes trabalham com uma superposição de diferentes tempos históricos, sendo possível perceber, por exemplo, a experiência do tempo expressa na forma de articulação da linguagem em discursos nacionalistas. “A história sempre tem a ver com o tempo, com tempos que permanecem vinculados a uma condição espacial, não só metafórica, mas também empiricamente” (KOSELLECK, 2014, p. 9).

Por conseguinte, com base no autor acima referido, percebe-se, levando em conta o diferentes contextos políticos vividos no Enclave de Cabinda, a existência de três significados para o Tratado de Simulambuco: o primeiro remonta ao momento de sua assinatura, quando as elites do antigos reinos de Loango, Cacong e N’Goyo buscavam a manutenção de privilégios edificados ao longo dos anos de comércio de escravos com a metrópole portuguesa; o segundo significado pode ser percebido no trecho "acaba Simulambuco" manifestado no cântico datado de 1960, durante o período das lutas anticoloniais, descrito no segundo capítulo, de modo a enfatizar uma república de Cabinda como projeto emancipatório em contraste ao colonialismo português; o terceiro significado seria o enaltecimento de Simulambuco como elemento de validação histórica para uma identidade divergente ao projeto estatal angolano do MPLA, o qual defende

desde 1975 – e mesmo anteriormente nos anos de guerra anticolonial – que Cabinda sempre fez parte de Angola. Estes três estratos de tempo estão presentes no debate sobre a identidade de Cabinda, bem como seu pertencimento ou não à República de Angola.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O propósito deste trabalho foi trazer para o debate acadêmico as conjunturas históricas de maior relevância para se entender os dilemas vividos no Enclave de Cabinda. Sua importância está ancorada na historiografia referente ao fenômeno dos nacionalismos, posicionando o nacionalismo cabinda como mais uma expressão identitária distinta dentre as demais manifestações africanas no período das descolonizações. No tocante aos questionamentos iniciais os quais nortearam a pesquisa, pode-se apontar que a região que corresponde ao atual Enclave de Cabinda tem sido palco de importantes acontecimentos na história do continente africano. As elites costeiras da localidade a qual um dia fora chamada de baía de Cabinda edificaram sua hegemonia política ao mesmo tempo em que estreitavam relações com o reino de Portugal. Os antigos reinos de Loango, Caongo e N’Goyo foram as primeiras localidades da África Central que entraram em contato com os exploradores portugueses no final do século XV. As três regiões faziam parte de uma confederação de reinos tributários ao antigo Reino do Congo. Conforme a atividade escravista se intensificava e as relações entre o reino de Portugal e o reino do Congo se desgastavam, os três antigos reinos edificavam sua autonomia. Durante os séculos XVIII e XIX, os três reinos negociavam diretamente com os portugueses, mas também, com franceses, ingleses, holandeses e belgas.

Durante os anos da Conferência de Berlim os direitos de Portugal perante as regiões africanas foram postos em causa pelas demais potências europeias. A solução que Portugal encontrou foi legalizar sua presença em África com a assinatura de tratados com as elites das regiões reivindicadas. De todos os tratados o mais famoso e citado posteriormente foi o Tratado de Simulambuco, assinado entre os príncipes e chefes dos reinos de Caongo, Loango e N’Goyo e representantes da coroa portuguesa em 1 de fevereiro de 1885. A partir desse episódio que se reconheceu o atual território do Enclave de Cabinda. O evento ocorrido na localidade de Simulambuco tem grande significância nos discursos políticos contemporâneos. Nos anos que viriam a seguir, a condição do enclave seria incerta quanto a sua autonomia. Há quem defenda que logo após o contexto do Congresso de Berlim a região de Cabinda passou a fazer parte da Angola colonial. Por outro lado, são inegáveis as circunstâncias que posicionavam o enclave como um protetorado português ou mais uma possessão portuguesa, caracterizando Cabinda como uma colônia distinta de Angola. A problemática em torno da condição do Enclave se

agravou depois da descoberta de petróleo no seu litoral na década de 1950. Depois do petróleo, as disputas pelo controle da região só se intensificaram.

Consoante aos desdobramentos geopolíticos do período da Guerra Fria, o governo dos EUA atuava nas lutas anticoloniais com o propósito de aumentar sua influência a partir de uma boa relação com os países que viriam a emergir. Na mesma linha, a URSS também financiava os conflitos em África. O que vale frisar é que não somente os EUA e URSS agiam no contexto, pois se sabe que tanto a China maoísta quanto Cuba também foram personagens atuantes no período de Guerra Fria. No decorrer das lutas anticoloniais o Enclave de Cabinda foi objeto de cobiça dos movimentos independentistas angolanos. O MPLA, a FNLA e a UNITA na sua luta contra o colonialismo português precisavam angariar recursos para seus projetos nacionalistas. O petróleo de Cabinda era fundamental para economia da futura nação. Concomitantemente, a rivalidade dos movimentos angolanos, as lideranças políticas dos países vizinhos, dos quais vale destacar Mobutu Sese Seko, presidente do Congo-Kinshasa durante o período estudado, também enxergava o petróleo de Cabinda como recurso essencial para a economia de seu país.

Os relatórios da Polícia Internacional de Defesa do Estado, PIDE, produzidos entre novembro de 1960 a maio de 1961, explicitam o clima político vivido no Enclave de Cabinda na época das independências dos Congos Belga e Congo Francês – Congo-Brazzaville e Congo-Kinshasa respectivamente. Naquele momento as lideranças políticas dos Congos recém independentes, de acordo com os relatórios, influenciavam as atividades dos movimentos anticoloniais de Cabinda, dos quais vale citar o Movimento de Libertação do Enclave de Cabinda ou MLEC e, a Frente de Libertação do Enclave de Cabinda, FLEC. Os documentos também evidenciam manifestações contrárias ao colonialismo português da parte das populações indígenas do enclave, o que colocava os agentes da PIDE em constante estado de vigilância e medo. Com base nos dados contidos nos relatórios, fica claro que os movimentos independentistas cabindeses tinham seu próprio protagonismo na guerra anticolonial, expondo que não somente os movimentos nacionalistas de Angola atuavam contra o colonialismo português.

Na luta pela conquista da autodeterminação do Enclave de Cabinda, a FLEC recorreu a Organização da Unidade Africana, OUA. Em documentos datados de 1963 e 1974, o movimento independentista cabindense evidenciava seu discurso nacionalista no qual se defendia a autonomia do enclave em relação a Angola. A história regional é um elemento constantemente mobilizado no discurso nacionalista da FLEC com o propósito de legitimar a soberania do enclave. O centro argumentativo do discurso é o Tratado de

Simulambuco. O histórico documento é visto como a magna carta da identidade cabindense. É a partir desse momento que se percebe usos e significados em torno da história da região de Cabinda, sendo o Tratado de Simulambuco o principal elemento instrumentalizado discursivamente pelas lideranças políticas das diversas ramificações da FLEC.

Como conclusão, levando em consideração as diferentes conjunturas históricas do abordadas neste trabalho, é possível distinguir três significados políticos para o Tratado de Simulambuco. Para se compreender o primeiro significado, deve-se voltar para o momento do acontecimento do evento em fevereiro de 1885, quando as elites do três antigos reinos buscavam a manutenção de privilégios edificados ao longo dos anos de relacionamento com a metrópole portuguesa. Partindo desse pressuposto, a assinatura de um tratado de protetorado com Portugal seria o meio mais seguro para garantir status quo. O segundo significado pode ser identificado nas manifestações dos movimentos independentistas cabindenses no início dos anos de 1960, congruente às lutas anticoloniais quando as regiões sob influência portuguesa buscavam autonomia política. Em uma das páginas dos relatórios da PIDE consta um panfleto de um dos movimentos de libertação de Cabinda, no documento comenta-se "acaba Simulambuco", trecho manifestado em um cântico datado de 1960, de modo a enfatizar uma República de Cabinda negando o histórico tratado que colocava a região na condição de protetorado português. Nesse momento é claro que o significado político para Simulambuco é negar o colonialismo português. O terceiro significado começa a partir da independência de Angola em 1975, quando o Enclave de Cabinda passa a ser considerado a décima oitava província do Estado angolano. Neste momento, Simulambuco passa a ser enaltecido pelos movimentos cabindenses, então vistos como "separatistas", como o marco inicial de uma identidade política divergente a do projeto nacionalista angolano gerido pelo MPLA.

O Tratado de Simulambuco, segundo os nacionalistas do enclave, marca o início da identidade Cabinda, principal argumento dos movimentos independentistas da região. Para compreender a gênese dos conflitos atuais vividos em Cabinda é preciso recuar para os anos das lutas anticoloniais, bem como para o contexto das independências em África, uma vez que foi a conjuntura do período de Guerra Fria que impulsionou as descolonizações bem como as independências das colônias portuguesas, das quais o Enclave de Cabinda fazia parte. Contudo, o enclave não conquistou sua autodeterminação e, a partir da independência de Angola em 1975, o Enclave de Cabinda virou uma zona

de guerrilha entre o governo angolano e a FLEC, organização a qual se proclama a principal responsável pelo nacionalismo cabindense.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Eugénio Costa. O Difícil Processo de Definição de Fronteiras e Pertenças Político-identitárias no Debate de Cabinda. **Cadernos de Estudos Africanos**, Lisboa, n. 25, p. 65-93, 2013. Disponível em: <https://journals.openedition.org/cea/849>. Acesso em: 15 maio 2021.

AMSELLE, Jean-Loup; M'BOKOLO, Elikia. Prefácio à segunda edição *In*: AMSELLE, Jean-Loup; M'BOKOLO, Elikia (org.). **No Centro da Etnia: Etnias, tribalismo e Estado na África**. Petrópolis, Editora Vozes, 2017. p. 11-22.

AMSELLE, Jean-Loup. Etnias e espaços: por uma antropologia topológica. *In*: AMSELLE, Jean-Loup; M'BOKOLO, Elikia (org.). **No Centro da Etnia: Etnias, tribalismo e Estado na África**. Petrópolis, Editora Vozes, 2017. p. 29-73.

BEMBE, Miguel Domingos. Análise do Processo de Paz no Enclave de Cabinda. **Cadernos de Estudos Africanos**, Lisboa, n. 20, p. 27-54, 2010. Disponível em: <https://journals.openedition.org/cea/140>. Acesso em: 14 jun. 2021.

BEMBE, Miguel César Domingos. **Partilha do Poder no Enclave Angolano de Cabinda: Modelo e Processo**. 2014. 353 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais, na especialidade de Ciência Política) - Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Universidade de Lisboa, Lisboa, 2014.

BEMBE, Miguel Domingos. Partilha do poder no Enclave Angolano de Cabinda: Modelo e processo. **MULEMBA Revista Angolana de Ciências Sociais**, Mulemba, v. 4, n. 8, p. 1-22, 2014. Disponível em: <https://journals.openedition.org/mulemba/416>. Acesso em: 22 jul. 2021.

BIRMINGHAM, David. Angola. *In*: CHABAL, Patrick (org.). **A History of Postcolonial Lusophone Africa**. Indiana: Indiana University Press, 2002. p. 137-184.

BITTENCOURT, Marcelo. Nacionalismo, Estado e Guerra em Angola. **Anais do Seminário A questão Nacional e as Tradições Nacional-Estatista na América Latina e África**, Rio de Janeiro, 4 a 6 set 2013. Trabalho apresentado em seminário, documento em PDF.

BITTENCOURT, Marcelo. “O 25 de Abril e o MPLA”. *In*: PAREDES, M. M.; PEREIRA, L. G. **Depois dos Cravos**. Porto Alegre: Edipucrs, 2017. p. 157-186.

CAMBANDA, Francisco Domingos. **A Questão Étnica como Fator de Estabilidade do Processo Político e do Desenvolvimento Socioeconômico em Angola**. 2015. 382 f. Tese (Doutorado em Sociologia Econômica e das Organizações) - Instituto Superior de Economia e Gestão, Universidade de Lisboa, Lisboa, 2015.

CANDEIAS, Jorge. [Flec – Renovada (variant)]. *In*: CRW FLAGS INC. Frente de Libertação do Enclave de Cabinda - Renovada (Cabinda, Angola). [S. l.]: CRW FLAGS INC., 17 Mar. 2001. Disponível em: <https://www.crwflags.com/fotw/flags/ao%7Dflec.html>. Acesso em: 13 set. 2021.

CAPOCO, Zeferino Dulo. **O Nacionalismo e o Estado: Um Estudo Sobre a História Política de Angola (1961-1991)**. 2013. 333 f. Tese (Doutorado em Ciência Política e Relações Internacionais) - Instituto de Estudos Políticos, Universidade Católica Portuguesa, Lisboa, 2013.

CHILCOTE, Ronald H. **Emerging Nationalism In Portuguese Africa: documents**. Stanford: Hoover Institution Press, Stanford University, 1971.

COELHO, Virgílio. A classificação etnográfica dos povos de Angola (1.<sup>a</sup> parte). **MULEMBA Revista Angolana de Ciências Sociais**, Mulemba, v. 5, n. 9, p. 1-13, 2015. Disponível em: <http://journals.openedition.org/mulemba/473>. Acesso em 23 jul. 2021.

FERNANDES, Márcia. A organização da unidade africana como expressão do projeto político continental no pós-independência: disputa e reivindicações. **Sankofa Revista de História da África e de Estudos da Diáspora Africana**, [s. l.], v. 9, n. 27, ago. 2016.

FRENTE para a Libertação do Enclave de Cabinda. In: WIKIPÉDIA: a enciclopédia livre. [San Francisco: Wikimedia Foundation], 18 dez. 2019. Disponível em: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Frente\\_para\\_a\\_Liberta%C3%A7%C3%A3o\\_do\\_Enclave\\_de\\_Cabinda](https://pt.wikipedia.org/wiki/Frente_para_a_Liberta%C3%A7%C3%A3o_do_Enclave_de_Cabinda). Acesso em: 13 set. 2021.

FRONT DE LIBÉRATION DE L'ENCLAVE DU CABINDA. **Memorandum: a la très haute attention des CHEFS d'ÉTAT et de Gouvernement de l'Organisation de l'Unité Africaine**. [S. l.]: F.L.E.C., 19 ago. 1974. Disponível em: <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=04307.007.001#!1>. Acesso em: 20 out. 2021.

GLEIJESES, Piero. **Conflicting Missions: Havana, Washington, And Africa, 1959-1976**. North Carolina: The University of North Carolina press, 2002.

GULFOIL. **About Us**. [S. l., 20--]. Disponível em: <https://www.gulfoil.com/>. Acesso em: 3 ago 2021.

GOMES, Aliu. Ilusão de povo africano: de organização da unidade africana a carta africana dos direitos e dos povos. **Revista Eletrônica do Curso de Direito Da UFSM**, Santa Maria, v. 3, n. 1, p. 51-65, mar. 2008.

HALL, Stuart. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: Ed. UFMG; Brasília: Representação da Unesco no Brasil, 2003.

KOSELLECK, Reinhart. **Estratos do Tempo: estudos sobre a História**. Rio de Janeiro: Contraponto; Ed. PUC-RIO, 2014.

KUMSSA, Asfaw; JONES, John F. Post-independence African Policy: African Socialism and the Organization of African Unity. **Canadian Center of Science and Education**, [s. l.], v. 4, n. 1, 2015.

MADUREIRA, António Dias. **Cabinda: de Chinfuma a Simulambuco**. Lisboa, Editorial Estampa, 2001.

MANGOVO, Patrício Munengo. **ANGOLA: Governação Local e Estatuto Especial da Província de Cabinda**. 2012. 326. f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política: Cidadania e Governação) - Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Faculdade de Ciência Política, Lusofonia e Relações Internacionais. Lisboa, 2012.

MANGOVO, Patrício Munengo. Os Desafios da Paz em Angola e as Dinâmicas do Conflito em Cabinda. **Nação e Defesa**, Lisboa, n. 131, p. 91-123, 2012.

MARTIN, Phyllis M. Cabinda Connection: An Historical Perspective. **African Affairs**, [s. l.], v. 76, n. 302, p. 47-59, jan. 1977.

MBAH, Martial Arsene. **As Rivalidades Políticas Entre A Frente de Libertação de Angola (FNLA) e O Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) [1962-1975]**. Luanda: Mayamba, 2010.

M'BOKOLO, Elikia. **África Negra: História e Civilizações**. Do século XIX aos nossos dias. Tomo II. Lisboa, Edições Colibri, 2011.

MAXWELL, Keneth. **O Império Derrotado: Revolução e Democracia em Portugal**. São Paulo, Cia das Letras, 2006.

MELÍCIAS, Tomás Diel. **O feitiço do moderno: Jonas Savimbi e seus projetos de nação angolana (1966-1988)**. Orientador: Marçal de Menezes Paredes. 2017. 127. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História, PUCRS, Porto Alegre, 2017.

MIGUEL Maria N'Zau Puna. In: WOOK. [S. l.: s. n., 201-]. Disponível em: <https://www.wook.pt/autor/miguel-maria-n-zau-puna/2157472>. Acesso em: 16 maio 2021.

MOHAMMED, Seid Ahmed. Organization of African Unity and the African Diplomacy. **Izmir Review of Social Sciences**, [s. l.], v. 3, n. 1, p. 95-108, Jul. 2015.

NETO, Maria da Conceição. Cabinda – a verdade da História. **Jango**. Huambo, 14 de agosto de 1992.

NEUMANN, Rui. Contributo Para A Controvérsia Sobre O Tratado De Simulambuco. **CEDIS Working Papers**, Lisboa, n. 2, p. 1-30, out. 2017.

OLIVEIRA, Ricardo Soares de. **Magnífica e Miserável: Angola desde a Guerra Civil**. Lisboa: Tinta da China, 2015.

PAREDES, Marçal de Menezes. The Political Discourse of Jonas Savimbi: Historicity, Scale, and Power. In: CURTO, José C. (org.). **New Perspectives On Angola**. Toronto: Baywolf Press, p. 267-284, 2021.

PEARCE, Justin. **A Guerra Civil em Angola 1975-2002**. Lisboa: Tinta da China, 2017.

PORTUGAL. Arquivo Nacional Torre do Tombo. **Independência de Cabinda**. Portugal: Direção Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas, 1960-1961. Disponível em: <https://digitarq.arquivos.pt/viewer?id=3895961>. Acesso em: 12 abr. 2021.

POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. A etnicidade, definições e conceitos. *In*: POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. **Teorias da etnicidade**. São Paulo: UNESP, 1998. p. 85-121.

PUNA, Miguel Maria N'Zau. **Mal Me Querem**. Lisboa: Guerra e Paz, 2019.

REPÚBLICA DE CABINDA. Presidência do Governo. **História de Cabinda**. Cabinda, [20--]. Disponível em: <http://www.cabinda.org/portugues.htm>. Acesso em: 18 maio 2021.

REZOLA, Maria Inácia. Do Romantismo Revolucionário à Política Real: a Revolução Portuguesa de 1974-1975. *In*: GONÇALVES, Leandro; PAREDES, Marçal de M. **Depois dos Cravos: Liberdades e Independências**. Porto Alegre: Edipucrs, 2017. p. 11-41.

RAMOS, Justino da Glória. **Angola Pelos Caminhos da Paz: guerra e diplomacia (1975-2002)**. Luanda: Mayamba, 2018.

ROSAS, Fernando. O Salazarismo e o homem novo: ensaio sobre o Estado Novo e a questão do totalitarismo. **Análise Social**, [s. l.], v. 35, n. 157, p. 1031-1054, 2001.

ROSSI, Gianluigi. THE OAU: RESULTS OF A DECADE. **International Journal of Politics**, [s. l.], v. 4, n. 4, p. 15-34, 1974-1975.

SANTOS, Aurora Almada e. **A Organização das Nações Unidas e a Questão Colonial Portuguesa: 1960-1974**. Lisboa: Instituto da Defesa Nacional, 2017.

SHUBIN, Vladimir. **The Hot "Cold War": The USSR in Southern Africa**. London: Pluto Press/University of KwaZulu-Natal, 2008.

SILVA, Igor Castellano da. **Congo A Guerra Mundial Africana: conflitos armados, construção do estado e alternativas para a paz**. Porto Alegre: Leitura XXI, 2012.

SILVA, João de Mattos e. **Congresso Colonial Nacional: contribuição para o estudo da região de Cabinda**. Lisboa: Typographia Universal, 1904.

SMITH, Anthony D. **A Identidade Nacional**. 1997, Lisboa: gradiva, 1997.

STOCKWELL, John. **In Search of Enemies: a CIA story**. New York: W. W. Norton & Company Inc, 1978.

TATI, Raúl. Prefácio. *In*: PUNA, Miguel Maria N'Zau. **Mal Me Querem**. Lisboa: Guerra e Paz, 2019. p. 13-17.

THE FOREIGN OFFICE. Historical Section. **Angola (including Cabinda)**. London: H.

M. Stationery Office, 1920. (n. 120).

THIESSE, Anne-Marie. Ficções criadoras: as identidades nacionais. *In: Anos 90*, Porto Alegre, v. 9, n. 15, 2001. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/anos90/article/view/6609/3932>. Acesso em: 23 nov. 2021.

VAINFAS, Ronaldo; SOUZA, Marina de Mello e. Catolização e Poder no tempo do tráfico: o reino do Congo da conversão coroada ao movimento antoniano, séculos XV-XVIII". *Tempo*, Rio de Janeiro, n. 6, p. 95-118.

WALLERSTEIN, Immanuel. The Early Years of the OAU: The Search for Organizational Preeminence. *International Organization*, [s. l.], v. 20, n. 4, p. 774-787, 1966.

WEELER, Douglas; PÉLISSIER, René. **História de Angola**. Lisboa: Tinta da China, 2009.

WESTAD, Odd Arne. **The Global Cold War: Third World Interventions and the Making of Our Times**. New York: Cambridge University Press, 2007.

## ANEXO A – Front de Libération de l'Enclave du CABINDA

## Front de Libération de l'Enclave du CABINDA

### MEMORANDUM A L'ORGANISATION DE L'UNITE AFRICAINE

Le Cabinda est une colonie portugaise située en Afrique Centrale, d'une superficie de 7.270 Km<sup>2</sup> et peuplée officiellement, selon de lointaines statistiques portugaises, de 80.857 habitants dont un dixième d'Européens. En fait, des estimations sérieuses permettent d'affirmer, compte tenu à la fois des exilés et de ceux qui sont restés sur le sol de la Patrie, que la population cabindaise s'élève à plus de 300.000 habitants. Le Cabinda est limité au Nord par la République Populaire du Congo, au Sud et à l'Est par la République du Zaïre et à l'Ouest par l'Océan Atlantique. Sur la carte géographique, il n'a pas de frontière commune avec l'Angola dont il est séparé par le Zaïre.

Il compte parmi les pays les plus riches de l'Afrique. En effet, outre son bois composé d'essences supérieures, le Cabinda possède d'immenses gisements de pétroles exploités au large de TCHIOWA, la capitale, par une société américaine, la "GULF OIL". Il faut citer en outre les potasses de Massabi, le manganèse de DINGE et de BUCU-ZAU ainsi que la grande réserve d'or de la région de BUCU-ZAU. Dans le domaine de l'agriculture, le café et cacao demeurent les principales ressources.

L'Angola est une colonie portugaise depuis le XV<sup>e</sup> siècle. Par contre, l'histoire de la colonisation du Cabinda date officiellement du premier février 1885, avec la signature du Traité de SIMULAMBUCU entre le représentant du roi du Portugal et les chefs traditionnels cabindais. Ce traité plaçait le Cabinda sous la "protection" du Portugal contre les "invasions" d'autres puissances coloniales notamment française, britannique, hollandaise et belge. Parallèlement, le Portugal s'engageait à maintenir l'intégrité territoriale de son Protectorat. Mais la "protection" portugaise s'est traduite par un pillage économique systématique et par un mépris total du développement socio-économique de la population qui est restée dans sa très grande majorité analphabète.

C'est dans ces conditions que le Cabinda s'est vu intégré à une communauté qui lui est totalement étrangère, par son rattachement administratif à l'Angola, unilatéralement décidé par les colonialistes portugais en 1950 et en contradiction flagrante avec les clauses du traité de SIMULAMBUCU. Cette politique, sous prétexte de faciliter l'administration coloniale en Afrique centrale et australe, plaçait le Cabinda dans une situation juridique difficile et créait les conditions nécessaires à une confrontation directe entre les frères des deux colonies.

Mais le peuple cabindais, qui endure depuis près d'un siècle un régime politique indésirable, n'aspire qu'à la liberté et la paix et ne lutte en conséquence que pour obtenir la reconnaissance de ses droits légitimes sur la terre de ses ancêtres. En effet, depuis la colonisation portugaise jusqu'à l'ère des indépendances de la quasi-totalité des pays africains, notre peuple a toujours ardemment opposé à l'occupant une résistance farouche afin d'aboutir à son indépendance et à sa liberté.

En 1947, le Révérend Frère Lourenço PUCUTA et l'Abbé Franklin da COSTA contactent le Ministère portugais des Colonies en vue de l'obtention de l'indépendance du Cabinda. Une Organisation politique, le " Mouvement de Libération de l'Enclave du Cabinda " (M.L.E.C.), est créée en 1959. L'une des premières tâches de ce mouvement fut de demander à l'ONU d'intervenir auprès du gouvernement portugais en vue de l'accession à l'indépendance du Cabinda. Puis il saisit la quinzième session de l'Assemblée Générale des Nations Unies des atrocités commises le 4 avril 1961 par les troupes portugaises dans l'Enclave du Cabinda, causant ainsi des dizaines de morts et plusieurs centaines de blessés.

A cette occasion, Monsieur Emmanuel DADET, délégué permanent du Congo devait notamment déclarer à l'Assemblée Générale des Nations Unies :

« Vous vous souviendrez, Monsieur le Président, que dans le mémorandum dont copie fut transmise en annexe à la lettre du 11 janvier 1961 qu'elles adressèrent en décembre 1960 au Ministère du Portugal d'Outre-Mer, les autorités coutumières sollicitèrent du Portugal d'entamer, en vertu de la résolution sur la décolonisation votée en décembre 1960 par l'Assemblée Générale de l'ONU, des négociations en vue d'étudier en commun le processus d'accession à l'indépendance du protectorat du Cabinda. Le mémorandum demandait en outre que les premières réformes, soit d'auto-détermination interne, puissent être appliquées si possible dès le premier janvier 1961 » (ONU - A/PV. 990 page 16).

Pendant ce temps se formaient à l'extérieur d'autres mouvements nationalistes cabindais. Le Comité d'Action d'Union Nationale des Cabindais (C.A.U.N.C.), et l'Alliance du Mayombe (ALLIAMA) qui, fusionnés avec le M.L.E.C., devaient former en Août 1963 le Front de Libération de l'Enclave du Cabinda. C'est tant que président de ce front que M. Ranquo FRANQUE s'est présenté devant la première conférence ordinaire des Chefs d'Etat de l'O.U.A. tenue au Caire en Juin 1964.

Mais cette lutte bien que permanente a manqué d'organisation et de direction politique capables d'unir étroitement les enfants de notre pays contre l'oppression coloniale et son assujettissement. Des actions sporadiques et désordonnées montrèrent un manque de maturité politique bien compréhensible et firent apparaître des

luttres de tendances et de rivalités internes à nos mouvements, ce qui explique les demi-échecs de la première étape de notre lutte contre la domination portugaise. C'est au début de 1974, sous l'impulsion de la jeunesse, ayant pris conscience de l'esprit national, que furent réorganisés les mouvements cabindais. Cette action déboucha naturellement sur la création du " Mouvement du Peuple Cabindais (M.P.C.) " à l'issue d'une Conférence des Nationalistes Cabindais tenue à Pointe-Noire (République Populaire du Congo). Les événements du 25 avril 1974 survenus au Portugal ont permis la résurrection du Front de Libération de l'Enclave du Cabinda (F.L.E.C.) aussi bien à Kinshasa qu'au Cabinda même et la création de l'Union Démocratique des Peuples du Cabinda (U.D.P.C.) à l'intérieur du Cabinda.

Puis au début d'Août 1974, tous les représentants de la majorité des divers mouvements, réunis sur le sol national à TCHIOWA, ont, dans un élan de patriotisme, décidé la fusion de toutes les forces vives de la nation en un mouvement unique, le " Front de Libération de l'Enclave du Cabinda " (F.L.E.C.), entraînant, corrélativement et sous la pression du peuple largement consulté, la disparition des autres mouvements.

Le rattachement administratif et arbitraire du Cabinda à l'Angola est entaché de nullité, puisque résultant d'une décision unilatérale de la puissance coloniale et contraire à l'esprit du traité de SIMULAMBUCU, qui avait été librement négocié entre deux partenaires ; ce qui ne fut pas le cas de l'acte administratif ci-dessus visé.

Ce rattachement purement fictif est inopposable au peuple cabindais qui ne veut pas faire les frais d'une seconde affaire du PAKISTAN.

L'argument, qui consiste à dire que le Cabinda n'est pas viable comme Etat indépendant du fait de sa faible superficie et de sa démographie peu importante, est réfuté par l'histoire contemporaine de la colonisation qui a vu naître le RWANDA, le BURUNDI, la GAMBIE, et la GUINÉE Equatoriale, tous Etats de petites dimensions.

Ce dernier Etat, dont la population est essentiellement composée de FANG, a malgré tout échappé à une quelconque fusion ou fédération, en dépit des liens créés par une parenté ethnique étroite avec ses voisins immédiats.

Dans notre cas, si nous ne contestons pas être des frères du peuple angolais à l'intérieur de la grande famille africaine, nous contestons par contre relever du même rameau ethnique que le peuple angolais.

Certes le Cabinda et l'Angola doivent s'unir dans la lutte parce qu'ils aspirent tous deux à l'émancipation totale et qu'ils ont les mêmes ennemis.

Mais le critère d'unité de RACE, l'un des éléments fondamentaux de la notion d'État, ne peut justifier le rattachement de notre pays à l'Angola. En termes clairs, nous dénonçons à quiconque le droit de nous traiter de sécessionnistes, la sécession étant le fait d'une faction légalement intégrée dans un ensemble cohérent. Nous réfutons également la thèse qui prônerait le rattachement administratif de certains états à d'autres, pour des commodités de gestion. Le Zaïre, après s'être affranchi de la tutelle belge, n'a pas pour autant englobé le RWANDA et le BURUNDI.

A l'origine, le Cabinda, terre d'accueil par tradition, n'avait jamais pensé que l'existence des foyers de guérilla angolais sur son territoire était dictée par une politique expansionniste de l'Angola, mais considérait plutôt que la présence d'organisations angolaises au Cabinda cadrait parfaitement avec l'esprit de solidarité combattante et la nécessité d'abattre le colonialisme portugais où qu'il se trouvait.

Or sur le plan africain et international, les mouvements nationalistes angolais ont brouillé le problème du Cabinda de manière à le rendre pratiquement inexistant sur le plan politique. Cette façon de faire est à l'origine des sérieuses difficultés logistiques auxquelles se sont heurtés les angolais notamment par l'absence totale de l'appui des masses cabindaises aux forces combattantes de l'Angola. En outre sont apparus des points de vue divergents au sein même des dirigeants des mouvements angolais, particulièrement des dirigeants du M.P.L.A. dont la faction " Révolte Active " est beaucoup plus réaliste et respecte les aspirations profondes du peuple cabindais qui ne cherche rien d'autre que son **indépendance totale** et qui considère que ce n'est qu'à partir de cette vérité de fait et de droit que l'avenir du Cabinda, dans le cadre de l'Unité Africaine, peut être discuté.

Nous sommes pleinement conscients que la lutte de libération de notre pays fait partie intégrante du grand courant d'émancipation des peuples opprimés du monde entier. Pour combattre efficacement la puissance qui opprime le peuple cabindais, il est évident que nous avons tout intérêt à joindre nos forces à celles des mouvements d'émancipation des autres colonies portugaises et aux forces démocratiques et progressistes du Portugal. Mais il en résulte que la coopération entre les différents mouvements de libération ne peut se concevoir correctement que sur la base du respect de la ligne politique et des aspirations profondes et légitimes de chaque pays concerné.

Compte tenu de ce qui précède, le Front de Libération de l'Enclave du Cabinda, se basant sur la situation concrète de son pays, oriente sa politique selon sa propre conception. Il se met en dehors des zones d'influences idéologiques qui divisent le monde. Son action est dictée uniquement par les intérêts légitimes de son peuple et de ceux qui vivent et travaillent au Cabinda pour son

développement socio-économique.

Le problème de la décolonisation du Cabinda passe d'abord par la négociation directe entre les représentants du peuple cabindais et le Gouvernement portugais et les événements survenus au Portugal le 25 avril 1974 laissent espérer la possibilité d'une solution pacifique du problème. Le mouvement de démocratisation et d'auto-détermination lancé par Lisbonne laisse effectivement espérer que le Gouvernement portugais saura faire preuve de grandeur d'âme en reconnaissant le caractère illicite de l'acte unilatéral par lequel le Cabinda et l'Angola ont été rattachés sur le plan administratif. La situation une fois régularisée, on pense que les négociations avec le Portugal porteront uniquement sur l'indépendance immédiate et totale.

Aujourd'hui, c'est l'Angola, encouragé par les manigances du Portugal, qui a des prétentions sur le Cabinda. L'avenir devrait ne plus donner libre cours à de telles prétentions.

L'affaire du Cabinda, nous en sommes conscients, peut conduire à des conflits. Pour parer à ces éventualités, le F.L.E.C. envisage de faire du Cabinda une Suisse africaine, c'est-à-dire un Etat NEUTRE, largement ouvert à tous pays africains et à ceux du reste du monde.

Au moment où l'union des mouvements de libération épris de paix et de liberté prend la forme d'un vaste front de solidarité, où les patriotes cabindais ne cessent de s'interroger sur l'avenir politique de leur pays, le F.L.E.C. fait appel à toutes les forces éprises de paix et de justice pour qu'elles accordent leur appui à la juste cause du peuple cabindais. Le rôle combien historique, les actions nobles et désintéressées des pays africains et les efforts consentis par leurs peuples pour la libération totale de notre Continent font que, au moment où vont se tenir à Brazzaville les assises de la Conférence des Chefs d'Etat et de gouvernement de l'Afrique Centrale et Orientale, le F.L.E.C. demande à leurs Excellences les Présidents des Républiques Africaines de se pencher sur la situation de l'Enclave du Cabinda et son avenir politique dans le cadre de la décolonisation et de l'indépendance totales de notre Continent.

C'est avec confiance que nous demandons aux plus hautes et éminentes personnalités africaines de soutenir la juste cause cabindaise, car nous sommes persuadés qu'une solution de style fédératif pakistanais, symbole démontré par l'histoire du machiavélisme britannique, ne peut être retenue, afin de ne pas créer délibérément sur notre Continent une nouvelle minorité opprimée.

Le F.L.E.C. profite de l'occasion pour remercier les Pays Africains qui depuis toujours n'ont ménagé aucun effort pour venir en aide sous diverses formes aux ressortissants cabindais. Ces remerciements s'adressent tout particulièrement à la République du Zaïre et à la République Populaire du Congo.

Fait à Brazzaville, le 19 Août 1974 -

**Auguste TCHOUFOU,**  
Président du Front de Libération  
de l'Enclave du Cabinda.

## Anexo B – Ideia de Independência em virtude da fronteira com o Congo ex-Belga



36

**SECRETO**

INFORMAÇÃO Nº. 817/60-GU



(Enviada à Presidência do Conselho e aos Ministérios do Ultramar, Interior, Defesa Nacional e Exército)

32-A/17

Transcreve-se a seguir um relatório datado de 11 do mês de Novembro findo, do posto desta Polícia em Cabinda:

"Cônscios do perigo que atravessam por virtude da indiferença que dia a dia notam da parte dos indígenas, os gritos de alerta chegam-me aos ouvidos a todo o momento para que se compareça aqui ou acolá, ao menos para acalmar os mais fracos de espírito que julgam perder os seus haveres de um momento para o outro.

São famílias inteiras espalhadas pelo mato, onde raramente aparece uma autoridade, que vivem inquietas e pedem providências para pôr cobro ao desaforo dos pretos que numa ansia desesperada, trabalham para a independência de Cabinda.

Um membro dessas famílias, o Senhor José Forte Faria, que há doze anos vive no Maiombe, onde, presentemente, tem todo o seu capital e de outros, empregue em maquinaria avaliada em 4.000.000\$00, para cortar e transportar madeiras, veio falar-me e expôr a situação política daquela área. Segundo diz, não tem dúvidas algumas que aquela área é onde maior propaganda se faz e o preto vive totalmente à vontade com largas possibilidades de desenvolver as actividades políticas, que entender, por não ser vigiado. Afirmou-me que todos estão filiados na "APAKO" e que muito embora já tenha passado essa onda de entusiasmo outros partidos surgem que lhes interessam, especialmente os que tenham sido criados com o fim da independência.

Este mesmo indivíduo pediu-me para que lhe enviasse um funcionário nosso para o seu acampamento, mesmo que as despesas corressem por sua conta, pois tem possibilidades de conseguir alguns informadores pretos, com quem nos podia pôr em contacto sem que ele fosse comprometido.

Por outro lato, na região de Tando Zinze, até ao Zenza e Lucúla, um outro europeu, ali residente, se lastimou por não aparecerem autoridades que se interessem pelos movimentos políticos ocorridos naquela região.

De facto, foi onde maior quantidade de panfletos distribuíram na noite do passado dia 2, o que vem refor-

- 2 -

çar a suspeita de que é, sem dúvida, um sector onde mais propaganda se tem feito.

Supõe-se que é devido ao contacto que têm com os congolezes, visto fazerem a sua vida junto da fronteira. É curioso notar que todos depositam em nós uma confiança absoluta. Como sempre, procuramos acalmar os mais nervosos com promessas de visita, mas o serviço não me deixa livre um só momento apesar de todos os esforços, deixa-se zonas imensas para vigiar o que faz descrever, certas pessoas, do auxílio ou interesse dispensado, por nós, aos assuntos que me vêm dar conhecimento.

No decurso das nossas diligências depara-se por vezes a necessidade de passarmos buscas domiciliárias. Até aqui não têm sido feitas por se recear que especulassem este procedimento e dele fizessem eco no estrangeiro. Acha-se tadavia, que elas são necessárias e assim roga-se a V. Ex<sup>a</sup>, se digne informar se se deve pôr de parte esse receio e se passe a fazê-las.

Numa rápida análise ao movimento político actual deste Distrito, devo informar V. Ex<sup>a</sup>, que para além do rio Lucola, situado a 5 quilómetros de Cabinda, na estrada que liga o restante Distrito para o interior, todos os nativos estão com a ideia fixa na independência.

Esta parte do Distrito está ao que parece, dominada pelo "barão de Puna", que após a manifestação do passado dia 3, se isolou dos restantes velhos de Cabinda regedor JACK, WILSON e ESPANHOL, os quais são acusados de viverem a soldo dos portugueses.

Na noite do dia 10 conferenciei com os dois primeiros regedores indicados e, através deles, tive conhecimento, que o "barão" manifestou o desejo de independência que, aliás, é o de todos e ameaçou o "JACK" de morte acusando-o de ter recebido 2.000.000\$00 da venda de Cabinda aos portugueses. O WILSON é de opinião que o "barão" não deve continuar mais no lugar, especialmente por estar a usurpar os direitos de todos".

21/12/960



## Anexo C – Boatos contra o sistema colonial

**P. I. D. E.**  
Serviços de Segurança  
Secção Central  
G. U.

31

INFORMAÇÃO N.º 620/60-GU



(Enviada à Presidência do Conselho e aos  
Ministérios do Ultramar, Interior e De-  
fesa Nacional)

32-11/17

Em Cabinda, circula uma onda de boatos entre a população nativa, os quais deturpam toda a verdade e dão aso a que a política ultramarina portuguesa seja criticada àasperamente, especialmente entre os portugueses naturais daquele distrito que residem em Ponta Negra.

Há pouco tempo fugiu para Ponta Negra um empregado da "GULF", em Cabinda, por ter roubado naquela companhia a importância de 37.000\$00. Logo que ali chegou, disse que fugira porque em Cabinda andavam à caça dos negros para os meterem em sacos que eram lançados depois ao mar. Houve logo quem propalasse o boato e afirmasse que já tinham aparecido cadáveres de negros nas praias de Ponta Negra.

O boato que corre mais insistentemente, é que aquele distrito vai ser invadido brevemente por 45.000 negros vindos do Médio Congo.

10/11/960.

Fonte: Independência de Cabinda, Informação N° 620/60-GU, Enviada à Presidência do Concelho e aos Ministérios do Ultramar, Interior e Defesa Nacional, 10/11/1960 (PORTUGAL, 1960-1961).

## Anexo D – Festividades no Congo ex-Francês e recepção à FLEC

38

**P. I. D. E.**  
 Serviços de Segurança  
 Secção Central  
 G. U.

INFORMAÇÃO N.º. 871/60-GU

SECRETO



(Enviada à Presidência do Conselho e aos Ministérios do Ultramar, Interior, Defesa Nacional, Exército e Negócios Estrangeiros)

32-7/17

Transcreve-se a seguir uma informação que, datada de 3 do mês de Novembro findo, foi recebida do Posto desta Polícia em Massabi, Angola:

"Depois das festas da independência do Médio Congo realizadas em Brazaville, o Presidente da República, Pe YOULOU, deslocou-se a Ponta Negra, onde deu uma recepção às principais entidades da cidade.

À recepção foram convidados alguns comerciantes portugueses ali residentes, os quais notaram, que as entidades oficiais francesas, se comportaram com mais deferências para os membros do "FRONT DE LIBERATION DE L'ENCLAVE DE CABINDA", do que para os portugueses europeus.

Entre estas entidades, notaram os portugueses europeus, o facto do Sr. Director da Polícia do Médio Congo, Sr. GAUZE, não os ter cumprimentado, embora tivesse relações cordiais com alguns. No entanto a mesma pessoa, dirigiu-se aos membros do "FRONT DE LIBERATION DE L'ENCLAVE DE CABINDA", a quem cumprimentou um por um.

Procedeu de igual modo o Sr. Inspector da mesma Polícia, Sr. MAIRE, que é encarregado dos serviços da Polícia no porto de Ponta Negra.

O Sr. GAUZE, acompanhou o Ministro TCHITCHELI, a Nova York e é quem faz os discursos deste Ministro".

26/12/960

Fonte: Independência de Cabinda, Informação N° 871/60-GU, Enviada à Presidência do Conselho e aos Ministérios do Ultramar, Interior, Defesa Nacional, Exército e Negócios Estrangeiros, 26/12/1960 (PORTUGAL, 1960-1961).

## Anexo E – 4 mil indígenas vão morar em Ponta Negra na República do Congo



SECRETO

52

INFORMAÇÃO Nº. 869/61-G.U.



(Enviada à Presidência do Conselho, Ministérios do Ultramar, Defesa Nacional, Exército e ao Subsecretariado da Aeronáutica)

32-9/17

Data de origem: - 13/5/61

Chegada ao conhecimento desta Direcção em:- 25/5/61

A seguir transcreve-se uma informação elaborada pelo Posto desta Polícia em Massabi, distrito de Cabinda:

"Para os devidos efeitos tenho a honra de levar ao conhecimento de V. Ex<sup>a</sup>. o seguinte:

Que, derivado aos tristes acontecimentos desenrolados neste Distrito, em que foram barbaramente assassinados os europeus, VASCONCELOS no povo Chiela-Cacongo; MAGALHÃES, na estrada entre a Chapa e Vila Guilherme Capelo; DIAS, na área do Panga Mongo, e os 2 irmãos MOREIRA, comerciantes no Limano, os indígenas com receio da repressão dos nossos militares, abandonaram totalmente todos os povos, levando consigo os seus haveres, com excepção de alguns animais de criação.

Assim, indígenas velhos e novos, dos povos que limitam a estrada de Vila Guilherme Capelo a Massabi, numa extensão de 88 quilómetros, fugiram para o Médio Congo e Congo ex-belga, onde foram acolhidos com mero carinho, tendo-lhes até sido fornecido gratuitamente, dinheiro e víveres, pelo Governo de Brazzaville.

Também na povoação de Massabi, os nativos residentes, incluindo os cipaios do Posto Administrativo e todos os criados, se refugiaram no Médio-Congo e junto à nossa fronteira, onde são avistados em grandes aglomerados e que, segundo consta, devem ser cerca de 4.000, os indígenas portugueses refugiados na área de Ponta Negra.

Tem este Subposto conhecimento que vários fuggitivos estão fazendo as suas cubatas à margem da estrada que liga a fronteira à cidade de Ponta Negra, com pleno consentimento das autoridades daquela cidade.

O tráfego de madeiras do Distrito de Cabinda para Ponta Negra, que durante os primeiros incidentes, esteve paralizado, recomeçou novamente a fazer-se, mas segundo dizem

- 2 -



os camionistas estão a ser constantemente ameaçados pelos nativos rebeldes ali acolhidos.

Consta a este Subposto que grande número daqueles rebeldes se prepararam activamente para desencadear o ataque a este Distrito, esperando segundo dizem, que lhes seja fornecido armamento para tal fim, contando fazer o dito ataque no próximo dia 1 de Junho.

Enquanto os médio-congoleses reforçaram os seus efectivos na fronteira com mais de trinta gendarmes, o nosso efectivo militar aqui em serviço, além de ser insuficiente - pois havia apenas 2 cabos europeus e 3 soldados indígenas - foi em 10 do corrente mês reduzido para apenas 2 cabos, que alinhando ao nosso lado conjuntamente com os 2 guarda fiscais, fazem vigilâncias ininterruptas, dia e noite, sempre à espera dum eminente ataque de surpresa dos bandoleiros a este local. Contudo, se esta fronteira não for reforçada pelo menos com um pelotão militar, a fim de se poderem fazer várias rusgas aos caminhos gentílicos que ligam esta área ao Médio-Congo e por onde os rebeldes têm feito algumas surtidas às casas comerciais dos europeus fugidos para a cidade de Cabinda, derivado a não terem qualquer espécie de protecção, torna-se assim cada vez mais crítica a situação em Massabi, onde os poucos géneros alimentícios que existiam nessas casas comerciais, estão a ser roubados de dia e de noite, pelos indígenas que já, acossados pela fome, vêm de Ponta Negra pelos tais caminhos gentílicos, assaltar aquelas casas.

Se isto assim continua, não sei mesmo qual será a solução deste problema, pois além de fazermos vigilâncias esgotantes que suportamos dia e noite, com activismo para defender a Pátria, teremos de lutar também com falta de géneros alimentícios, os quais já escasseiam fortemente.

Sabe este Posto que uma grande parte dos indígenas que se encontram fugidos no Médio-Congo, manifestam a vontade de regressar a Massabi, mas que, só regressariam se o Governo Português retirasse desta localidade o seu Chefe Administrativo.

Averiguando o caso, verifica-se de facto que a política adoptada por aquele Chefe, perante os indígenas, tem sido nefasta, a ponto dos seus próprios cipaios terem fugido também e andando agora a propagar na cidade de Ponta Negra que fugiram porque eram maltratados, tanto fisicamente como moralmente, pelo seu Chefe.

Também no Posto Administrativo do Lela, na povoação do Dinge, os europeus ali residentes estão insatisfeitos e alarmados com a maneira de proceder do Chefe daquele Pos-

**SECRETO**

53

- 3 -

to Administrativo, que tem também adoptado política idêntica, com a agravante de fazer do seu Posto uma autêntica sanzala, pois ali estão a viver em regime de amancebia com pretas, ele, o aspirante, o enfermeiro, este também preto, e um civil europeu.

Torna-se um grave perigo para os europeus, a situação criada por aquele Chefe, depois à semelhança do que fizeram alguns dos seus cipaioes que fugiram levando consigo as bicicletas do Posto, podem as pretas e o preto enfermeiro que ali vivem, facilitar o ataque dos bandoleiros àquela povoação, ou então fugirem também, levando consigo grande quantidade de armamento e granadas defensivas e ofensivas, que ali têm para a defesa daquela área."

26-5-961.



## Anexo F – Embarcações Suspeitas



42

**SECRETO**

INFORMAÇÃO Nº 155/61-GU



(Enviada à Presidência do Conselho e aos Ministérios do Ultramar, Defesa Nacional, Exército e Interior)

32-A/17

Consta que no dia 21 do mês de Janeiro findo, os indígenas da área de Beira Nova, distrito de Cabinda, não compareceram ao trabalho, por se terem deslocado a Luali, República do Congo (ex-belga), onde se realizou uma reunião promovida por elementos anti-portugueses.

Na noite de Fim do Ano e no dia 1 de Janeiro, nada de anormal se passou em Cabinda, ao contrário do que se dizia em diversos boatos. Porém, nas noites de 31/1 e 1/2 do mês de Janeiro findo, pelas 02,20 e 03,00 horas, apareceram no mar, dentro das águas territoriais portuguesas, luzes de um barco que pareceu e que bem poderia ser uma das traineiras de pesca da República do Congo. Como, porém, na área onde foi visto, concelho de Cacongo, não existe um único meio de transporte marítimo, não foi e enquanto se mantiver este estado de coisas não será possível vigiar ou controlar os movimentos desses barcos o que representa um grave inconveniente porquanto, não é possível distinguir-se, de noite, a sua natureza.

Se por mera suposição se admite que são barcos de pesca, nem por isso nos devem merecer menos atenção porque podem prestar-se a transportar pessoal ou armas que facilmente desembarcariam ao longo da costa completamente desguarnecida, pelo que se acha de grande importância que os nossos barcos patrulhassem a área compreendida entre Massabi e Cabinda.

Novamente no dia 2 do referido mês de Janeiro, pelas 18,30 horas, um barco trazendo apenas uma luz acesa, fundeou a cerca de duas milhas de Cacongo, distrito de Cabinda.

A essa hora algumas canoas de pescadores já se encontravam ao largo, mas nenhuma delas levava luz, pelo que não eram vistas.

O referido barco, por volta das 20,00 horas, acendeu mais duas luzes, assim se mantendo até às 04,00 horas, altura em que de novo reduziu as luzes a uma só que apagava e acendia como se quisessem comunicar com alguém, para seguidamente se envolver na escuridão, não tendo sido visto quando rompeu a luz do dia.

Ficou-se com a impressão de que o barco em causa, dada a disposição das luzes, é maior que os habituais pesqueiros da República do Congo.

A população europeia daquela vila mostra-se inquieta com estes acontecimentos, porque sabe que nada pode fazer para evitar que, pelo mar, sejam desembarcadas armas, que os pescadores se encarregariam de trazer para terra a coberto da noite e protegidos pela extensão da costa.

7/2/961

## Anexo G – Hostilidade dos autóctones para os colonos brancos

**P. I. D. E.**

Serviços de Segurança

Secção Central

G. U.

INFORMAÇÃO Nº 565/60-GU

30



(Enviada à Presidência do Conselho e Ministé-  
rios do Ultramar e Defesa Nacional)

REGISTADO

Em Cacata, distrito de Cabinda, no dia 3 do mês de Outubro corrente, um europeu foi apupado e agredido pelos indígenas residentes naquela povoação, que até tentaram enforcá-lo, por o mesmo quando conduzia um automóvel ter tocado levemente na bicicleta de um indígena que se atravessara na estrada, de que resultou a queda do indígena e o choque daquele automóvel contra uma árvore.

Só decorridos dois dias é que o Administrador do concelho de Cabinda se deslocou a Cacata para proceder a averiguações mas, segundo consta, permitiu que os principais provocadores fugissem depois de se haverem confessado culpados, detendo finalmente três, constando, no entanto, que um deles também se evadiu.

A população europeia de Cabinda ficou alarmada com o sucedido e mais ainda com a indiferença que as autoridades administrativas põem na resolução destes problemas, pelo que pensam dirigir-se a S. Ex.ª o Governador-Geral de Angola para pedirem providências em relação à actuação das autoridades administrativas.

Na região de Tando Zinze, especialmente no povo de Cacata, nota-se desde algum tempo actos de rebeldia por parte da população indígena, para o que tem contribuído a fraca actuação do Administrador do concelho de Cabinda.

Conta-se, a propósito, que ainda há relativamente pouco tempo, os indígenas de Cacata arrancaram das mãos de um fiscal municipal uma bicicleta que este apreendera por não possuir licença, ameaçando-o que se resistisse seria agredido.

Quando o referido fiscal apresentou o assunto ao Administrador do concelho, este ordenou-lhe que a partir de então fiscalizasse apenas os brancos e deixasse os pretos.

25/10/960

Fonte: Independência de Cabinda, Informação Nº 565/60-GU, Enviada à Presidência do Concelho e Ministérios do Ultramar e Defesa Nacional, 25/10/1960 (PORTUGAL, 1960-1961).

## Anexo H – Boicote as mercadorias dos colonos portugueses

40

**P.I.D.E.**  
Serviços de Segurança  
Secção Central  
G. U.

**SECRETO**

INFORMAÇÃO Nº. 39/61-G.U.

(Enviada à Presidência do Conselho e aos  
Ministérios do Ultramar, Interior, De-  
fesa Nacional e Exército)

No distrito de Cabinda os indígenas deixaram de comprar aos comerciantes, feijão, peixe seco e vinho, apresentando como explicação de tal atitude, o argumento de que todos esses artigos se encontram envenenados, com o fim de os matar.

Estes boatos são propalados, segundo consta, não só por pretos vindos da República do Congo (ex-belga), mas também pela chamada "Associação dos Naturais do Enclave de Cabinda - AREC", que pretende com isso evitar que os indígenas adquiram produtos aos europeus.

O vinho, que era um artigo muito procurado, deixou praticamente de ter saída, depois de terem feito constar que em Cabinda já tinha morrido uma mulher e que mais duas se encontravam internadas no Hospital, com princípio de envenenamento por terem bebido vinho.

9/1/961

Fonte: Independência de Cabinda, 9/1/1961, Informação Nº 39/61-GU, Enviada à Presidência do Conselho e aos Ministérios do Ultramar, Interior, Defesa Nacional e Exército, 09/01/1961 (PORTUGAL, 1960-1961).

## Anexo I – Movimento Para Libertação do Enclave de Cabinda (MLEC), 1961

55

Movimento Para Libertação  
do Enclave de Cabinda

M.L.E.C.  
N.º 1.7193  
Lda. DOVILLE

R.º 252/61



Cópia para informação à todos os  
Países Membros da O.N.U.-Conselho  
de Segurança-Organizações Interna-  
cionais,...

Lda. doville, 12 de Maio de 1961

Object: Independência Protectorado  
de Cabinda.

à Sua Excelência Senhor Presidente  
da República Portuguesa  
à Sua Excelência Senhor Dr. Salazar,  
Presidente do Conselho  
à Sua Excelência Presidente da  
Assembleia Nacional  
à Sua Excelência Senhor Ministro  
do Ultramar

em LISBOA

Excelência,

Perante a situação actual entre Portugal e as Colónias  
Portuguesas do Ultramar, o Movimento para Libertação do Enclave de Cabinda,  
inquieta destes acontecimentos trágicos e contínuos, e a honra de convida-  
r as Autoridades Portuguesas a abrir negociações com os líderes Político-  
s e Chefes do Povo de Cabinda a fim de que o Enclave de Cabinda possa  
livrar-se da tragédia actual conformando-se aos pontos abaixo citados:

- 1º Acabar com todos os actos de massacres e destruição;
- 2º Retirar imediatamente as Tropas Portuguesas do Enclave de Cabinda para que os refugiados possam regressar às suas terras de origem;
- 3º Pôr em liberdade todos os prisioneiros políticos e não políticos apreendidos e desterrados;
- 4º Fixar o lugar e data de encontro aos líderes políticos e Chefes de Povo para negociar livre e solenemente com as Autoridades Portuguesas sobre a constituição futura do país;

É muito regretavel que depois de tantos séculos de  
Evolução Portuguesa na Africa e na Asia, tais acontecimentos possam nascer  
em todas as Colónias Administradas por Portugal. Nenhuma solução poderá ser  
encontrada, Excelência, continuando a enviar tropas massivas e material  
de guerra para exterminar todas as populações das Vossas Colónias em  
Africa. Seria prudente depois de um profundo estudo do M.L.E.C., que Portugal  
inicie à tempo negociações com os Interlocutores Válidos para que  
uma inimidade não seja uma acção de base no futuro com as Colónias do Ultramar.

Não é possível ao Dr. Salazar de fazer o papel do General de Gaulle, Homem eminente e político francês? A Política do General de Gaulle com as ex-Colónias Francesas mostra suficientemente a Diplomacia Política e será uma lembrança histórica na Africa. Desta hipótese o Dr. Salazar, Homem eminente do Governo Português, não pode tentar elevar um Estrado Nacional para lançar um apelo de reconciliação com as Colónias do Ultramar?...

Além disso, não esqueçais, Excelência, que Portugal tinha sido convidado voluntariamente pelos Dignatários do Enclave de Cabinda do que se concluiu um Tratado de amizade em 1 de Fevereiro de 1885 no Simulambuco! Embora as cláusulas do Tratado nunca tivessem sido respeitadas por Portugal, as Autoridades do Povo de Cabinda seuberam sempre depositar a máxima confiança em seu Civilizador. Agora, para se adaptar às contingências da Evolução actual, Estas levaram à tempo, ao Vosso conhecimento uma exposição legal e fiel para em conjunto se resolver os Problemas de Cabinda. Apesar deste Espírito Construtivo, as Autoridades Portuguesas desterraram Todas as Autoridades do Povo de Cabinda para um lugar desconhecido, massacreram violentamente a População de Cabinda. E portanto, o Povo de Cabinda é um Povo pacífico que nunca teve a mínima intenção de

atacar e maltratar a população branca que vive no seu Território.

O M. L. E. C., consciente do seu dever, esperava e espera ainda que uma solução adequada provenha de Portugal, porque uma não estendida tardivamente esta sujeita a uma recusa. Por isso, o Movimento para Libertação do Enclave de Cabinda lança um apêlo solene às Autoridades Portuguesas a abrir negociações com os Leaders Políticos e Chefes do Povo de Cabinda referindo-se ao ~~MEMORANDUM~~ ORANUM do mês de Janeiro de 1961 enviado por estes.

O MOVIMENTO PARA LIBERTAÇÃO DO ENCLAVE DE CABINDA pede uma amnistia para Todos os Prisioneiros Políticos e não Políticos de Cabinda desterrados sem julgamento entre os quais figuram o Sr. LOURENÇO ~~ALCANTARA~~ MARÃO de Cabinda, Srs. Amândio João Fernandes, Pitra Fena, Carlos Antonio Bernardo, João Maria, De Balthazar João Gime, José Francisco Tomás, ..... os 50 Chefes do Povo de Cabinda e outros mais que nunca tiveram escrito, extravagante para com as Autoridades portuguesas Metropolitanas ou Locais.

O Movimento Para Libertação do Enclave de Cabinda reiterando o seu desejo, espera encontrar as Autoridades Portuguesas com as quais conta resolver as Futuras Estruturas do Enclave de Cabinda, E com os seus sinceros agradecimentos se subscreve.

O SECRETARIO

*João*  
José Cândido Ramos.

O VICE-PRESIDENTE,

*João*  
João Francisco Quinto.

O PRESIDENTE,

*Louis*  
Louis MANQUE FRANK.

O DIRECTOR POLITICO,

*Jean*  
PUKUTA Jean.

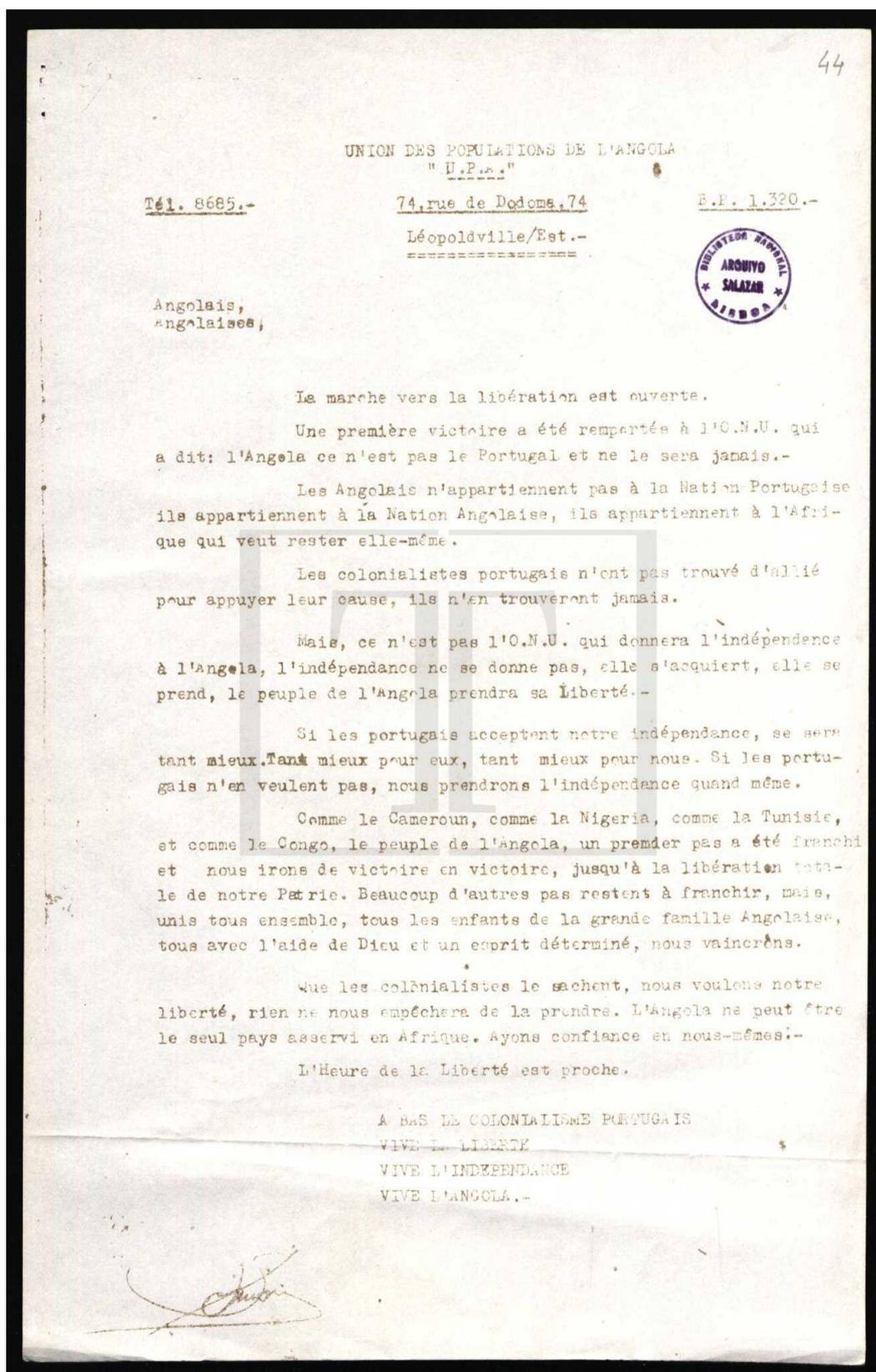
*João*  
José Fúria,

OS CONSELHEIROS,

*Telo*  
Telo GARCIA.

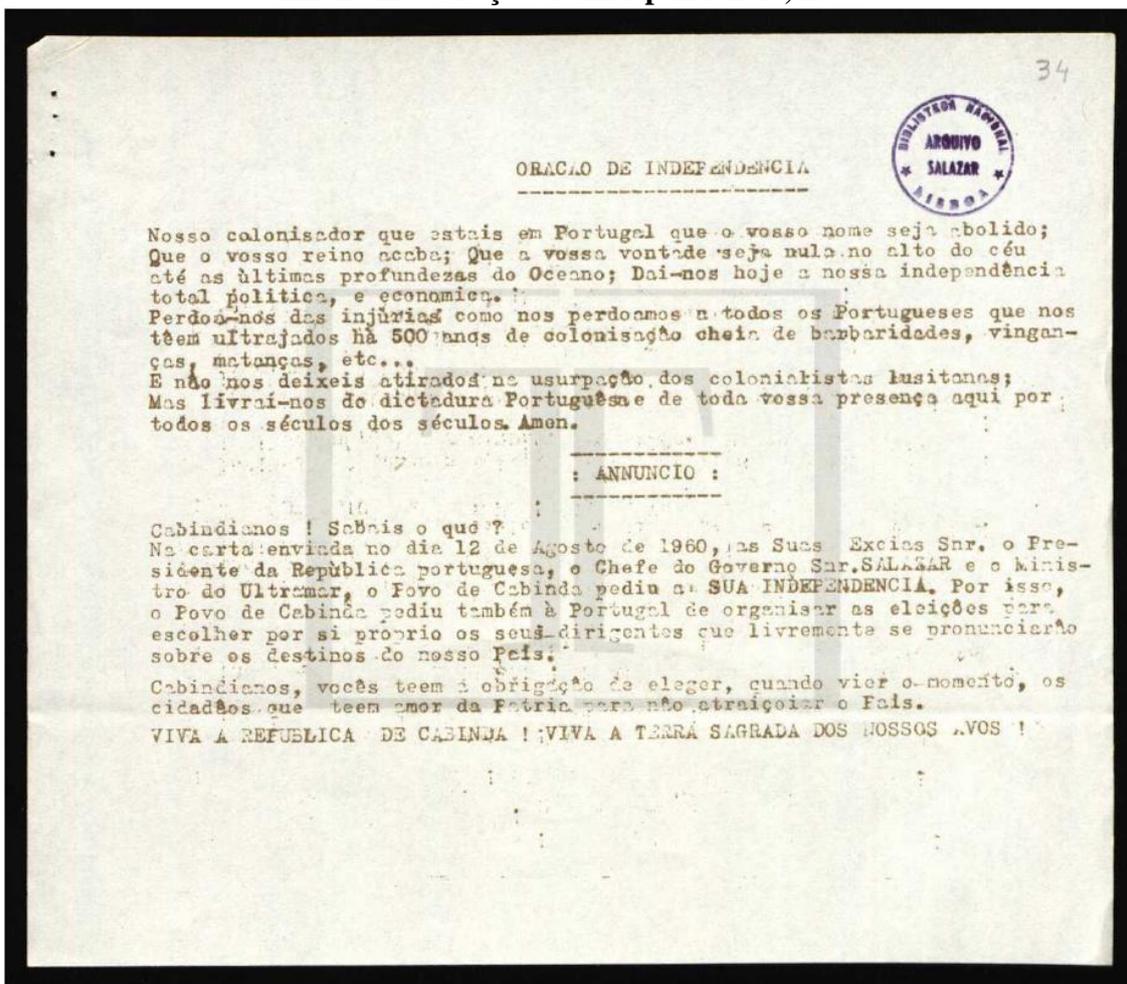


## Anexo J – Union Des Populations de L'Angola (UPA), 1961



Fonte: Independência de Cabinda, Informação Nº 209/61-GU, Enviada à Presidência do Concelho e aos Ministérios do Ultramar, Interior, Defesa Nacional, Exército e 2ª Repartição do Estado Maior do Exército, 22/02/1961 (PORTUGAL, 1960-1961).

## Anexo K – Oração de Independência, 1960



Fonte: Independência de Cabinda, Informação N° 662/60-GU, Enviada à Presidência do Concelho e aos Ministérios do Ultramar, Interior, Defesa Nacional e Exército, 17/11/1960 (PORTUGAL, 1960-1961).

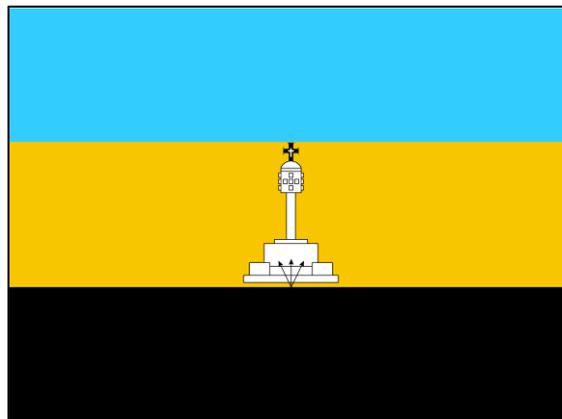
## Anexo L – Bandeiras das FLEC's

### FLEC-Forças Armadas de Cabinda



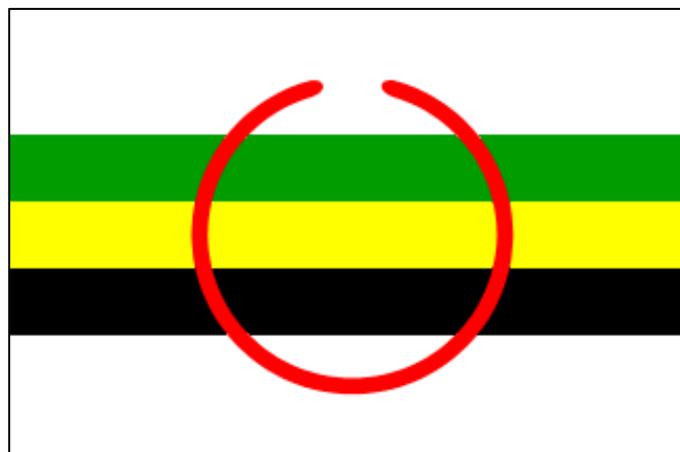
Fonte: Frente (2019)

### FLEC-Estado de Cabinda



Fonte: República de Cabinda ([20--])

### FLEC-Renovada



Fonte: Candeias (2001)



Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul  
Pró-Reitoria de Graduação  
Av. Ipiranga, 6681 - Prédio 1 - 3º. andar  
Porto Alegre - RS - Brasil  
Fone: (51) 3320-3500 - Fax: (51) 3339-1564  
E-mail: [prograd@pucrs.br](mailto:prograd@pucrs.br)  
Site: [www.pucrs.br](http://www.pucrs.br)